



Relatório Anual **2018**

Conteúdo interativo

Utilize o índice como menu de navegação. De qualquer lugar do relatório, clique no cabeçalho para voltar ao índice.

No Sumário GRI navegue até o conteúdo clicando sobre as páginas indicadas na coluna “páginas e/ou links”.

Ao clicar num link externo, o site indicado abrirá automaticamente no seu navegador.

Sobre o relatório



Visite o relatório *on-line*

votorantim.com/relatorioanual

Pelo oitavo ano consecutivo, a Votorantim S.A. (Votorantim), *holding* investidora, publica seu Relatório Anual, em que apresenta aos *stakeholders* seu modelo de atuação, iniciativas, avanços, desafios, desempenhos socioambiental e operacional, bem como seus resultados econômico-financeiros consolidados – que foram auditados pela PwC. Este relatório trata também da influência da Votorantim sobre suas empresas investidas.

As informações econômico-financeiras e os desempenhos operacional e socioambiental apresentados neste relatório consolidam os resultados das seguintes empresas investidas, que fazem parte do portfólio da Votorantim:

- Votorantim Cimentos
- Nexa Resources
- Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)
- Votorantim Energia
- Acerías Paz del Río
- Acerbrag
- Citrosuco
- Banco Votorantim

As práticas e os resultados aqui expostos refletem algumas informações de cada empresa investida, que podem ser aprofundadas com a leitura de seus respectivos Relatórios Anuais. **102-45 | 102-56**

O documento se refere ao exercício de 2018, à exceção do conteúdo relacionado à Citrosuco, que respeita o ano-safra compreendido entre julho de 2017 e junho de 2018. O relatório adota as diretrizes Standards da Global Reporting Initiative (GRI), opção Essencial. Também segue as orientações

da International Integrated Reporting Council (IIRC) e considera como referência os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). **102-50 | 102-52 | 102-54**

Este relatório passou por asseguração limitada, realizada pela PwC, e não contém quaisquer alterações de escopo e limite. A Votorantim disponibiliza um *hotsite* com a versão *on-line* do relatório completo, que inclui as Demonstrações Financeiras Consolidadas, assim como o Sumário GRI. Comentários a respeito deste relatório podem ser endereçados ao *e-mail* relatoriovsa@votorantim.com. **102-48 | 102-49 | 102-51 | 102-53 | 102-55**

Materialidade 102-21 | 102-32 | 102-40 | 102-42 | 102-43 | 102-46

Materialidade

é um processo que visa a identificar temas relevantes da companhia para divulgação de informações.

O levantamento da materialidade é um processo que visa a identificar temas relevantes que possam influenciar de forma substancial as avaliações e decisões dos *stakeholders*, para inclusão e aprofundamento no Relatório Anual. A revisão dos temas materiais, conduzida em 2018 por consultoria externa, envolveu três fases:

1

Análise de documentos internos de diversas áreas e das empresas investidas.

2

Entrevistas em profundidade com os seguintes públicos:

- Executivos da Votorantim.
- Profissionais das áreas de sustentabilidade e governança das empresas investidas.
- Especialistas em finanças e sustentabilidade.
- Especialistas acadêmicos.
- Investidores nos mercados nacional e internacional.

3

Análise dos dados e informações coletados na apuração dos documentos e nas entrevistas.

Em razão da diversidade do portfólio de negócios, os temas foram estruturados em:

(a) Transversais à Votorantim e suas empresas investidas; e

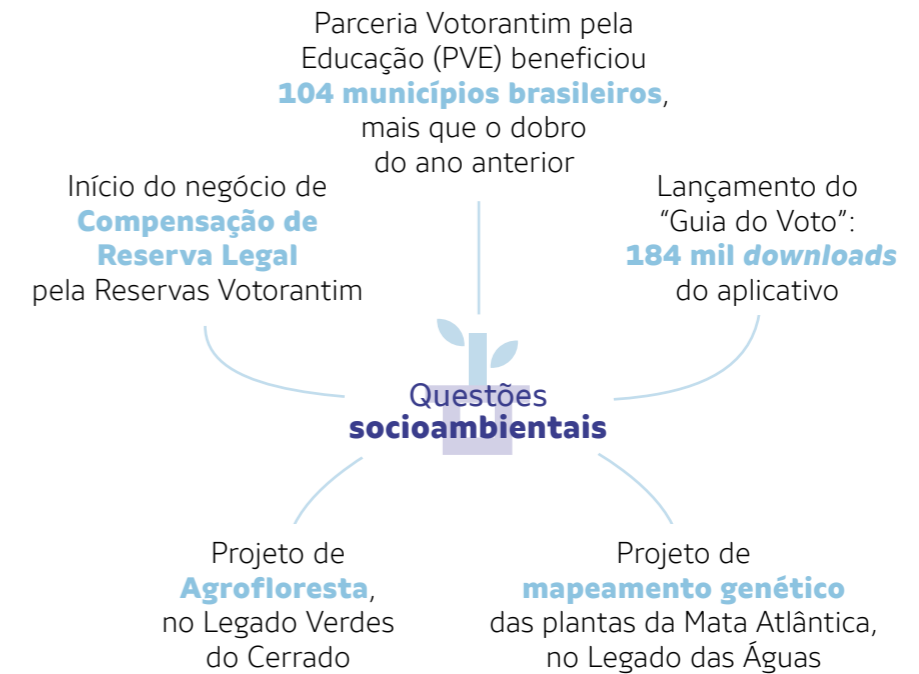
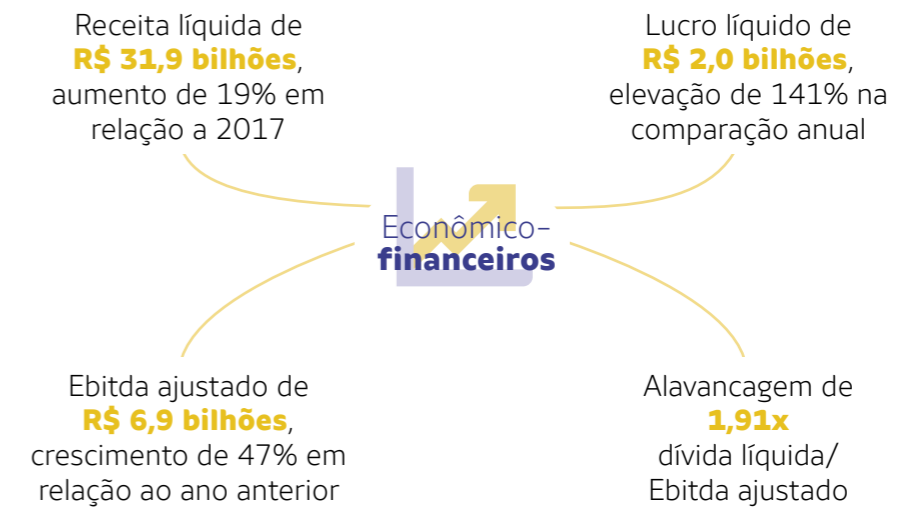
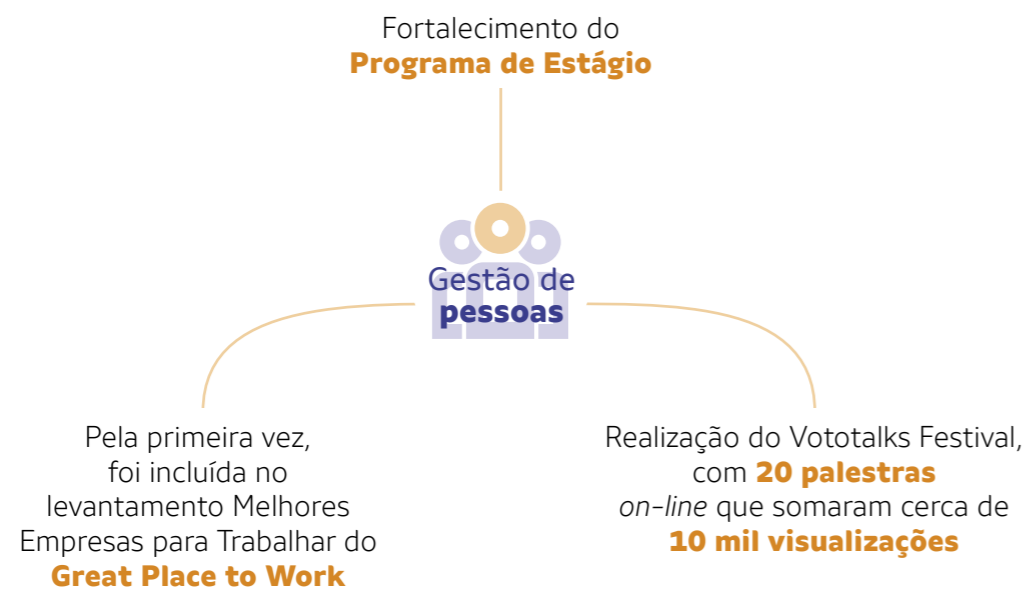
(b) Específicos, de acordo com a natureza de cada negócio do portfólio.

O trabalho resultou na identificação de quatro temas transversais – Estratégia e resultados, Meio ambiente, Governança e Questões sociais – além dos específicos. **102-47 | 102-44**

A materialidade foi validada pela Diretoria-Executiva da Votorantim, e os temas identificados referenciam o conteúdo deste relatório e os indicadores GRI reportados.



Destaques 2018 102-10



Conteúdo

- 1 Sobre o **relatório**
- 2 **Materialidade**
- 4 Destaques **2018**
- 8 Mensagem do **Conselho de Administração**
- 10 Mensagem da **Administração**

13 PERFIL

- 14 A holding **investidora**
- 15 **DNA** Votorantim
- 16 Estratégia e **gestão**
- 17 **Identidade** Votorantim
- 18 **Portfólio**
- 20 **Reconhecimento**
- 21 Ano do **centenário**

23 INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

- 24 **Ecossistema** de inovação estabelecido
- 25 Centro de Excelência (**CoE**)

29 GOVERNANÇA CORPORATIVA E GESTÃO DE RISCOS

- 30 Estrutura de **governança**
- 34 Programa de **Compliance**
- 37 Gestão de **riscos**

39 DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

- 40 **Conservação** do meio ambiente
- 41 Gestão de **ativos ambientais**
- 43 **Inovação** em biodiversidade

45 PESSOAS

- 46 Desenvolvimento Humano e Organizacional (**DHO**)
- 47 **Atratividade**, engajamento e comunicação
- 49 **Desenvolvimento**
- 50 **Academia** Votorantim
- 52 **Remuneração** e benefícios

55 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- 56 **Compromisso** social
- 57 **Instituto** Votorantim

63 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 64 Relações com **Investidores**
- 65 **Resultados** 2018

69 PORTFÓLIO

- 70 **Transformação** do portfólio
- 71 Investimentos **imobiliários**
- 72 Votorantim **Cimentos**
- 74 **Nexa**
- 76 **CBA**
- 78 Votorantim **Energia**
- 80 **Aços longos**: Acerbrag e Acerías Paz del Río
- 82 **Citrosuco**
- 84 **Banco** Votorantim
- 86 Relatório de **asseguração**

88 CADERNO DE INDICADORES GRI

- 106 **Sumário** GRI

122 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- 286 **Expediente**

Mensagem do Conselho de Administração 102-14

O ano de 2018 foi muito especial para nós, da Votorantim. Além de completarmos 100 anos de história – feito incomum não só no Brasil, mas também em nível mundial – efetuamos alterações importantes em nosso portfólio. Ao mesmo tempo, o desempenho das nossas empresas investidas nos levou a resultados consolidados mais robustos que os do período anterior: a receita líquida expandiu 19%, totalizando R\$ 31,9 bilhões, o Ebitda ajustado foi de R\$ 6,9 bilhões e o lucro líquido totalizou R\$ 2,0 bilhões, aumentos de 47% e 141%, respectivamente.

Depois de quatro anos consecutivos de retração na indústria cimenteira brasileira, a Votorantim Cimentos apresentou resultados operacionais positivos. As investidas Nexa, CBA e Citrosuco foram beneficiadas pelo aumento dos preços médios das *commodities*, combinado com a apreciação do dólar perante o real. Melhores preços de venda de aços longos na Argentina e na Colômbia contribuíram para o resultado deste negócio. Em energia, ampliamos nossa capacidade, em um setor que apresenta diversas oportunidades de investimento no Brasil, e criamos uma plataforma de investimentos em energia renovável com o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB). O Banco Votorantim aumentou sua eficiência operacional, diversificou fontes de receitas e investiu em sua transformação digital.

No que diz respeito à transformação do portfólio, focamos a redução da exposição a *commodities* cíclicas e aumentamos nossa exposição em setores com geração de caixa mais estável. Exemplos foram a transação envolvendo a Fibria – incorporada pela Suzano – e a aquisição da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), empresa que possui três usinas hidrelétricas, sendo a principal delas a Porto Primavera, que tem capacidade instalada de 1,5 gigawatt e cujo contrato de concessão se estenderá até 2048.



Da esquerda para a direita: Marcelo Medeiros, Luis Ermírio de Moraes, Cláudio Ermírio de Moraes, Raul Calfat, José Roberto Ermírio de Moraes, Pedro Wongtschowski e Oscar Bernardes.

As decisões de alocação de capital ocorreram em um cenário turbulento no Brasil e repleto de incertezas. Atuamos em setores de capital intensivo e nossas deliberações sobre investimentos são tomadas com horizonte de longo prazo.

Contribuí para o nosso modelo de fazer negócios a governança corporativa, estabelecida sob padrões semelhantes aos das companhias listadas no que diz respeito a transparência, gestão de riscos e comunicação com os *stakeholders*. Influenciamos as nossas empresas investidas a seguirem esse mesmo modelo, mantendo, assim como nós, relações construtivas com os mercados, comunidades e com a sociedade em geral.

Nosso jeito de ser, agir, gerir e administrar as empresas investidas, baseado nos valores da família acionista, também é essencial aos negócios, conduzidos com ética e acompanhados por processos de *compliance* e controles internos. Zelamos para manter nossos princípios na evolução contínua da governança – necessária perante as mudanças no ambiente empresarial.

Buscando a evolução e a perenidade de nossos negócios, continuaremos avaliando oportunidades de investimentos, por meio da transformação do nosso portfólio atual em diversas geografias. Também avaliaremos não apenas os negócios já existentes, mas novas iniciativas.

No Brasil, caminhamos para uma agenda de reformas importantes ao País, visando à sustentabilidade da dívida pública, ao crescimento econômico consistente e à geração de empregos. Nesse contexto, a Votorantim iniciou 2019 com suas empresas ajustadas no que diz respeito à estrutura de capital, o que a permitirá focar ainda mais na geração de valor.

Raul Calfat

Presidente do Conselho de Administração da Votorantim

Mensagem da **Administração** 102-14

2018 foi um ano de incertezas político-econômicas no Brasil, e nós da Votorantim mais uma vez encaramos o desafio de fazer negócios e criar valor neste ambiente. Nesse contexto, conduzimos nossas atividades com prudência, mas avançamos de forma significativa em nosso processo de transformação do portfólio. Além disso, 2018 foi o ano de celebração do centenário da Votorantim – muito simbólico para nós. A história dos negócios no Brasil apresenta poucas empresas centenárias, e atingir tal marco é motivo de muito orgulho. Ele foi construído não só por nós, mas também por nossos clientes, fornecedores, empregados, investidores e diversos outros *stakeholders* com os quais nos relacionamos.

Desde sempre assumimos o compromisso de trabalhar para a evolução dos nossos negócios e, mais recentemente, o de ampliar o grau de autonomia das empresas investidas e apoiá-las em suas estratégias. Fomos bem-sucedidos nesses compromissos, e eles se refletem nos resultados do ano.

Percorremos o ano com coragem, demonstrada em todas as nossas ações empresariais. Foi com ela que enfrentamos a recessão no Brasil e saímos fortalecidos, com nossas empresas mais bem preparadas, com suas estruturas de capital ajustadas e lideranças motivadas para os desafios do futuro. Foi também com coragem que, apesar da crise, alocamos mais de R\$ 10 bilhões nos últimos três anos, seja em investimentos realizados nas nossas empresas, seja em aquisições.

Em 2018 tivemos movimentos importantes na transformação do portfólio. Anunciamos a combinação dos negócios da Fibria com a Suzano e concluímos a incorporação da Votorantim Siderurgia pela ArcelorMittal Brasil. A Fibria e a Votorantim Siderurgia são empresas que estiveram em nosso portfólio por muitos anos e pelas quais temos grande admiração. Outro marco importante para a transformação do nosso portfólio foi a aquisição do controle acionário da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) pela *joint venture* entre a Votorantim Energia e o fundo Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB), a qual atualmente gere 2,2 gigawatts de capacidade instalada, incluindo os parques eólicos localizados no nordeste do Brasil.



Da esquerda para a direita em pé: João Schmidt, João Miranda, Sergio Malacrida; sentados: Luiz Caruso e Luiz Marcelo Fins.

O ano de eleições gerais do Brasil, marcadas por uma renovação importante de eleitos e partidos, coincidiu com o de nosso centenário. A Votorantim sempre foi muito convicta de seu papel cidadão e por isso promoveu uma campanha publicitária em favor do voto consciente. Aproveitando o fato de que “Votorantim” tem no início do seu nome a palavra “voto”, criamos o mote “Eu voto” e o utilizamos em temas que são essenciais para o País, como a educação, a natureza e as pessoas. Além da campanha publicitária, desenvolvemos o “Guia do Voto”, um aplicativo com conteúdo voltado para o exercício da cidadania.

Essa convicção de participar da construção de um Brasil melhor também se revela nos diversos investimentos sociais que fazemos, com destaque para a expansão do Programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE) para mais de 100 municípios. Essa iniciativa promove a melhoria da qualidade do ensino público, o que reflete positivamente nos indicadores, incluindo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Iniciamos 2019 com a mesma coragem que sempre marcou nossa história. Temos hoje uma expectativa de recuperação econômica, especialmente para o Brasil. No âmbito global, há um sentimento de cautela: o ano iniciou com dúvidas acerca do comportamento dos juros nos Estados Unidos e a intensificação das disputas tarifárias com a China.

É nesse ambiente que continuaremos prudentes na alocação de capital e convictos em nossa conduta de fazer negócios do jeito certo, com comportamento ético e consistente que sempre permeia nossas decisões – estratégicas e operacionais. Continuaremos ativos na construção de um ambiente adequado para se fazer negócios e na contribuição para um futuro mais inclusivo e sustentável no Brasil.

João Miranda
Diretor-Presidente da Votorantim

Transformar
oportunidades
em **negócios
grandiosos** que
geram valor.

Valor para os acionistas,
empregados e sociedade.

VOTORANTIM 100
ANOS

A holding investidora

Com 100 anos de história, completados em 2018, a Votorantim é uma *holding investidora de longo prazo, brasileira e de controle familiar*. As empresas do portfólio têm presença em 20 países de cinco continentes e compõem sete negócios, que atuam nos segmentos de materiais de construção, metais e mineração, alumínio, aços longos, energia, suco de laranja e financeiro. **102-1 | 102-2 | 102-3 | 102-4 | 102-5 | 102-6**

Com sede em São Paulo, a *holding* conta com uma equipe de 125 profissionais alocados em Desenvolvimento Humano e Organizacional (Recursos Humanos); Relações com Investidores; Comunicação; Jurídico; Governança, Riscos e Compliance; Gestão Financeira e Desenvolvimento Corporativo.

Além dessas áreas, compõe a estrutura da Votorantim o Centro de Excelência (CoE), que em 2018 consolidou as operações dos Centros de Soluções Compartilhadas, de Soluções Imobiliárias e de Competências em Tecnologia da Informação. O CoE conta com uma equipe de 773 empregados alocados em São Paulo (SP) e Curitiba (PR), no Brasil, e em Lima, no Peru.

Considerando todas as empresas investidas da Votorantim, são cerca de 36 mil postos de trabalho diretos e 6 mil indiretos em 485 unidades operacionais e administrativas. **102-8**

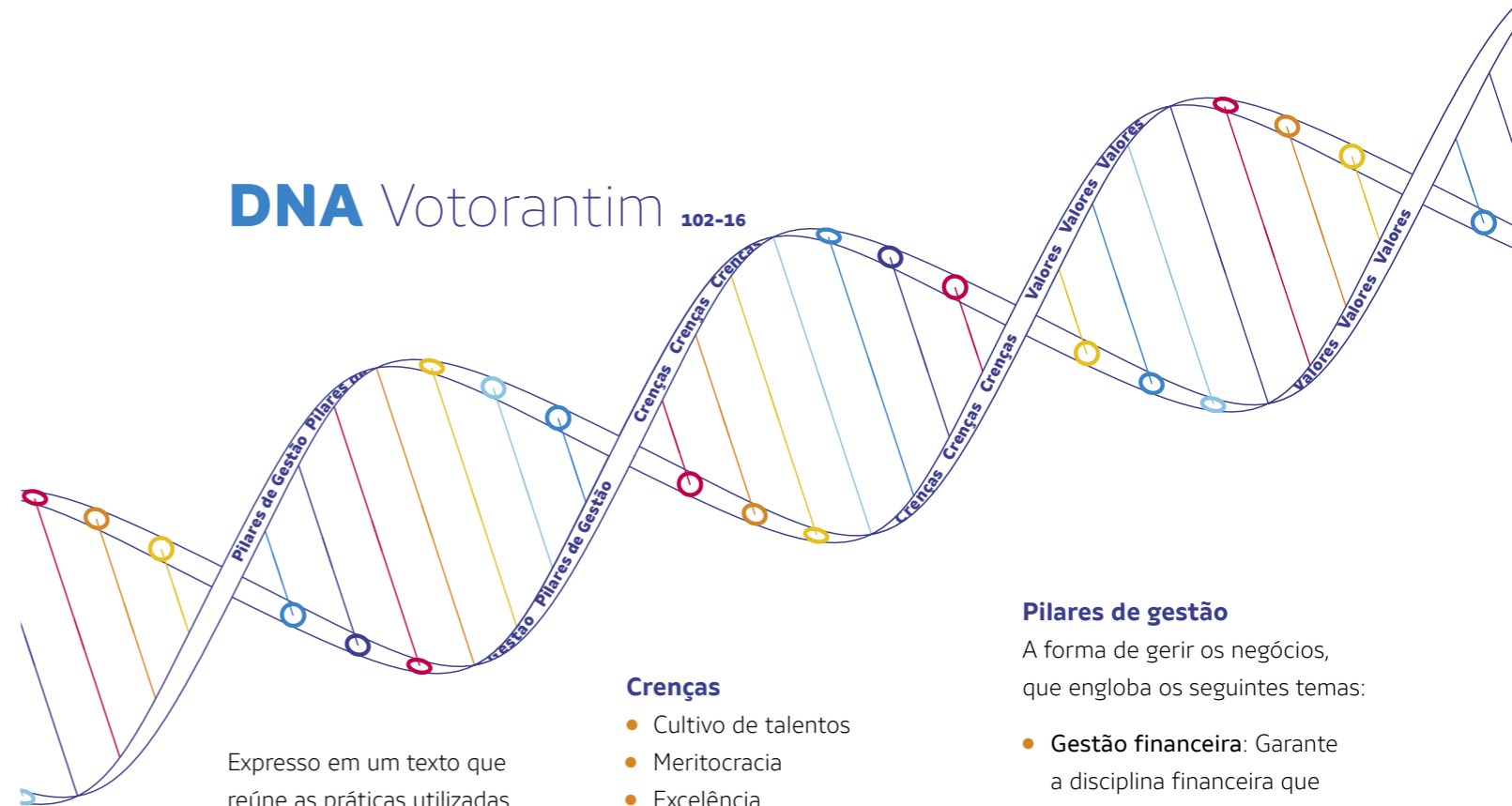
A cultura de alta *performance* permeia as atividades da Votorantim, focada nas decisões de investimento e na transformação do portfólio, atuando por meio da influência nas empresas investidas com o objetivo de fortalecer o propósito de geração de valor e a perenidade dos negócios. No CoE, a cultura de alta *performance* alia-se à inovação,

com a intensificação da sua atuação na identificação e no desenvolvimento de soluções para atender às demandas tecnológicas de forma a aumentar sua produtividade e a das empresas investidas.

A Votorantim também possui duas reservas ambientais, que totalizam 62 mil hectares distribuídos igualmente entre o Legado das Águas, a maior reserva privada de Mata Atlântica do Brasil, localizada no estado de São Paulo, e o Legado Verdes do Cerrado, única reserva particular de desenvolvimento sustentável na região Centro-Oeste, localizada no estado de Goiás.

O resultado consolidado da Votorantim em 2018 apresentou receita líquida de R\$ 31,9 bilhões e Ebitda ajustado de R\$ 6,9 bilhões, o que representa avanços de 19% e 47%, respectivamente, em relação ao ano anterior. **102-7**

DNA Votorantim 102-16



Expresso em um texto que reúne as práticas utilizadas pela Votorantim ao longo de um século e aplicadas em seus negócios, o DNA Votorantim orienta e pauta o jeito de ser, agir, gerir e administrar a *holding* e as empresas investidas.

Crenças

- Cultivo de talentos
- Meritocracia
- Excelência
- Pragmatismo
- Diálogo aberto
- Aliança
- Senso de dono

Valores sereu

Solidez: Buscar conhecimento sustentável com geração de valor.

Ética: Atuar de forma responsável e transparente.

Respeito: Respeito às pessoas e disposição para aprender.

Empreendedorismo: Crescer com coragem para fazer, inovar e investir.

União: O todo é mais forte.



Princípios de governança

A forma de administrar os negócios, por meio de diretrizes para a estruturação do modelo de governança corporativa.

Pilares de gestão

A forma de gerir os negócios, que engloba os seguintes temas:

- **Gestão financeira:** Garante a disciplina financeira que viabiliza o perfil risco-retorno almejado.
- **Geração de valor:** Estabelece a visão, identifica o valor potencial do negócio e o traduz em planos concretos que alinham e mobilizam a companhia.
- **Excelência operacional:** Busca a constante melhoria dos processos por meio de práticas e sinergias relevantes entre as empresas.
- **Pessoas e companhia:** Preserva a cultura Votorantim por intermédio de líderes que incorporem seus valores e suas crenças.
- **Imagem e reputação:** Preserva e promove a imagem e a reputação da Votorantim com seus diversos *stakeholders*.

Estratégia e **gestão**

Como *holding* investidora permanentemente capitalizada, com horizonte de investimento de longo prazo, a Votorantim busca obter retornos financeiros superiores e proporcionar impactos socioambientais positivos. Esse propósito está expresso no seu jeito de gerir as empresas investidas e reflete a intenção de proporcionar aos acionistas negócios lucrativos e também geradores de benefícios para a sociedade.

De suas empresas investidas, a Votorantim espera a preservação da capacidade de investir para se perenizar; a manutenção de uma estrutura de capital adequada que proporcione crescimento e resulte em pagamento de dividendos; a promoção da inovação, inclusive para transformar o modelo de negócios; e a constante preocupação com os impactos gerados por suas operações.

Capital **paciente**, propósito **inegociável**

Preservação da capacidade de realizar **investimentos**

Potencializar a **inovação** para transformar seus modelos de negócio

Preservação do **DNA Votorantim**

Estrutura de capital que viabilize **crescimento** e dividendos

Nas **empresas** do portfólio

Objetivos da estratégia de alocação de capital

Para os **acionistas**

Maximização do retorno total para o acionista

Perenidade da Votorantim

No **portfólio**

Diversificação:
• Setores.
• Geografias.
• Fatores de risco.

Flexibilidade financeira e estratégica para grandes movimentos

Realização dos **objetivos** de investimento dos acionistas

Identidade Votorantim

Na hora certa: O momento certo é aquele que não deixamos passar. Todos os dias, nos lembramos que as decisões de hoje impulsionam os resultados do futuro e devemos mostrar agilidade para pensar e capacidade para agir de forma estruturada, estratégica e assertiva. Temos uma mentalidade inovadora, olhamos sempre à frente. Mas, ao olhar para o futuro, precisamos estar prontos para questionar o que acontece agora. Precisamos também estar prontos para responder às mudanças dos diferentes setores (e países) em que atuamos.

Do jeito certo: Para nós, só existe um jeito de fazer: o certo. Nosso DNA carrega um jeito de ser e agir único. Olhamos para nossas empresas, para nossos empregados e para a sociedade com ética e respeito. Temos grande *expertise* em investimentos e o conhecimento para fazer cada vez melhor, de forma responsável.

Com as pessoas certas: Temos uma promessa clara: investir no melhor de cada um para alcançar o melhor de todos, porque acreditamos na força das pessoas e no que de melhor elas têm a entregar. Estamos sempre nos movimentando para frente, em direção ao novo. Influenciamos positivamente nossas pessoas por meio das nossas lideranças inspiradoras.

VOTORANTIM

Portfólio



- Participação: **100%**
- Ramo: **Materiais de construção**
- Empregados¹: **11.932**
- Unidades²: **264**
- Presença: **12 países**
- Investimento social: **R\$ 13,73 milhões**
 - Recursos próprios: **R\$ 9,75 milhões**
 - Instituto Votorantim: **R\$ 3,98 milhões**

nexa

- Participação: **64%**
- Ramo: **Metais e mineração**
- Empregados¹: **5.771**
- Unidades²: **15**
- Presença: **6 países**
- Investimento social: **R\$ 31,38 milhões**
 - Recursos próprios: **R\$ 23,26 milhões**
 - Instituto Votorantim: **R\$ 8,12 milhões**



- Participação: **100%**
- Ramo: **Alumínio**
- Empregados¹: **5.029**
- Unidades²: **13**
- Presença: **1 país**
- Investimento social: **R\$ 4,95 milhões**
 - Recursos próprios: **R\$ 3,77 milhões**
 - Instituto Votorantim: **R\$ 1,18 milhão**



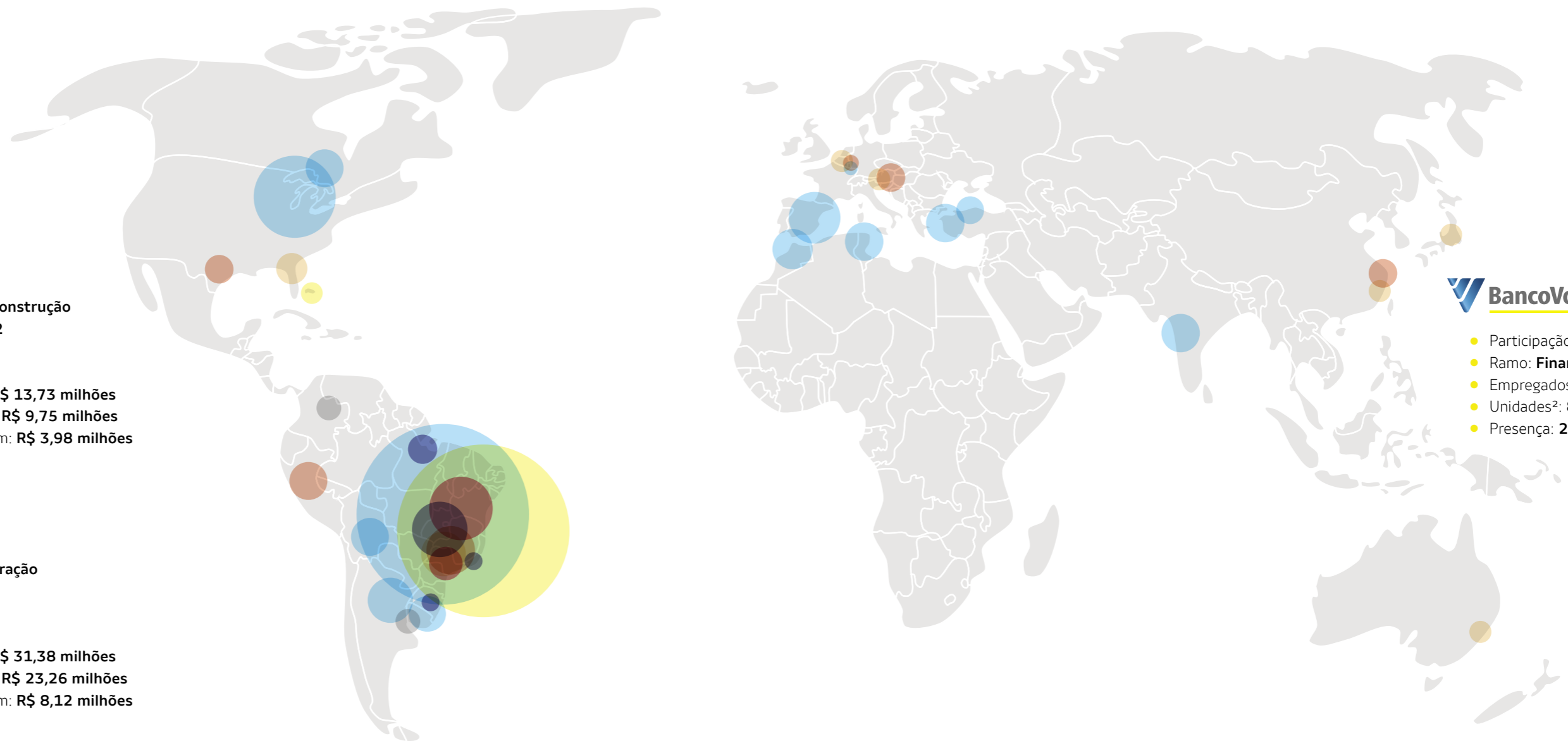
- Participação: **100%**
- Ramo: **Energia**
- Empregados¹: **485**
- Unidades²: **57**
- Presença: **1 país**
- Investimento social: **R\$ 8,19 milhões**
 - Recursos próprios: **R\$ 3,94 milhões**
 - Instituto Votorantim: **R\$ 4,25 milhões**

Aços longos

- Participação: **100%** da Acerbrag e **82%** da Acerías Paz del Río
- Ramo: **Aços longos**
- Empregados¹: **2.138**
- Unidades²: **3**
- Presença: **2 países**
- Investimento social: **R\$ 2,35 milhões**
 - Recursos próprios: **R\$ 1,72 milhão**
 - Instituto Votorantim: **R\$ 0,63 milhão**



- Participação: **50%**
- Ramo: **Suco de laranja**
- Empregados¹: **5.331**
- Unidades²: **46**
- Presença: **7 países**
- Investimento social: **R\$ 2,28 milhões**
 - Recursos próprios: **R\$ 2,24 milhões**
 - Instituto Votorantim: **R\$ 0,04 milhão**



¹Inclui próprios, estagiários e aprendizes

²Inclui escritórios, plantas, centros de distribuição e outros
Localização das unidades conforme as cores dos bullets

Reconhecimento



Melhores Empresas Para Trabalhar Brasil

2018



2018 melhores empresas para trabalhar

2018 melhores empresas para começar a carreira



A atuação da Votorantim, nas dimensões econômico-financeira, social, de governança e ambiental, tem sido reconhecida e traduzida na conquista de prêmios e títulos, entre os quais se destacam:

HSM Management de Liderança – Em sua primeira edição, o prêmio foi concedido à Diretoria-Executiva e ao Conselho de Administração da Votorantim pela HSM Management como um reconhecimento às lideranças empresariais que estão transformando as organizações e o Brasil.

Empreendedor do Ano – Na 21ª edição, o prêmio da EY, que reconhece os profissionais brasileiros com trajetórias de destaque, foi atribuído à família Ermírio de Moraes, na categoria Family Business.

Melhores Empresas para Trabalhar do Great Place To Work – Pela primeira vez, foi incluída no levantamento, na categoria Empresas Médias Multinacionais.

150 Melhores Empresas para Trabalhar do Guia Você S/A – Pelo terceiro ano consecutivo, foi incluída no ranking organizado pela revista Você S/A, na 55ª posição geral e na 6ª colocação na categoria Serviços Diversos.

Melhores Empresas para Começar a Carreira do Guia Você S/A – Pelo terceiro ano consecutivo, foi incluída no ranking, também organizado pela revista Você S/A, ocupando a 30ª posição.

50 empresas mais amadas do Brasil – Pelo terceiro ano consecutivo, a Votorantim está no ranking organizado pela Love Mondays, que disponibiliza sua

plataforma para os empregados avaliarem a satisfação em relação a remuneração e benefícios, oportunidade de carreira, cultura da empresa e qualidade de vida.

Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual – A Votorantim foi a primeira colocada, pela segunda vez consecutiva, na categoria Empresas Fechadas Grupo 1 (com receita líquida acima de R\$ 1 bilhão), no prêmio concedido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas.

Destaque do Ano: Aberje – Na 44ª edição do evento, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, a Votorantim recebeu o Prêmio Especial de companhia com as melhores práticas de comunicação corporativa do Brasil.

Ano do centenário



Várias ações foram promovidas em 2018 para celebrar os 100 anos da Votorantim. Como o centenário coincidiu com um ano de eleições gerais no Brasil, a Votorantim decidiu reforçar seu papel de empresa cidadã e apoiou o voto consciente, por meio da plataforma “Guia do Voto”, que inclui um livro sobre o processo eleitoral e as funções de cada cargo eletivo, e ainda um site e aplicativo para fomentar, de forma ideologicamente neutra e apartidária, a reflexão e a consciência dos eleitores no processo de escolha dos candidatos. *(Saiba mais no capítulo Desenvolvimento Social).*

Na área de educação, o Programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE), iniciativa realizada em conjunto com prefeituras, foi ampliada para mais de 100 municípios, com foco na melhoria da qualidade do ensino público e no aumento das notas das cidades nos rankings oficiais de educação do País. *(Saiba mais no capítulo Desenvolvimento Social).*

O centenário incluiu ainda coquetel realizado na Arca, um galpão histórico na Vila Leopoldina, em São Paulo, onde funcionou a Metalúrgica Atlas, da Votorantim, que foi restaurado e transformado em espaço para eventos. Para o coquetel do centenário, foi montada no local uma minixposição com fotos, objetos, equipamentos e vídeos que mostravam a história da Votorantim e a ressignificação que a companhia está

promovendo naquele bairro. *(Saiba mais no capítulo Portfólio)*

Em outro evento comemorativo, empregados de todas as empresas do portfólio, no Brasil e no exterior, celebraram simultaneamente o centenário com um bolo simbólico. A receita do “Bolo Votorantim” foi criada no fim da década de 1930 e fazia parte de um livro publicado pela companhia, com receitas que utilizavam como ingrediente o óleo de cozinha Primus, que era produzido pela Votorantim a partir das sementes do algodão usado na tecelagem que a companhia possuía à época.

Para divulgar as iniciativas realizadas no ano do centenário, foi veiculada na mídia uma campanha institucional. Valendo-se do fato de a companhia ter a palavra “voto” no nome, a campanha divulgou seus compromissos por meio das expressões “Eu voto na natureza”, “Eu voto na educação”, “Eu voto nas pessoas”, “Eu voto na cidadania”. A campanha ressaltou ainda o compromisso com o futuro, com o conceito de “quem ama seu país ajuda a construí-lo”.



Olhar para frente,
com visão de futuro,
incentivando os negócios
a se desenvolverem
e **inovarem para se
manterem atuais.**

Ecosistema de inovação estabelecido

O conceito de inovação está no *mindset* e é estimulado nas empresas investidas.

O conceito de inovação vai além do aspecto tecnológico: ele está no *mindset* e é estimulado nas empresas investidas. Com autonomia para adotarem diferentes soluções, cabe à Votorantim apoiá-las para que se mantenham competitivas, cresçam e evoluam os próprios modelos de negócios – objetivos para os quais a inovação é essencial.

Uma iniciativa promovida pela Votorantim para incentivar a inovação é o 18.18, programa de transformação que busca ampliar a conexão das pessoas com tendências que impactarão os negócios, desafiando-as a repensarem suas atividades, tendo em vista a construção dos próximos 100 anos da Votorantim. (Saiba mais no capítulo Pessoas).

Além disso, o programa de inovação do Centro de Excelência (CoE) está conectado às empresas investidas e é estabelecido em três eixos de desenvolvimento:

- Transformar pessoas e cultura.
- Gerar valor aos clientes e à empresa.
- Criar mais demandas e serviços.

Centro de Excelência (CoE)

No CoE foi criado um time de inovação, composto por 25 profissionais de diferentes áreas, dedicado a multiplicar o conhecimento, aproximar as áreas de negócio ao ecossistema de inovação e estimular o tema nas frentes de negócios. Também foram promovidos treinamentos que envolveram aproximadamente 300 pessoas em São Paulo e Curitiba, no Brasil, e em Lima, no Peru. Além disso, em 2018 foi lançado o Programa de Inovação em Lima com a criação de um time multidisciplinar composto por dez pessoas, dos escritórios do Peru e do Brasil.

Em parceria com as empresas investidas, várias soluções vêm sendo conduzidas, em diversas ações (*Veja a seguir*) – algumas das quais já com ganhos importantes e escalonáveis. Essas iniciativas têm como objetivos compartilhar as práticas entre empresas e *startups* e fomentar o tema inovação entre os empregados da *holding* e das investidas.

Centro de Excelência (CoE) oferece serviços em:

Tecnologia da Informação

Finanças

Recursos Humanos

Contabilidade e Tributos

Imobiliário

Prevenção de Perdas

Analytics

Cocriação

Para atuar em um cenário cada vez mais digital, a Votorantim investe na aplicação de novas tecnologias, estimulando a reinvenção. Nesse sentido, o CoE vem atuando em conjunto com as empresas do portfólio para a criação de soluções que tragam diferenciações para os negócios. Um exemplo é o trabalho com a Nexa, em que o uso de inteligência artificial e *advanced analytics* busca desenvolver um assistente virtual capaz de reduzir o tempo investido em pesquisas de novas reservas minerais e ampliar a eficácia das decisões relacionadas à exploração mineral.

Prevenção de perdas

Sob o conceito de serviços digitais, o projeto de prevenção de perdas referencia-se na busca de soluções que deem suporte ao processo de *compliance*. A ferramenta monitora operações, processos e padrões das empresas em tempo real, em diferentes aspectos. Assim, pela combinação de dados, detecta a ocorrência de possíveis fraudes, erros operacionais ou ineficiências e as repassa às áreas para as eventuais correções que se façam necessárias. Relacionada à gestão de riscos, a ferramenta pode ser adaptada a diferentes necessidades ou negócios e já está em funcionamento, por exemplo, na Votorantim Cimentos e na Votorantim Energia.

Novos produtos utilizando geoprocessamento aplicado

Por meio de algoritmos desenvolvidos internamente, o CoE ampliou seu portfólio de serviços com o uso inteligente de imagens capturadas por drones ou outras fontes de alta resolução, para a geração de informações cartográficas. A metodologia confere mais agilidade, segurança e menor custo se comparada ao processo de topografia convencional. Permite apurar, por exemplo, volumes de estoques e extração de minas, atualizar a base de uso e ocupação do solo, além de promover de inspeção de imóveis, instalações e equipamentos.

Aceleração: Startup Avaliei

Com o objetivo de transformar o mercado de avaliação de imóveis, a Avaliei, *startup* em aceleração pelo CoE, oferecerá ferramentas às empresas que necessitam de laudos de avaliação – documento formal que identifica o valor de mercado de um imóvel.

Diante da pouca tecnologia, baixa confiabilidade, custos altos e prazos longos que prevalecem na forma tradicional de avaliação de imóveis, a plataforma de inteligência imobiliária do Avaliei aborda três pilares:

- Precificação, com a inserção de parâmetros como aspectos físicos, tipologia e localização para demonstrar referenciais de preços.
- Opinião de valor, em que o usuário pode solicitar uma avaliação mais aprofundada do imóvel a partir da escolha de parâmetros analíticos na plataforma.
- Laudo de avaliação, que inclui compartilhamento e coleta de dados físicos do imóvel por meio de rede integrada de avaliadores e algoritmo para a apuração de valores.

Innovation Day



O evento, que teve sua primeira edição promovida em São Paulo e a segunda em Curitiba, possibilitou a vivência da inovação por meio de painéis com profissionais do mercado, *workshops* e interação com projetos e protótipos de *startups*.

Diversos profissionais de mercado e executivos de empresas do portfólio discutiram temas de grande relevância como transformação digital e inovação, *venture capital*, *business redesign* e mobilidade urbana.

Além disso, foram apresentados *cases* de soluções inovadoras, a exemplo do *software* utilizado no *call center* do Banco Votorantim para gravação de chamadas. Em 2018, a instituição começou a adotar de forma pioneira uma ferramenta de inteligência artificial para identificar o teor das ligações e direcioná-las para tratamento adequado pela Ouvidoria.

Já o Código Verde expôs uma iniciativa do Legado das Águas, de rastreabilidade da produção no viveiro. Assim, da Mata Atlântica até a comercialização, todas as plantas produzidas têm a garantia de qualidade e de origem. (*Saiba mais no capítulo Desenvolvimento Ambiental*).

Compliance | Week

VOTORANTIM



Conduta **ética**.

Um dos valores da Votorantim que, somado à transparência e ao diálogo com todos os públicos, norteia a forma de fazer negócios: **do jeito certo**.

Governança corporativa
e gestão de riscos

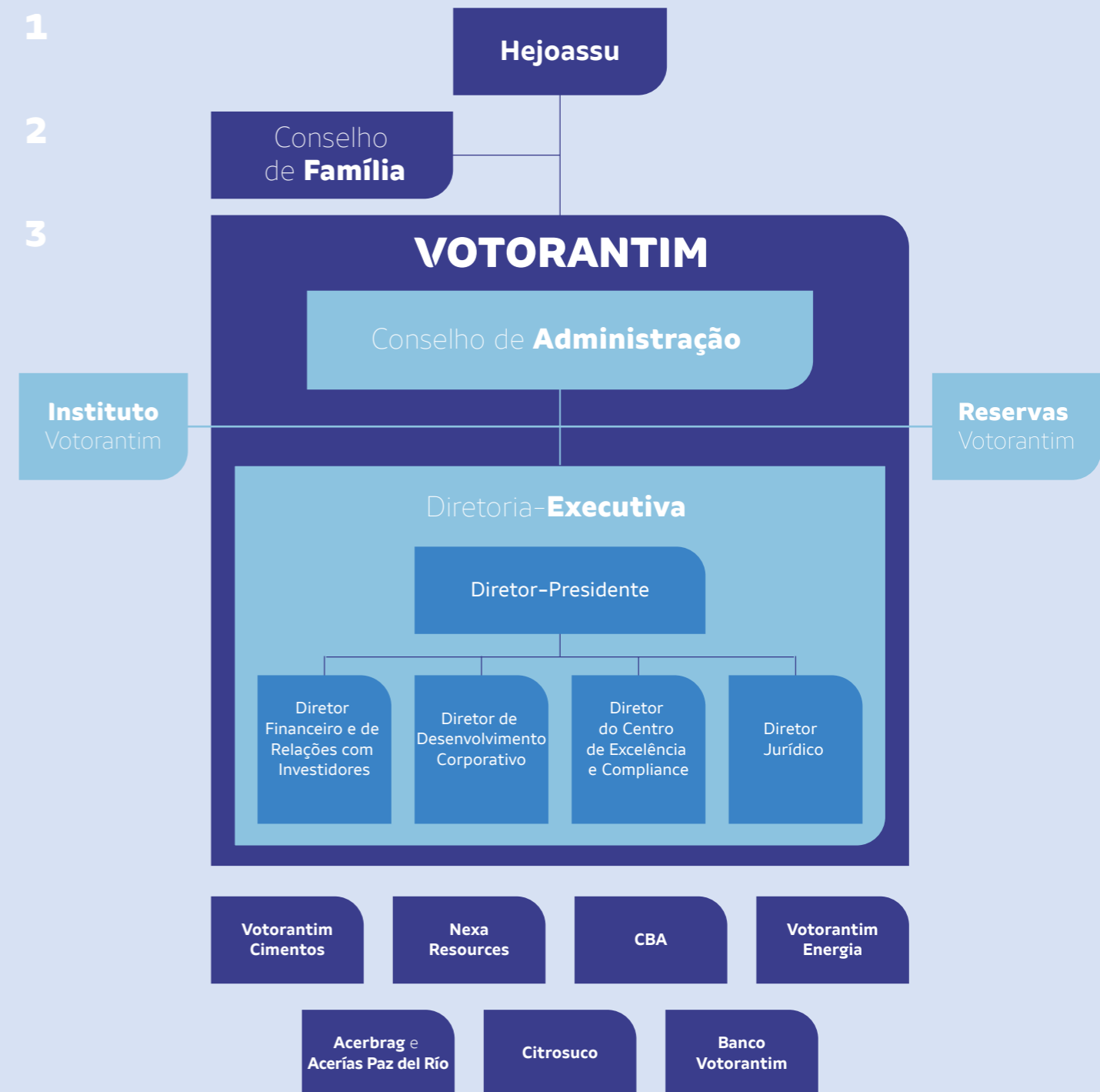
Estrutura de **governança** 102-18 | 102-19 | 102-20 | 102-31

Constituída em 2000 e em constante evolução, a estrutura de governança da Votorantim prima pela transparência, que inclui diálogo franco com os *stakeholders*, e pela conduta ética – um dos valores mais importantes da companhia, amparado por processos de *compliance* e controles internos e por ações de disseminação.

O DNA Votorantim – que estabelece o jeito de ser, agir, gerir e administrar, bem como os pilares para isso – é amplamente disseminado entre as equipes da companhia e norteia também as empresas investidas, seja por meio de seus Conselhos de Administração e lideranças, seja nos treinamentos realizados com seus profissionais. Dessa forma, a Votorantim busca manter a perenidade de seus princípios e valores, independentemente das mudanças de mercado, portfólio de negócios ou estrutura organizacional.

Na Votorantim, a governança compreende três instâncias:

1. **Propriedade**, representada pelo Conselho da Hejoassu, *holding* proprietária da Votorantim.
2. **Família**, representada pelo Conselho de Família.
3. **Negócios**, conduzidos e representados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria-Executiva da Votorantim e das empresas investidas.



Os membros dos Conselhos de Administração da Votorantim, da Hejoassu e de Família têm mandatos de três anos. Os dois últimos órgãos atuam independentemente da Votorantim, e a integração entre eles é assegurada por agenda formal de reuniões.

Já as empresas investidas mantêm Conselhos de Administração e Diretorias-Executivas próprios, no âmbito dos quais avaliam e deliberam sobre suas estratégias, gestão dos negócios e dos riscos inerentes a elas, investimentos, oportunidades e sustentabilidade.

102-19 | 102-20 | 102-29

Conselho da Hejoassu

É o responsável por transmitir para a Votorantim sua aspiração financeira, macrovisão e apetite a risco, estabelecendo, assim, contornos e alçadas adequados para o desenvolvimento da estratégia. À instância cabe ainda zelar pela cultura, pelo DNA, pelos talentos e pelos propósitos, de forma a garantir a perpetuidade do negócio familiar.

É composto por 12 acionistas, sendo três representantes de cada uma das quatro *holdings* familiares proprietárias, no qual as quarta e quinta gerações já participam juntas das decisões. A família, que atualmente

está na sexta geração, reúne 152 familiares, entre eles 36 acionistas.

Conselho de Família 102-24 | 102-26 | 102-27

Com regimento formal estabelecido, o Conselho de Família tem como missão manter a família unida nos seus valores, preservando seu legado.

Também faz parte do seu mandato desenvolver acionistas responsáveis e líderes para sucessão na família e nos negócios, facilitar a comunicação com a família, promover a união familiar e cuidar do legado da família e da empresa, inspirando por meio da sua história.

Valores da família

INTEGRIDADE Estar inteiro, ser ético, honrar nossa história e fazer o futuro com respeito.

GENEROSIDADE Ser generoso consigo, com a família e com a sociedade.

CORAGEM Ser perseverante, estar sempre aberto para aprender, evoluir e ter fé que é possível.

UNIÃO Honrar a história que nos une e valorizar a nossa Potência coletiva, sendo protagonistas do nosso Legado.

IMPACTO Trabalhar com dedicação e energia realizadora, movidos pelo poder de inovar e transformar.

PAIXÃO Ter a liberdade e o estímulo para encontrar e seguir suas paixões.

Conselho de Administração

Suas atribuições são: definir o planejamento estratégico e orientar sobre as ações para executá-lo, além de deliberar sobre a alocação de capital. Periodicamente avalia o desempenho dos Conselhos de Administração das empresas investidas, cujas nomeações são também de sua responsabilidade.

É composto por sete membros: três deles da família acionista, três conselheiros independentes e um presidente que também não é membro familiar.

Composição 102-22 | 102-23

Raul Calfat – Presidente
Luís Ermírio de Moraes – Vice-presidente
Cláudio Ermírio de Moraes – Conselheiro efetivo
José Roberto Ermírio de Moraes – Conselheiro efetivo
Marcelo Medeiros – Conselheiro independente
Oscar Bernardes – Conselheiro independente
Pedro Wongtschowski – Conselheiro independente

Diretoria-Executiva

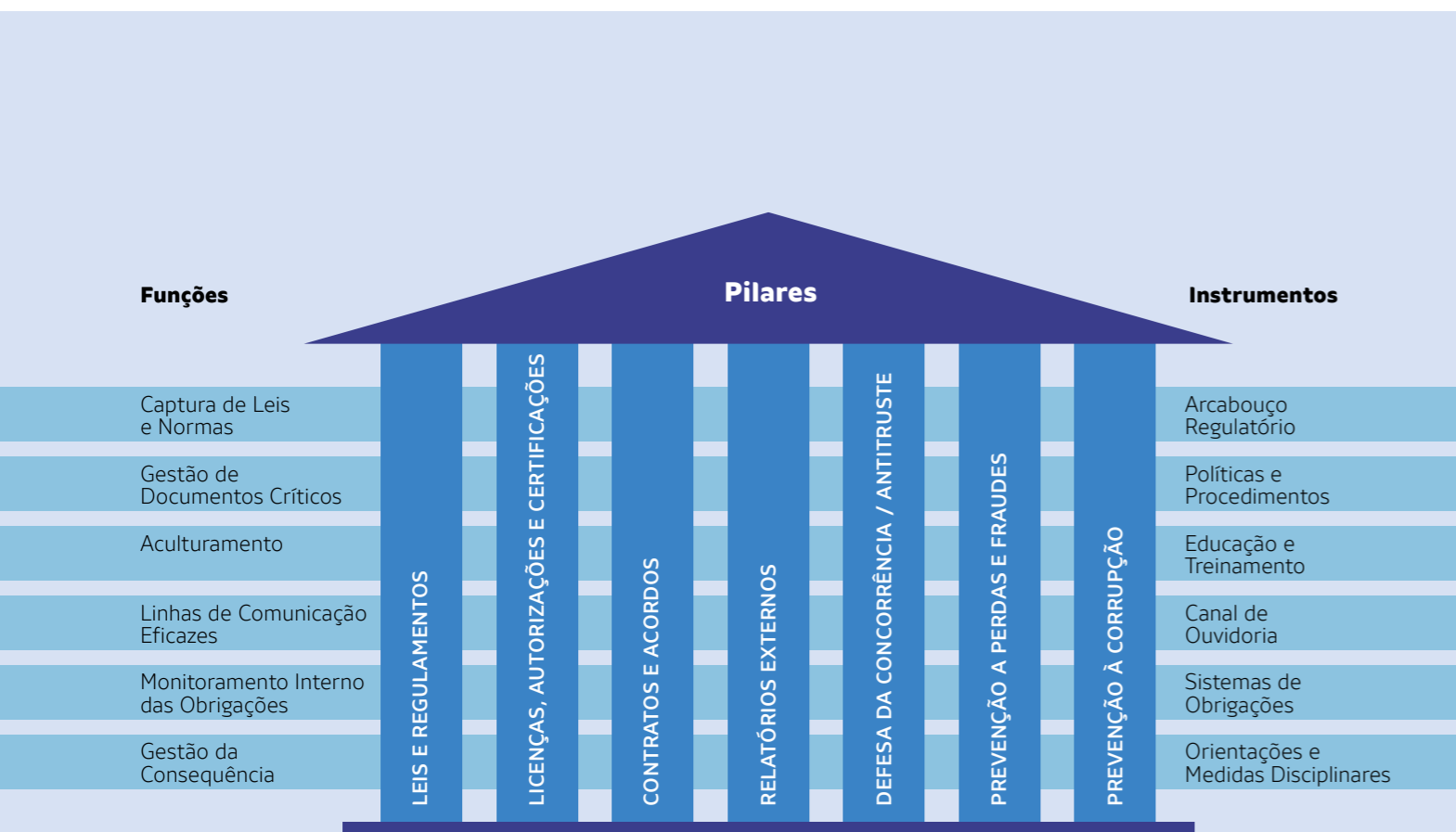
É responsável pela condução dos negócios, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração.

Composição 102-22 | 102-23

João Miranda – Diretor-Presidente
João Schmidt – Diretor de Desenvolvimento Corporativo
Luiz Caruso – Diretor do Centro de Excelência e Compliance
Luiz Marcelo Fins – Diretor Jurídico
Sergio Malacrida – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Programa de Compliance 102-17 | 102-25

A Votorantim mantém, desde 2013, Programa de Compliance estruturado em sete pilares, conforme demonstrado abaixo.



Linha Ética

Telefone:

0800 89 11 729

Site:

votorantim.com/linhaetica

Os temas relacionados a *compliance* são amplamente difundidos entre os empregados por meio de políticas e treinamentos que visam a orientá-los sobre os principais aspectos de cada um dos pilares.

Integra também o conjunto de diretrizes o Código de Conduta Votorantim, que contém os elementos essenciais acerca das relações entre a *holding* e as investidas com demais *stakeholders*. Além de estabelecer o comportamento esperado no ambiente de trabalho, no trato com os públicos externos, no uso de recursos da companhia e no cumprimento da Lei Anticorrupção, o documento estimula os relatos de qualquer suspeita de atos ilícitos ao canal de Linha Ética. O canal garante a confidencialidade das informações, preserva a identidade dos envolvidos e pode ser acionado também para esclarecer dúvidas de interpretação quanto ao Código de Conduta. A Linha Ética está disponível a todas as empresas investidas em diversos idiomas, sendo as denúncias recebidas encaminhadas ao Comitê de Conduta, responsável pela análise das ocorrências, definição da adoção de medidas disciplinares necessárias e garantia da aplicabilidade dessas ações.

A estrutura em torno da conduta ética é reforçada pela Política Anticorrupção, que engloba todas as empresas investidas. Além de atender à legislação brasileira vigente, o documento considera as práticas de governança relacionadas a medidas anticorrupção aplicadas no Brasil e no mundo. O propósito é garantir os mais elevados padrões de integridade, transparência nos processos e sustentabilidade dos negócios. Desde 2017, os empregados também são orientados pelo Manual Anticorrupção Votorantim.

Influência no *compliance* das empresas investidas

Adicionalmente ao processo de monitoramento das práticas de *compliance* por meio dos Comitês de Auditoria das empresas investidas, novas exigências legais são trabalhadas no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) de *compliance*. Composto pelos times dessa área de todas as empresas, o GT é municiado de conhecimento técnico e também influencia as empresas na adoção de processos e procedimentos em linha com as

melhores práticas de mercado. Foi o que ocorreu em 2018 em relação a *trade compliance* – tema trabalhado entre as investidas que comercializam produtos no exterior.

Transparência nas relações institucionais

Em 2018, houve a intensificação nos registros das interações com agentes governamentais, que visa a dar transparência sobre qualquer interação realizada pelos empregados com órgãos públicos em todas suas esferas.

Influenciado pela Votorantim, esse processo ganhou força de atuação nas empresas investidas.

Ainda no que tange à transparência nas relações, o processo de monitoramento dos relacionamentos dos empregados com concorrentes e agentes públicos foi aprimorado por meio da análise de possíveis conflitos de interesse identificados nos relatórios.

Compliance **Week**

Em dezembro, quando se celebra o Dia Mundial de Combate à Corrupção,

a Votorantim realizou, pelo segundo ano consecutivo, o Compliance Week, evento dedicado a promover, entre seus executivos e os das empresas investidas, a discussão sobre a legislação pertinente ao tema e, principalmente, a importância das práticas de *compliance* nos negócios, processos e relações do dia a dia. O evento de abertura, em São Paulo,

contou com a participação do filósofo e professor Clóvis de Barros Filho; do doutor em Direito Penal Guilherme Alfredo de Moraes Nostre; e da desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) Maria Cecília Mello.

Questões como ética, moral e valores foram abordadas sob a ótica da responsabilidade individual – inclusive a de manter a visão inequívoca da Votorantim, de que só existe um jeito de fazer negócios: o certo.

As apresentações versaram ainda sobre a responsabilidade civil dos administradores, relacionada à imagem de toda a companhia.

A Compliance Week também promoveu eventos regionais em Curitiba e em Lima, no Peru, bem como nas empresas investidas, de acordo com os temas pertinentes a cada uma delas, incluindo palestras, treinamentos e estudos de caso.

Gestão de **riscos**

102-9 | 102-11 | 102-30

Por meio dos Comitês de Auditoria das empresas investidas, a Votorantim avalia se os riscos residuais dos negócios têm impacto significativo no apetite a risco definido pela *holding* e também influencia todo o processo de gestão de riscos das investidas, que vem evoluindo nos últimos anos: de discussões conceituais de riscos inerentes para o entendimento de aspectos de riscos de negócios e seus impactos no valor de cada empresa.

As investidas têm a responsabilidade de identificar, quantificar e tratar os riscos estratégicos, ambientais, sociais, regulatórios e financeiros. Sua classificação em termos de probabilidade e impacto segue os mesmos parâmetros definidos no apetite a riscos da *holding*, que avalia esses impactos no contexto do portfólio.

O método de avaliação do apetite consiste em duas análises: (i) qualitativa, na qual são definidas as diversas esferas de riscos; e (ii) quantitativa, baseada no cálculo do risco máximo que a Votorantim está disposta a assumir no âmbito de sua capacidade global. A partir dessa análise, são estabelecidos os percentuais de tolerância a riscos que, se atingidos, acionam os Comitês e Conselhos de Administração das empresas.



Excelência em ecoeficiência e mitigação de riscos ao meio ambiente são os principais focos das diretrizes ambientais da Votorantim.

Conservação do meio ambiente

O compromisso da Votorantim com a preservação do meio ambiente se manifesta por meio da influência sobre as empresas investidas para que elas se preocupem a todo o instante com os impactos das suas atividades e também com a conscientização dos públicos interno e externo sobre a necessidade de assegurar um futuro sustentável para as próximas gerações.

Dessa forma, as empresas investidas adotam iniciativas para dimensionar – e reduzir – o uso de recursos naturais, como água e energia elétrica, a geração de resíduos e a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), além de atuarem perante sua cadeia de fornecedores, monitorando os impactos negativos dos parceiros e contribuindo para que eles também adotem as melhores práticas. *(Saiba mais sobre as iniciativas das empresas investidas no capítulo Portfólio)*

Gestão de ativos ambientais

Saiba mais
legadodasaguas.com.br

A Reservas Votorantim (Reservas) atua na gestão dos ativos ambientais das empresas investidas, que tem como propósito gerar valor compartilhado, o que significa criar receitas na cadeia produtiva por meio da conservação dos territórios, dos recursos hídricos e do desenvolvimento das comunidades.

Sob sua gestão estão 62 mil hectares, distribuídos em dois Legados: o das Águas, maior reserva privada de Mata Atlântica do Brasil, espalhada pelos municípios paulistas de Juquiá, Miracatu e Tapiraí; e o Verdes do Cerrado, reserva particular de desenvolvimento sustentável, localizada no município de Niquelândia, em Goiás.

Os objetivos são gerar valor compartilhado e manter a conservação de territórios e recursos hídricos.

Em 2018, a Reservas deu início ao negócio de Compensação de Reserva Legal com proprietários rurais, alguns dos quais com contratos em operação. Nesse mesmo sentido, promoveu esses serviços em feiras de agronegócio.

No Legado das Águas, a aproximação com a Fundação Florestal de São Paulo resultou na elaboração de um plano compartilhado com o Parque Jurupará, que possibilitará aproveitar oportunidades em pesquisa e ecoturismo. Além disso, o trabalho de melhoria da gestão do turismo beneficiou as cidades do entorno. Com isso, duas delas já detêm o título de município de interesse turístico.



Legado **Verdes do Cerrado**

No Legado Verdes do Cerrado, criado em 2017 em parceria com o Governo de Goiás, outra frente é o reflorestamento de nascentes de proprietários rurais, que tem se refletido em grande demanda por aquisição de mudas, o que levou o viveiro a ter sua capacidade ampliada de 40 mil para quase 300 mil mudas. Parte delas é utilizada em um projeto de reflorestamento em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) e pequenos produtores. O Legado doa as mudas e, em mutirão com os agricultores e a Faeg, realiza o plantio. A iniciativa já permitiu a recuperação de quatro nascentes da região de Niquelândia.

Na área de Cerrado, o Legado iniciou também pesquisa para a quantificação do volume de carbono. Em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), a ideia é calcular com precisão o sequestro de carbono em uma rede adensada do Legado Verdes do Cerrado para ser utilizada como amostra.

O trabalho, que deve se estender por dois anos, está em andamento em uma área de 31 mil hectares e foi desenhado de forma a ter um elevado grau de precisão.

Além de todas essas práticas – replicadas da experiência adquirida no Legado das Águas –, o Legado Verdes do Cerrado conta com um adicional: o plantio de soja em parte da área antes destinada ao cultivo de eucalipto. Na safra 2017/2018, mil hectares receberam plantio, com a posterior colheita de 55 mil sacas de soja.

Inovação em biodiversidade

No Legado das Águas foi realizado um projeto de **mapeamento genético das plantas** da Mata Atlântica com potencial para desenvolvimento de bioprodutos. Com ferramentas de alta tecnologia, foi sequenciado o DNA de mais de 50 espécies em busca de matéria-prima que pode ser de interesse das indústrias farmacêutica e de cosméticos. Assim, ao longo dos últimos três anos, foi criado banco de dados específico de uma floresta tropical, denominado “Floresta Digital”.

Em outra iniciativa de inovação colaborativa foi desenvolvido um sistema de rastreabilidade da produção vegetal do viveiro, intitulado Código Verde. Inovador no mercado, o *software* possibilita identificar todas as plantas nativas da localidade, de forma que os interessados em adquiri-las possam acessar, via *QR-Code* no celular, a origem da semente e como foi conduzido o processo de produção. Os dados conferem mais segurança, na medida em que é possível adotar soluções rápidas caso ocorra algum problema com o paisagismo, pelo fato de a vida útil das espécies ter sido integralmente monitorada. O projeto conquistou o prêmio da GS1 Brasil, a Associação Brasileira de Automação.

No Cerrado, foi iniciado um projeto de agrofloresta, que consiste em estabelecer, em um mesmo terreno, diversas espécies com ciclos diferentes de vida (hortaliças, frutas, madeira, entre outros), com produção durante todo o ano. A ação, em parceria com o Instituto Tiradentes, envolve seis hectares de agricultura sintrópica que, disseminada entre os agricultores locais, tem grande potencial de geração de renda.

Investir no **melhor de cada um** para chegar no melhor de todos.



Pessoas

Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO)

Acesse

[linkedin.com/company/votorantim](https://www.linkedin.com/company/votorantim)

A área de DHO da Votorantim está estruturada nas frentes:

- Atratividade, engajamento e comunicação.
- Desenvolvimento.
- Remuneração e benefícios.

O objetivo do DHO é propiciar um ambiente que permita que as pessoas se desenvolvam genuinamente.

No fim do período, as iniciativas eram direcionadas a 918 empregados da *holding*, do CoE, do Instituto Votorantim e da Reservas, dos quais 349 eram homens e 569 mulheres. Com o intuito de desenvolver práticas específicas para esses diferentes públicos e negócios, a área de DHO tem duas equipes dedicadas e independentes. Uma delas é dedicada para a gestão dos empregados do CoE em São Paulo e Curitiba, no Brasil, e no Peru. A outra, por sua vez, atua na gestão dos empregados alocados no escritório da *holding* em São Paulo, no Instituto e na Reservas. **102-8**

Atratividade, engajamento e comunicação

Em 2018, foram reformulados os programas de entrada de jovens talentos

na Votorantim. Foi fortalecido o Programa de Estágio da *holding*, formalmente estruturado, com 812 inscritos para as 11 vagas disponíveis. Ele engloba ações de desenvolvimento exclusivas para os participantes e avaliações de desempenho, que se conectam à integração do estagiário nas suas funções do dia a dia. Dos 11 estagiários, três foram contratados pela Votorantim ou por alguma de suas investidas após o término do programa.

Com o mesmo objetivo de atrair jovens talentos, o Programa de Estágio do CoE tem periodicidade semestral. Em 2018, a iniciativa contou com 56 estagiários selecionados entre os 3.234 inscritos. O programa é focado em aprimorar as *soft skills*, com treinamentos para desenvolver temas como criatividade, empatia e resolução de problemas.

O CoE também desenvolveu o Programa Jovens Talentos, dedicado à captação de jovens recém-formados em cursos que podem contribuir de forma significativa em sua estratégia de transformação digital. Em 2018, foram sete jovens contratados nas áreas de Consultoria de Negócios, Analytics e Inovação. Todos participam de um programa composto por *mentoring* e desenvolvimento de *soft skills*,

visitas às empresas investidas da Votorantim, bem como contato com a rede de talentos destas empresas.

Outro programa desenvolvido pelo CoE desde 2010, o Melhor Idade, Melhor Emprego (MIME), promove a execução de projetos operacionais por pessoas acima de 45 anos ou que estão aposentadas. O objetivo é que elas obtenham renda complementar por meio do direcionamento de esforços a atividades mais analíticas, que exigem conhecimento específico. Sem ciclo definido para contratação, a iniciativa encerrou 2018 com 13 integrantes.

Na *holding*, dois outros programas que contribuem para a atração de talentos são o de Embaixadores e o Alumni. Do primeiro participaram em 2018 cerca de 60 funcionários voluntários, que atuaram como porta-vozes da companhia em 19 ações, representando a Votorantim em eventos e feiras, aulas e palestras em universidades.

Os Embaixadores também são responsáveis por recepcionarem grupos de estudantes em visitas à companhia, como no evento Votorantim Finance Tour, promovido para membros das Ligas Universitárias de Mercado Financeiro. Para isso, os Embaixadores recebem capacitações e estímulos, de maneira a expor os diferenciais da companhia e ouvir as demandas dos públicos externos.

Já o Alumni busca manter ex-funcionários próximos à Votorantim, por meio de convites para iniciativas internas e comunicados sobre oportunidades de emprego na companhia.

O nível de engajamento é medido anualmente pela Votorantim. Em 2018, a pesquisa contou com a participação de 96% do quadro funcional da *holding*, da Hejoassu, do Instituto Votorantim e da Reservas Votorantim. Foram mensurados o Índice de Engajamento, que alcançou 4,15 (em uma escala que vai até 5,00), e o Índice de Liderança, que atingiu 75% (em uma escala que vai até 100%). O CoE também aplica uma pesquisa de engajamento, na qual alcançou resultado de 4,02 (em uma escala que vai até 5,00).

Para manter os profissionais sempre informados dos principais eventos, são divulgados *newsletters* e informes eletrônicos, além de eventos presenciais com foco em debater e sanar dúvidas sobre temas estratégicos da companhia, como o Encontro Votorantim, realizado pela *holding*, e o Diálogo, realizado trimestralmente no CoE. Na relação entre a Votorantim e as empresas investidas, a interação se dá por meio do Encontro de Lideranças, que ocorre anualmente. **102-8**

Desenvolvimento

No âmbito do Sistema de Desenvolvimento Votorantim (SDV), que concentra ações para estimular e acelerar a trajetória profissional, foi conduzido pela *holding* um minucioso trabalho de avaliação individual dos profissionais, identificando traços do perfil e comportamento, pontos fortes, tipos de potencial e habilidades, entre outras características. Com essas informações, cada indivíduo, com o apoio do gestor e da área de DHO, define oportunidades de desenvolvimento profissional para o momento e para o futuro, trabalhando de forma única com um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

O DHO tem como objetivo tornar os processos de avaliação mais fluidos e adequados aos atuais contextos do mercado de trabalho, o que significa entender os desafios individuais

e como os profissionais podem agregar valor ao trabalho desenvolvido em suas áreas de atuação. Isso inclui ações de autoconhecimento e fomento ao diálogo constante.

No CoE, dois programas estruturados para o desenvolvimento se destacam. Um deles é o Líder Mais, cujo objetivo é promover ações para manter gestores alinhados aos negócios e às estratégias da Votorantim, capazes de liderar inovações, engajar suas equipes e superar os desafios em um cenário de V.U.C.A. (sigla em inglês para *Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity*, ou seja, Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade). O programa tem duração de um ano e meio.

Participaram da última versão 77 pessoas, incluindo todos os líderes e uma turma de profissionais que não ocupam cargos de gestão, mas têm demonstrado potencial para tal. Os temas abordados foram de autoconhecimento a ferramentas de apoio à gestão do tempo e da rotina.

O segundo destaque é o Mês Desenvolva, que promove, em duas edições anuais, o incentivo ao autodesenvolvimento e protagonismo na gestão da carreira. Em 2018, foram mais de 400 empregados que participaram de ações relacionadas aos seguintes temas: *customer experience*, tecnologias emergentes, estatística, futuro do trabalho e oficina de *feedback*.

Academia Votorantim



Acesse
vototalks.com.br

O pilar Desenvolvimento envolve também a Academia Votorantim, estruturada sob as frentes Inspiração & Provocação, Jornada Pessoal e DNA Votorantim, cujos programas, extensivos às empresas investidas, tendem a ser ampliados em vivências. Essa abordagem permitiu que os eventos promovidos pela Academia tivessem 20% de aumento nas participações em 2018.

No ano, a Academia Votorantim promoveu o Vototalks Festival, que incluiu 20 palestras *on-line*, com cerca de 10 mil visualizações. Os palestrantes compartilharam conhecimentos, técnicas e caminhos percorridos em processos de transformação. Abordaram também assuntos como inovação colaborativa, futuro da educação, criação de *startups* em empresas centenárias, indústria 4.0 e economia circular. Foram disponibilizados ainda *podcasts* com painéis sobre diversos temas. Ao fim do período, 15 horas de treinamento haviam sido ministradas por meio da plataforma do festival.

A plataforma colaborativa Vototalks integra a estratégia da Votorantim de promover a criação de múltiplas ferramentas de inspiração, formação e diálogo, para os públicos interno e externo, com o objetivo de provocar reflexões e ações em torno da projeção do futuro.



Acesse
votorantim1818.com.br

A Academia Votorantim é também um *hub* para as investidas no apoio para o 18.18, programa de transformação que busca ampliar a conexão das pessoas com tendências que impactarão os negócios, desafiando-as a adotarem a inovação. O Programa é orientado por cinco grandes movimentos – cultura de alta *performance*, novos padrões e tecnologias emergentes, *business [re] design*, transformação consciente e *global mindset*. Alinhadas à iniciativa, todas as investidas e a própria Votorantim têm sido desafiadas a buscar inovação.

No *site* do programa, aberto ao público em geral, há artigos, *podcasts* e vídeos que ajudam a ampliar a conexão com tendências e movimentos de impacto no futuro das organizações; engajar as lideranças na implementação de modelos compatíveis com as novas demandas do mercado; promover sistematicamente o alinhamento entre propósito e visão de futuro; e estimular ambientes, comportamentos e processos que fortaleçam a inteligência coletiva, levando em conta a realidade dos diferentes negócios nos quais a Votorantim está presente.

A Academia Votorantim conduz ainda o Potenciar, criado em 2012 com o objetivo de reconhecer e investir em talentos internos, promovendo a aceleração do seu aprendizado por meio de formações técnicas e comportamentais. A grade de formação foi atualizada, colocando o empregado como protagonista do próprio desenvolvimento. Contando com sete participantes da *holding* e do Instituto Votorantim, bem como 11 do CoE, a iniciativa teve duração de 12 meses e foi dividida em três blocos: “Eu”, focado no processo de autoconhecimento; “Nós”, em que os integrantes se aprofundam no modelo de negócios, na estratégia das empresas e em tendências mundiais; e “Todos”, que aborda os impactos e o valor agregado pelo portfólio da Votorantim à sociedade.

Remuneração e benefícios

Em 2018, a *holding* reformulou seu Comitê de Performance para uma avaliação 100% qualitativa do gestor. O processo contou com a presença de todos os gestores, inclusive os responsáveis pela orientação e treinamento dos estagiários. A partir da contextualização e educação sobre conceitos básicos de remuneração, todos receberam, ao final, uma avaliação de cada membro da sua equipe, de forma a facilitar e guiar o processo de *feedback* formal.

Em relação a benefícios, além dos estabelecidos pela legislação, como vales-refeição/alimentação e transporte, a Votorantim oferece diferenciais como os destacados na página ao lado.

Adicionalmente, no CoE, há reembolso de material escolar, reembolso-farmácia e auxílio-creche para homens e mulheres.

A Votorantim promove também ações exclusivas para seus empregados. Anualmente é realizada a Semana +Vida, focada na realização de exames e promoção de saúde por meio de uma série de iniciativas.

Com diferentes programações, a versão de 2018 incluiu treinamento de primeiros socorros, horários estendidos de massagens, programa de incentivo à prática de atividade física (+Movimento), palestras e divulgação de guia sobre alimentação saudável, atividades de saúde emocional e atendimento médico.



Diferenciais oferecidos

- Plano de saúde
- Plano odontológico
- Seguro de vida
- Previdência Privada via Fundação Senador José Ermírio de Moraes (Funsejem)
- Cartão de Natal
- Vale brinquedo no Natal para empregados com filhos
- Atendimento/acompanhamento médico
- *Check-up* executivo
- Programa de gestante
- Vacina antigripe
- Frutas
- Massagem
- Subsídio para academias
- Programa de Apoio ao Empregado (PAE), em parceria com a Alelo, para apoio psicológico, financeiro e familiar
- Parceria com as unidades do Serviço Social do Comércio (Sesc)

A importância de **incorporar a atuação social** no modelo de negócios.

Essa é uma preocupação das investidas, que, mesmo antes de ingressar em um território, analisam o contexto local e os impactos da operação e criam um plano para gerar resultados positivos no campo social.

TOPOS
NOVOS ARES PARA A RE
NOVA ENERGIA PARA O

Compromisso social

Ao longo de suas histórias, as empresas investidas da Votorantim sempre atuaram de forma a manter um relacionamento respeitoso com as comunidades buscando construir um legado social positivo. Ao ingressarem em qualquer território, as empresas mobilizam profissionais que mapeiam as características, necessidades e potenciais das localidades e identificam os impactos causados pelas operações, de forma a elaborar planos de ação que apoiem o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

A Votorantim tem o papel de influenciar as empresas investidas para que mantenham compromisso com a criação de oportunidades e com o desenvolvimento local. O Instituto Votorantim apoia as empresas no desenho e implementação de suas estratégias sociais com visão direcionada para cada negócio.

Instituto Votorantim

Saiba mais

institutovotorantim.org.br

Em 2018, cerca de 200 ações sociais foram implementadas pelo Instituto Votorantim em 160 municípios no Brasil, no Peru, na Argentina e na Colômbia. Essas ações são definidas de acordo com as necessidades de cada empresa investida ao mesmo tempo que proporcionam ganhos de escala. Dessa forma, são privilegiados projetos nos segmentos de educação e geração de trabalho e renda, sob o conceito de inclusão produtiva, que se traduz em cidadania.

Nesse sentido estão estruturados os programas Parceria Votorantim pela Educação (PVE), ReDes e Apoio à Gestão Pública (AGP), cujas ações respondem por cerca de 80% do trabalho do Instituto. Há ainda outras iniciativas em andamento, como Voluntariado Corporativo, Programa de Qualificação de Organizações, Programa de Apoio de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes e o Programa de Fóruns Comunitários.

Educação e geração de renda são temas privilegiados pelo Instituto Votorantim nas ações com as comunidades, em linha com a estratégia de desenvolvimento territorial.



Etapas de gestão da atuação social

Priorização de localidades:

Com base no levantamento da estratégia do negócio, dos impactos da empresa e da criticidade social dos municípios de operação, são definidas as localidades onde o trabalho será concentrado.

Caracterização de localidades:

Inclui análise aprofundada do contexto local e do negócio para identificar desafios e oportunidades no campo social.

Agenda social: Definição dos focos de atuação com base no resultado da caracterização. O planejamento social, por sua vez, se dá a partir de visão de médio e longo prazos, com definição dos objetivos e resultados esperados e os caminhos a serem percorridos.

Planos de investimento: Inclui os programas e projetos que darão suporte ao alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento e detalha o orçamento e o cronograma de

execução das iniciativas. Para as localidades e os públicos beneficiados, é a fase mais visível do trabalho.

Gestão do portfólio: Ocorre o monitoramento das iniciativas em execução para assegurar os avanços pretendidos e a assertividade dos investimentos, assim como a identificação de novos riscos e oportunidades e, se necessária, a promoção de ajustes.

Parceria Votorantim pela Educação (PVE)

PVE em números

104 municípios

Mais de **mil escolas**

360 mil alunos impactados direta e indiretamente

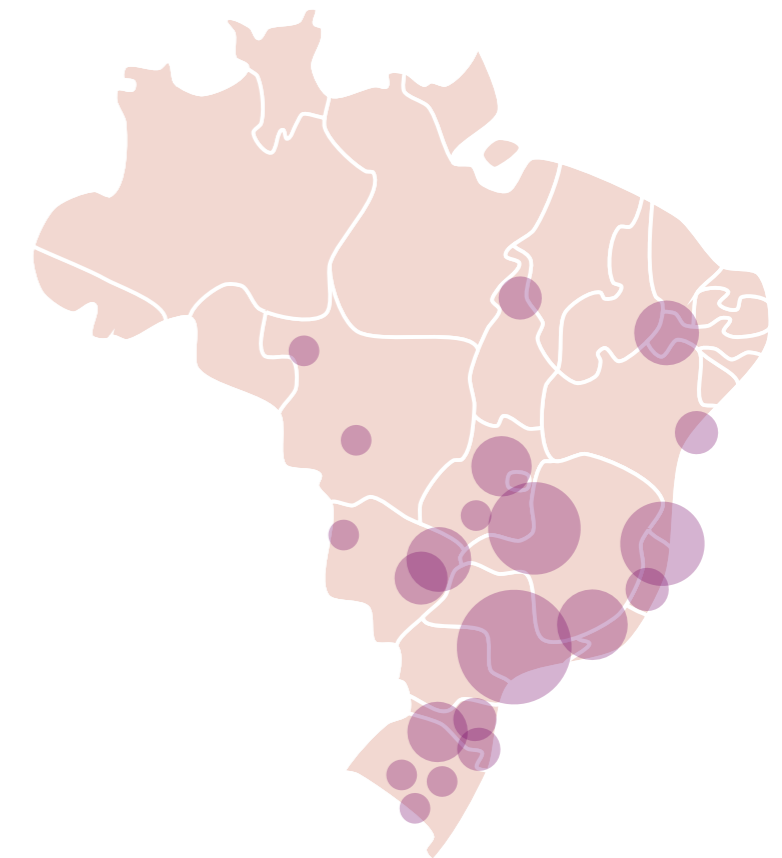
Mais de **2 mil gestores** das secretarias municipais capacitados

Mais de **770 diretores e coordenadores** das escolas engajados

Além disso, ao considerar as diferentes realidades regionais e entender que cada experiência gera valor na construção de uma rede educacional de qualidade, o PVE contribui para transformar práticas individuais e estruturar redes sociais que atuam em prol da educação.

Em 2018, sob o tema “Gestão com foco na aprendizagem”, a iniciativa enfatizou o apoio aos gestores na análise de resultados e na qualificação das rotinas de acompanhamento e formação, de forma que os alunos aprendam mais, melhor e no tempo adequado. No início de 2019, o nome do Programa foi alterado para Parceria pela Valorização da Educação.

Tendo sido criado há uma década, o PVE foi fortalecido no ano do centenário, quando suas atividades se estenderam para 104 municípios do País, mais que o dobro dos 51 participantes no ano anterior. Dedicada ao aperfeiçoamento das gestões educacional e escolar, a iniciativa promove a articulação de gestores, famílias, empregados das empresas investidas e demais segmentos da sociedade capazes de contribuir para impulsionar a qualidade da educação.



Programa ReDes

ReDes em números

R\$ 2,3 milhões investidos diretamente em projetos

33 negócios inclusivos apoiados
22 municípios atendidos em
12 estados e Distrito Federal

Setores: agricultura, pesca, piscicultura, produção de leite, plantio de flores, artesanato, panificação, confecção de bijuterias e oficinas de costura

Em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o ReDes foi criado em 2010 e também conta com a participação do Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Fumin – BID).

O BNDES aporta os mesmos valores aplicados pelas empresas investidas na proporção 1:1 para projetos coletivos de geração de renda. Um exemplo é o da Associação Nossa Senhora da Conceição, de Sobral (CE), cujos associados coletam coco de babaçu e utilizam sua castanha para a produção de óleo, sendo o resíduo utilizado como biomassa processada nos fornos da Votorantim Cimentos. A ação gera renda para a comunidade local graças à comercialização do óleo e do resíduo e contribui para reduzir as emissões e os custos com o coque de petróleo, principal combustível utilizado no processo de produção de cimento.

Apoio à Gestão Pública (AGP)

AGP em números

R\$ 2,7 milhões investidos

25 projetos apoiados

16 municípios atendidos em nove estados

Por conta de sua abrangência nacional, as empresas investidas da Votorantim operam em muitas áreas remotas e em municípios nem sempre plenamente equipados. Especialmente nesses territórios, o AGP oferece suporte técnico às prefeituras, em especial de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e população inferior a 50 mil habitantes, para que qualifiquem seus processos e ferramentas de gestão e instrumentos e diretrizes de planejamento urbano. Também em parceria com o BNDES, a iniciativa beneficiou, no ano, 25 projetos em duas frentes: modernização da gestão e ordenamento territorial, fortalecendo o papel do poder público municipal como agente do desenvolvimento local.

Guia do Voto

Guia do Voto em números

Potencial de alcance de **17 milhões** de pessoas

1,5 mil exemplares do livro

184 mil downloads do app

7 mil comentários nas redes sociais

A ação, de incentivo ao voto consciente por meio da reflexão sobre política e ética e a importância da participação de todos para a construção do futuro do País envolveu a confecção de um livro (“Guia do Voto” escrito pelo cientista político Humberto Dantas) sobre o sistema eleitoral e a função de cada cargo eletivo, com esclarecimentos das dúvidas mais comuns do eleitor. O conteúdo, adaptado, também foi disponibilizado para *download* na forma de *e-book* e em aplicativo, com testes de conhecimento sobre as eleições e exercícios para os usuários opinarem em relação aos temas debatidos pelo Congresso, de forma a identificarem os partidos que votam de acordo com suas convicções.

Acesse

guiadovoto.org.br

Via Solidária

Via Solidária em números

R\$ 651 mil arrecadados

13 projetos beneficiados

A campanha Via Solidária, que incentiva os empregados da Votorantim e das empresas investidas a doarem recursos a projetos relacionados à garantia de direitos de crianças e adolescentes, alcançou R\$ 651 mil em 2018, valor oito vezes superior ao arrecadado em 2017. As contribuições, que podem ser feitas por boleto bancário ou por meio de desconto em folha de pagamento, inclusive em parcelas, podem ser abatidas do Imposto de Renda pelos doadores que adotam a declaração completa.

Os projetos beneficiados, indicados e aprovados pelos Conselhos Municipais ou Estaduais da Criança e do Adolescente, são apoiados pelas empresas investidas com direcionamento de recursos e qualificação técnica.

Desafio Voluntário

Desafio Voluntário em números

4 mil participantes

9 mil ações

Realizado entre empregados e terceiros da Votorantim e de todas as empresas investidas, o Desafio Voluntário consiste na realização de atividades de cunho social em organizações sociais e escolas selecionadas pelos participantes. As equipes recebem pontos, que são lançados em uma plataforma *on-line* e, ao final, os voluntários mais engajados, assim como sua instituição escolhida, são premiados.

Em 2018, a iniciativa bateu recorde de participantes e de ações: 4 mil e 9 mil, respectivamente. Além disso, envolveu o PVE nas ações de mobilização.



ENCONTRO COM O MERCADO 2018

Prudência
na alocação
de capital.

Desempenho
econômico-financeiro

Relações com Investidores

Acesse
votorantim.com/ri

Embora seja uma empresa de capital fechado, a Votorantim dispõe de diversos canais e ações para se relacionar com o mercado financeiro. Seus resultados são divulgados anualmente e trimestralmente no *site* de Relações com Investidores (RI) e para a imprensa, acompanhados de teleconferências com investidores e analistas do mercado financeiro. São ainda divulgados comunicados sempre que algum fato relevante ocorre na Votorantim ou nas empresas investidas.

Além disso, são promovidos anualmente o Encontro com o Mercado, há 14 anos consecutivos, em São Paulo, e o Votorantim Day, há oito anos, em Nova Iorque. Nesses eventos, cujo objetivo é estreitar o relacionamento com bancos e investidores, são abordados o cenário macroeconômico, as estratégias e os resultados da companhia.

Em 2018, a Votorantim reformulou seu *site* de RI nas versões português e inglês. Integrado ao *site* institucional da Votorantim, o novo *layout* seguiu as diretrizes do reposicionamento da marca, também realizado no ano, com o objetivo de oferecer aos usuários melhor navegabilidade.

Resultados 2018

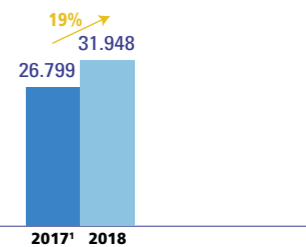
Resultados operacionais

Perante um cenário de incertezas político-econômicas, a Votorantim manteve a prudência na execução das diversas ações referentes à transformação do portfólio e, ao mesmo tempo, o desempenho de suas empresas investidas levou a resultados consolidados mais robustos que os do período anterior.

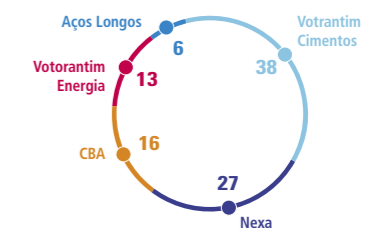
Em uma visão consolidada, a Votorantim registrou receita líquida de R\$ 31,9 bilhões, 19% superior à de 2017, em virtude principalmente do melhor resultado apresentado pelas operações brasileiras de cimento, e da depreciação do real frente ao dólar norte-americano, que impactou positivamente a consolidação das operações no exterior. O maior volume de vendas de zinco dos *smelters* e o aumento dos preços de alumínio também contribuíram para o resultado.

O Ebitda ajustado totalizou R\$ 6,9 bilhões, aumento de 47% em relação a 2017, também em razão, principalmente, dos melhores resultados das operações de cimento no Brasil e da depreciação do real diante do dólar.

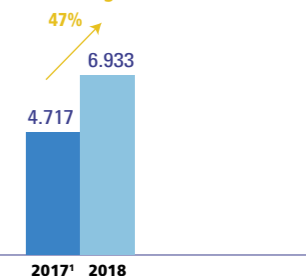
Evolução da **receita líquida** (R\$ MILHÕES)



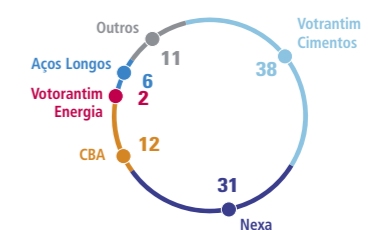
Por **segmento** (%)



Evolução do **Ebitda ajustado** (R\$ MILHÕES)

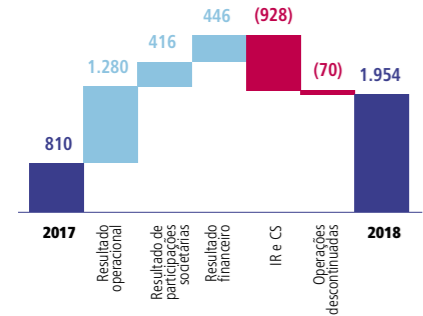


Por **segmento** (%)



* Valor reapresentado

Evolução do **lucro líquido** (R\$ MILHÕES)



Lucro líquido e geração de caixa

A Votorantim registrou um lucro líquido de R\$ 2,0 bilhões no ano, frente a um lucro líquido de R\$ 810 milhões em 2017.

A variação positiva no resultado operacional se deve principalmente ao aumento no Ebitda ajustado.

O resultado de participações societárias aumentou R\$ 416 milhões, devido ao maior lucro líquido das empresas investidas que são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, especialmente Fibria e Banco Votorantim.

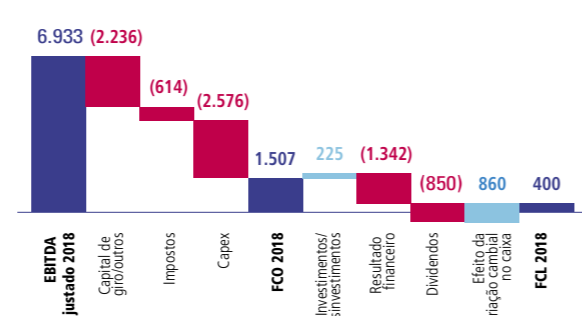
O resultado financeiro foi superior em R\$ 446 milhões, principalmente devido ao efeito não caixa do aumento de R\$ 417 milhões no valor justo dos instrumentos derivativos, utilizados para converter os empréstimos bilaterais em dólar norte-americano para real.

A variação negativa de R\$ 928 milhões em Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) é explicada principalmente pelo aumento do prejuízo fiscal diferido relacionado ao impacto da reorganização societária executada pela Votorantim Cimentos.

As operações descontinuadas refletem especialmente a classificação dos ativos da Índia como disponíveis para venda, executada pela Votorantim Cimentos em 2018.

No ano, o Fluxo de Caixa Operacional (FCO) totalizou R\$ 1,5 bilhão, um aumento de 121% em relação a 2017, principalmente devido ao aumento do Ebitda ajustado e à redução do Capex.

Fluxo de **caixa** (R\$ MILHÕES)



O Fluxo de Caixa Livre (FCL) totalizou R\$ 400 milhões. A variação negativa de R\$ 2,5 bilhões quando comparado a 2017 deve-se principalmente ao recebimento de recursos da oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Nexa e à venda de ativos não estratégicos pela Votorantim Cimentos em 2017.

Liquidez e endividamento

No fim de 2018, a dívida bruta consolidada totalizava R\$ 24,5 bilhões, 1% menor em relação a 2017. Apesar do pagamento antecipado de R\$ 1,9 bilhão de dívidas, principalmente pela Votorantim Cimentos, a redução da dívida bruta foi compensada pela depreciação do real em relação ao dólar norte-americano (de R\$/US\$ 3,31 em dez/17 para R\$/US\$ 3,87 em dez/18).

O efeito de subsidiárias excluídas da consolidação representa o total da dívida do parque eólico Ventos do Piauí, que agora é considerado no nível da *joint venture*, formada pela Votorantim Energia e o CPPIB, e por isso não é mais consolidado no resultado da Votorantim.

O caixa, os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras totalizaram R\$ 11,0 bilhões, 42% dos quais denominados em reais.

A Votorantim e a Votorantim Cimentos possuem duas linhas de crédito rotativo (*Revolving Credit Facilities*) que expiram em 2023, no total de US\$ 700 milhões, que somadas ao caixa totalizam uma posição de liquidez de R\$ 13,7 bilhões.

A dívida líquida totalizou R\$ 13,2 bilhões, 7% maior do que em 2017, refletindo principalmente a depreciação do real diante do dólar norte-americano. A alavancagem financeira, dada pelo quociente dívida líquida/Ebitda ajustado, atingiu 1,91x, uma queda substancial de 0,71x se comparada a dezembro de 2017 e 0,69x na comparação com setembro 2018.

Investimentos

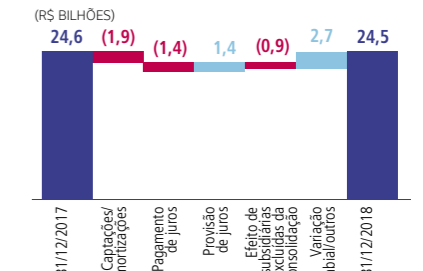
O Capex totalizou R\$ 2,6 bilhões, 17% inferior ao registrado a 2017. Os projetos de expansão representaram 24% dos recursos investidos.

Os projetos da Votorantim Cimentos representaram 34% do total destinado à expansão.

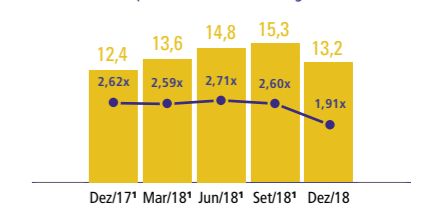
Representando 56% do total de investimentos em expansão, a Nexa manteve, entre outros, os investimentos no projeto de aprofundamento da mina em Vazante, em Minas Gerais no Brasil. O propósito é aumentar a vida útil da mina até 2027, garantindo o fornecimento de zinco.

O parque eólico da Votorantim Energia – Ventos do Piauí I – respondeu por 10% do total de investimentos em expansão, destinados para a conclusão da execução financeira do projeto, no início do ano.

Evolução da **dívida bruta** (R\$ BILHÕES)



Dívida líquida (R\$ BILHÕES)
Dívida líquida/Ebitda ajustado

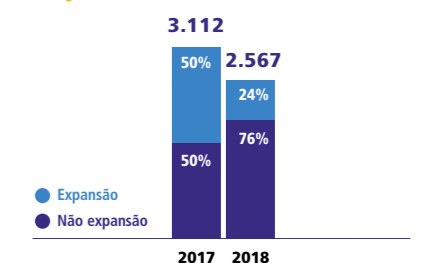


* Valor reapresentado

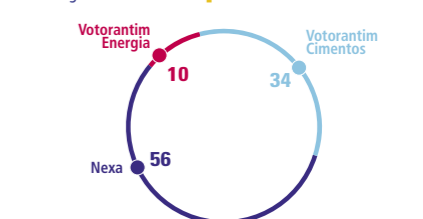
Endividamento por modalidade e por moeda (%)



Capex (R\$ MILHÕES)



Projetos de **expansão** (%)





Holding de investimentos permanentemente capitalizada, **com visão de longo prazo**, que busca retornos financeiros superiores com impacto social e ambiental positivo.

Transformação do portfólio 102-10 | 102-15

Em 2018, a Votorantim deu passos importantes na transformação de seu portfólio. Em fevereiro, a combinação das operações nacionais de Aços Longos da Votorantim com a ArcelorMittal Brasil recebeu o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Com isso, a Votorantim passou a deter participação de 15% no negócio de aços longos da ArcelorMittal Brasil.

Em março, os acionistas controladores da Fibria e da Suzano assinaram acordo para combinar suas operações, o que foi concluído em janeiro de 2019, após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias no Brasil e no exterior. Com a conclusão do negócio, a Votorantim passou a deter participação minoritária de 5,5% da Suzano.

Em outubro, o consórcio constituído pela *joint venture* entre a Votorantim Energia e o fundo Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) apresentou a proposta vencedora do leilão para a aquisição do controle acionário da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). A transação, concluída em dezembro, está alinhada aos objetivos de crescimento da *joint venture* em geração de energia renovável no Brasil.

Investimentos imobiliários

ARCA:
arcaspaces.com
 Instagram: [@arcaspaces](https://www.instagram.com/arcaspaces)

PIU:
piuleopoldina.com.br

O negócio de Investimentos Imobiliários, criado para gerir e desenvolver os ativos imobiliários da Votorantim, avançou ao longo de 2018 com várias iniciativas de desenvolvimento na Vila Leopoldina, bairro da zona oeste da capital paulista, onde a Votorantim detém imóveis.

No período, houve o *retrofit* de um dos galpões históricos da companhia na Vila Leopoldina – que, no passado, abrigou a Metalúrgica Atlas –, transformado no mais novo espaço de eventos paulistano. Por meio de parceria com um grupo empresarial, o local, até então marcado pelo uso industrial e isolado do entorno por muros, passou a ser gerido comercialmente, com curadoria ativa. Denominado ARCA, o espaço, de mais de 9.000 m² foi inaugurado em outubro com um dos eventos mais importantes da capital, que integra seu calendário oficial: a São Paulo Fashion Week. A ARCA sediou ainda a celebração do Centenário da Votorantim, entre outros eventos.

No mesmo terreno, a Votorantim restaurou um segundo galpão, cujas obras da primeira fase, que contempla 6.500 m², foram concluídas em março de 2019. O novo espaço é dedicado a escritórios, mantendo-se a curadoria para ocupações que contribuam para o desenvolvimento da região.

Paralelamente, a Votorantim e outros proponentes privados seguem avançando com a Prefeitura de São Paulo no Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Vila Leopoldina – Villa Lobos, que busca criar condições para uma transformação positiva de toda a região, por meio de um amplo programa de intervenções de interesse público. O PIU é um instrumento previsto no Plano Diretor do Município de São Paulo aprovado em 2014 e regulamentado em 2016. É indicado para promover ordenamento e reestruturação urbana em áreas subutilizadas e com potencial de transformação.



O gradual processo de recuperação da economia nacional, em ritmo abaixo do esperado após a greve dos caminhoneiros e as incertezas decorrentes das eleições, impactou as vendas de cimento no Brasil, cujos volumes recuaram 1,2% em relação a 2017, segundo o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC).

Apesar dessa queda no mercado de cimento no Brasil no ano, a Votorantim Cimentos apresentou resultados positivos no País comparativamente ao ano anterior, além de melhor *performance* das operações no exterior. A companhia encerrou o exercício com receita

líquida consolidada de R\$ 12,6 bilhões, aumento de 15% em relação ao período anterior, e Ebitda ajustado consolidado de R\$ 2,6 bilhões, evolução de 51% na mesma comparação. Em bases comparativas, excluindo eventos não recorrentes, houve elevação de 18%. No fim de 2018 foi aprovado pela Votorantim um aumento de capital no valor de R\$ 2,0 bilhões, de forma a acelerar o processo de desalavancagem que já estava em andamento em decorrência do melhor resultado operacional. O aumento de capital, realizado em janeiro de 2019, fez com que a empresa, em base *pro forma*, alcançasse índice de alavancagem líquida de 2,8x.

Para além dos resultados, os destaques foram a conclusão do projeto de expansão da unidade de Charlevoix, nos Estados Unidos, adicionando 0,6 milhão de toneladas de capacidade. Outro marco foi a criação de uma *holding* não operacional em Luxemburgo para consolidar investimentos internacionais, o que resultará em benefícios como a alocação mais eficiente do caixa e da dívida entre as geografias. Em 2018 a empresa concluiu

o desinvestimento em projetos no Peru e está em processo de conclusão do desinvestimento das operações da Índia, dando seguimento à estratégia de racionalização de seu portfólio de ativos e foco nos países com melhores perspectivas de geração de valor.

No Brasil, os movimentos mais relevantes foram a constituição da empresa Juntos Somos Mais, dedicada à fidelização e à prestação de serviços ao varejo; a aquisição de um Terminal Portuário em Manaus (AM), por meio do qual a companhia ingressa em uma nova região; e o crescimento de outros produtos, em especial o calcário agrícola.

As iniciativas adotadas na área de logística também contribuíram para a evolução dos negócios em três frentes:

1. Aumento da participação de ferrovias e hidrovias na matriz de transporte.
2. Tecnologia e modernização das operações, com o desenho do modelo Inteligência de Fretes.
3. Negócios colaborativos, que incluiu a automação do processo de suprimento de estoque e o reposicionamento dos centros de distribuição.

Avançaram ainda a frente de coprocessamento, conduzida pela área de negócios AFR (*Alternative Fuel and Raw Materials*, ou seja, matérias-primas e combustíveis alternativos em inglês), que gera energia por meio da destinação adequada de resíduos industriais, comerciais e agrícolas coprocessados nas unidades da Votorantim Cimentos. Os negócios da área têm como pilares a competitividade (redução de custo marginal de produção de cimento), a geração de receita (venda dos serviços) e a

sustentabilidade (redução de emissões de CO₂ e do volume de materiais antes destinados a aterros). Líder no Brasil em coprocessamento, a companhia encerrou o ano com mais de 700 mil toneladas de resíduos processados e com 28% de substituição por combustíveis renováveis. O aumento do uso de AFR em substituição a combustíveis fósseis é uma estratégia global da Votorantim Cimentos, que evoluiu significativamente nas outras geografias, com projetos e incrementos no uso desses materiais na Espanha, Turquia e Tunísia.

Atenta à questão sustentabilidade, a empresa passou a ser vice-presidente da Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento (CSI), um esforço global que reúne as 24 maiores produtoras do setor para a busca do desenvolvimento sustentável. No final de 2018, a iniciativa foi substituída pela Associação Global de Cimento e Concreto (GCCA, do inglês Global Cement and Concrete Association), a qual a Votorantim Cimentos também integra como membro fundador.

No fim de 2018, a companhia anunciou que, depois de mais de cinco anos à frente da empresa, Walter Dissinger, CEO Global, comunicou seu desejo de se lançar a novos desafios. Para sucedê-lo foi anunciada a chegada de Marcelo Castelli, executivo que iniciou sua história na Votorantim em 1997 e ocupou diversos cargos executivos até alcançar posição de CEO. Castelli liderará a empresa, dando continuidade em sua trajetória de crescimento.



Em 2018, ao completar um ano de abertura de capital nas bolsas de Nova Iorque (Estados Unidos) e Toronto (Canadá), a Nexa Resources obteve resultado positivo em relação ao *guidance* de produção apresentado ao mercado. Além de ter atingido esse objetivo, a companhia manteve o foco na atualização de sua base de reservas e recursos minerais, recebeu aprovação para iniciar seu principal projeto *greenfield*, Aripuanã, localizado no estado do Mato Grosso, e reforçou suas práticas de gestão, tanto em mineração quanto em *smelter*.

A Nexa encerrou o ano com produção de 556 mil toneladas de zinco equivalente nas unidades de mineração e 617 mil toneladas de zinco vendidas pelos *smelters*. As operações levaram a companhia a registrar receita líquida de US\$ 2,5 bilhões, expansão de 2% em relação ao ano de 2017, e Ebitda ajustado de US\$ 605 milhões.

O compromisso com o crescimento, alinhado à contínua excelência operacional, também se materializou em diversas frentes. A concessão da licença de instalação do Projeto Aripuanã – de mina subterrânea polimetálica contendo zinco, cobre, chumbo, prata e ouro e uma planta de beneficiamento, com início de operação previsto para 2021 – possibilitou o início de sua construção. A produção média é estimada em 120 mil toneladas de zinco equivalente por ano. Serão investidos no projeto US\$ 392 milhões.

Referente a projetos *brownfield*, houve continuidade no aprofundamento

da Mina de Vazante (zinco), em que foi aprovado, pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) de Minas Gerais, o empilhamento a seco de rejeitos de mineração, em substituição às tradicionais barragens de contenção. O sistema confere mais segurança às comunidades do entorno, previne danos ambientais e reduz o consumo de água. Outros destaques são a integração do complexo Pasco, otimizando as operações de Atacocha e El Porvenir; avanço no projeto de conversão do processo de Cajamarquilla para jarosita, incrementando o rendimento de extração de zinco; e estabilização da produção de Cerro Lindo depois de diversas iniciativas de desenvolvimento de mina ao longo de 2018.

O compromisso com a inovação também foi um dos destaques do ano. Por meio do programa Mining Lab, criado em 2016 para dar suporte a *startups* com projetos inovadores para o setor de mineração, foram registrados

186 projetos inscritos e nove *startups* vencedoras, com foco em redução de custos e ganhos ambientais e sociais, como redução de emissões atmosféricas decorrentes de projetos de eficiência energética e energias renováveis e estímulo à geração de renda nas regiões, com consequentes benefícios para as comunidades do entorno de suas operações. O incentivo a ações como essas são primordiais para incorporar mais rapidamente as melhores iniciativas de inovação desenvolvidas no mercado, adaptando-as para as necessidades estratégicas da companhia e do setor.

Neste contexto, baseada em dois eixos estratégicos (Crescimento e Excelência Operacional), a Nexa segue desenvolvendo suas operações com foco em mineração e metalurgia mais seguras, eficientes, sustentáveis e inteligentes, criando valor a todos os *stakeholders*.



Em 2018, a CBA avançou de forma consistente no seu processo de transformação, iniciado há quatro anos, a partir da revisão da sua estratégia de negócio. Um dos principais destaques dessa mudança foram os trabalhos de fortalecimento e evolução cultural que envolveram as lideranças e foram desdobrados para todos os níveis da companhia.

Embora ainda em andamento, esse processo já contribuiu para posicionar a CBA entre os 10% de companhias com os melhores resultados em relação ao clima organizacional, de acordo com a metodologia da Korn Ferry-HayGroup. Com índice de favorabilidade de 81%, apontado por 96% dos profissionais que participaram voluntariamente da consulta, a companhia alcançou o percentil 90, tornando-se referência de mercado.

Outro importante passo foi a implementação do Processo de Aceleração de Captura de Valor, que contou com a realização de mais de 800 iniciativas transversais entre áreas e participação direta de cerca de 10% dos empregados da CBA. Houve ganhos relevantes no Ebitda ajustado e no amadurecimento de gestão para a competitividade. Nesse contexto, a receita líquida encerrou o ano em R\$ 5,4 bilhões, e o Ebitda ajustado alcançou R\$ 832 milhões.

No que diz respeito à estratégia, em 2018 a CBA consolidou seu posicionamento no mercado para produtos Transformados como provedora de

soluções e serviços em alumínio, por meio de cocriação e coengenharia com clientes nos segmentos de transportes e embalagens e obteve incremento nas exportações para os Estados Unidos para o abastecimento de clientes estratégicos.

No negócio de produtos Primários, o foco se manteve em excelência operacional e otimização de custos, com destaque para a implementação de projetos de melhoria de *performance* operacional alinhada a ganhos ambientais, a exemplo do projeto Green Soderberg, com a montagem de 24 fornos-pilotos, aperfeiçoados em relação às 12 unidades que haviam sido instaladas em 2017. Essa operação, além de permitir a alimentação automática das cubas eletrolíticas com alumina, reduzirá as emissões atmosféricas e aumentará a segurança das operações. Outra solução, cuja implantação foi iniciada em 2018, é o projeto de caldeira de produção de vapor à biomassa na área de alumina. Com capacidade de produzir 160 toneladas/hora

de vapor, irá contribuir para uma maior diversificação da matriz energética da CBA, seguindo a tendência do “alumínio verde”, cuja certificação é de responsabilidade da Aluminium Stewardship Initiative (ASI), entidade global dedicada à definição de parâmetros e à certificação para a sustentabilidade e a rastreabilidade de custódia na cadeia do alumínio. A CBA é membro da ASI e em 2018 fez uma ampla avaliação interna sobre seus processos, comparando-os a padrões mundiais como preparação para a certificação.

Em relação às barragens, a CBA possui duas para armazenamento de água e quatro para rejeitos, distribuídas nas unidades de Alumínio (SP), Itamarati de Minas (MG), Mirai (MG) e Niquelândia (GO). Todas seguem as diretrizes do Sistema Integrado de Gestão da Segurança de Barragens (Sigbar), adotado pela CBA para garantir a integridade física de suas barragens, bem como possuem um Plano de Segurança de Barragens (PSB) e Plano de Atendimento a Emergência (PAE). Para aprimorar o sistema de segurança foi iniciado ao fim de 2018 nas unidades de Mirai e Itamarati um projeto de comunicação no contexto do PAE, com reuniões com o poder público e lideranças comunitárias

para reforçar o diálogo aberto com *stakeholders* estratégicos e com a comunidade. Essas mesmas ações serão realizadas para as unidades de Alumínio e Niquelândia.

Ainda em 2018, foi lançada a nova marca da CBA, que reflete a transformação pela qual a companhia vem passando.



O ano de 2018 foi marcado por oportunidades de investimentos que visam à geração de valor. Várias conquistas foram obtidas no ano sob a estratégia de:

- Crescer em geração de energia renovável a partir de novas aquisições ou desenvolvimento de projetos próprios.
- Ampliar a base de clientes da comercializadora.
- Aperfeiçoar continuamente a própria infraestrutura, com pessoas engajadas e processos e sistemas eficientes.

Um marco importante do ano foi a conclusão da formação da *joint venture* com o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) – fundo de previdência canadense que está entre os dez maiores do mundo – para o investimento em energia renovável no Brasil, visando ao crescimento neste setor. A partir da sua criação, a *joint venture* passou a deter os parques eólicos Ventos do Piauí I e Ventos do Araripe III, localizados nos estados do Piauí e Ceará, que em conjunto têm capacidade instalada de 564 megawatts.

O destaque do ano, realizado por meio da *joint venture*, foi a aquisição do controle acionário da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), empresa responsável pela concessão de três usinas hidrelétricas no estado de São Paulo, sendo a principal delas a usina Porto Primavera, cujo contrato de concessão se estenderá até 2048. Essa aquisição elevou a capacidade instalada da *joint venture* para 2,2 gigawatts (GW), e posicionou a Votorantim Energia em um novo patamar em termos de geração de energia renovável.

Na frente de comercialização, diante de um cenário altamente competitivo, houve um aumento no volume de vendas para 2,3 GW médio, incluindo operações no mercado livre, tanto para as

empresas investidas da Votorantim quanto para clientes terceiros, e no mercado regulado. Assim, no segmento de comercialização, a Votorantim Energia encerrou 2018 como a segunda maior comercializadora de energia do País em volume de vendas.

Esse aumento se deve a diferenciais como solidez – expressa na confiança de que a companhia honra seus compromissos contratuais – e o relacionamento mantido com os mais de 300 clientes. São oferecidos serviços de gestão e comercialização de energia. Só em 2018, essa prestação de serviços proporcionou receitas em torno de R\$ 200 milhões aos seus clientes.

Todos esses movimentos foram acompanhados de reestruturação da área comercial focada em inovação, de forma a identificar os serviços capazes de agregar mais valor aos clientes.

Adicionalmente, a Votorantim Energia investiu no desenvolvimento de soluções para as usinas próprias das empresas investidas da Votorantim e para os parques eólicos, com foco em automatização e novos processos de operação e manutenção para melhor eficiência e *performance* operacional, proporcionando redução nos custos operacionais. Ao mesmo tempo, iniciou tratativas com *startups* para a adoção de ideias de medição inteligente (*smart grid*) e, com algumas, já desenhou formas eficientes e de baixo custo para a execução do trabalho.

Avançaram ainda, no período, as práticas de governança corporativa, especialmente com a eleição do primeiro membro independente no Conselho de Administração. Com ampla experiência no setor elétrico, o novo conselheiro deverá contribuir para intensificar o posicionamento da companhia no mercado.

Os resultados consolidados de 2018 da Votorantim Energia consideram o segmento de comercialização e serviços de energia para todo o período e o segmento de geração de energia até maio de 2018, quando a *joint venture* com o CPPIB foi constituída e os resultados de geração passaram a ser reconhecidos por meio de equivalência patrimonial. Nesse contexto, a Votorantim Energia fechou o ano com receita líquida de R\$ 4,5 bilhões e Ebitda ajustado de R\$ 157 milhões, alta de 8% na receita e aumento de R\$ 230 milhões no Ebitda ajustado na comparação com o ano de 2017. A *joint venture*, por sua vez, apresentou receita líquida de R\$ 440 milhões e Ebitda ajustado de R\$ 322 milhões, considerando os resultados do ano de Ventos do Piauí I e de Ventos do Araripe III a partir de junho de 2018, data de aquisição do parque eólico pela *joint venture*.



Aços longos

Em 2018, os negócios de aços longos da Votorantim na Colômbia, operacionalizados pela Acerías Paz del Río, e na Argentina, pela Acerbrag, passaram a ser geridos pela área de Aços Internacionais, criada após a combinação das operações nacionais de aços longos da Votorantim com a ArcelorMittal Brasil, concluída em março.

Esse novo modelo foi conduzido de forma que ambas as empresas no exterior mantivessem a gestão padronizada e a autonomia, com sua atuação alinhada ao DNA Votorantim.

Na Colômbia, a Acerías Paz del Río investiu aproximadamente R\$ 20 milhões na reforma estrutural do alto forno para obter estabilidade operacional e ganhos de produtividade. Houve o recuo do mercado local de aço, em razão da também desaceleração do setor de construção civil – ambos decorrentes do

cenário de incertezas perante as eleições presidenciais colombianas.

Em contrapartida, ocorreu a retomada dos preços internacionais do aço, que se refletiu positivamente no mercado doméstico. Esse cenário contribuiu para atenuar a queda de demanda.

Na Argentina, a Acerbrag enfrentou um contexto desafiador. Diante das medidas adotadas pelo governo no segundo semestre, em decorrência de compromisso assumido com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia sofreu forte recuo, refletindo a queda de demanda pelo aço no ano. Mesmo diante dessa crise político-econômica, a operação manteve-se estável, com inadimplência e custos sob controle, conferindo à empresa capacidade para atravessar períodos difíceis.

Nesses contextos, o negócio de aços longos registrou em 2018 receita líquida de R\$ 2,1 bilhões e Ebitda ajustado de R\$ 383 milhões, aumentos de 27% e 41% respectivamente, em relação ao ano anterior.





A Citrosuco está entre os líderes mundiais na produção de suco de laranja. Alimento presente no dia a dia das pessoas, o suco integral é nutricionalmente semelhante à fruta, sendo uma alternativa conveniente para o consumo regular de frutas e vegetais.

Ao aproveitar a totalidade da laranja, a companhia produz ingredientes naturais, que apoiam a tendência mundial de substituição de matérias-primas não renováveis por renováveis, atendendo a diferentes setores econômicos, como cosméticos, saúde, limpeza, entre outros.

Na safra 2017/2018, a Citrosuco consolidou os reflexos de seu amadurecimento e obteve um dos melhores desempenhos operacionais de sua história. A produção de suco não concentrado (NFC, da sigla em inglês *not from concentrate*) alcançou recordes, com aumento de 51% no volume em relação ao ano anterior. A companhia registrou receita líquida de US\$ 1,3 bilhão, e o Ebitda totalizou US\$ 294 milhões, crescimento de 6% e 39%, respectivamente.

A empresa aplicou US\$ 148 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, no processo de transformação digital e no início de seu maior projeto de expansão de suco NFC, iniciando um novo ciclo de investimentos. Houve avanços importantes na pesquisa e no desenvolvimento de produtos, que

resultarão no melhor aproveitamento da laranja; e na transformação digital de processos e operações, o que possibilitará o uso mais eficiente dos recursos e a adoção de tecnologias ligadas à quarta revolução industrial.

O investimento financeiro está alinhado ao processo interno de inovação, que contempla três pilares: Cultura de inovação, Oportunidades externas e Alinhamento estratégico. Por meio deles, foram conduzidas ações que fortaleceram a disseminação da cultura inovadora e intensificaram a inovação aberta por *startups*, instituições de pesquisa, universidades e clientes, assegurando o alinhamento estratégico das iniciativas com o negócio.

Foi intensificada a capacitação dos empregados e fornecedores em temas relacionados, entre outros, a padrões internos de integridade, *compliance* e segurança, que somou cerca de 170 mil horas de treinamento, durante a safra 2017/2018. A empresa manteve o desenvolvimento de seus produtores de fruta, enfatizando aspectos de produtividade e produção sustentável, totalizando mais de 8 mil horas de

treinamento para esse público nas últimas cinco safras.

Referência em laranja certificada na Rainforest Alliance, a Citrosuco estimula a adoção de práticas agrícolas sustentáveis entre seus produtores de fruta, sendo uma das pioneiras a ter 100% da produção própria de frutas auditada na SAI Platform, iniciativa global para o desenvolvimento da agricultura sustentável, da qual é membro. Essas ações em parceria com os produtores resultaram em mais de 100 fazendas auditadas em pelo menos um padrão de agricultura sustentável – Rainforest Alliance, SAI Platform ou Fairtrade.

Na busca de melhoria contínua e ecoeficiência de processos, foi consolidada na safra a produção de biomassa a partir das árvores de laranjeiras erradicadas, o que configura nova fonte de energia renovável para o negócio. Outros destaques são o protagonismo no uso de agentes biológicos no combate de pragas e doenças de citros e o pioneirismo que demonstrou a viabilidade de conversão da frota a *diesel* para frota *flex* (*diesel* e gás natural) no transporte de suco, que permitirá a redução de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e queda de até 12% do consumo de *diesel*.

O compromisso com a preservação ambiental, por sua vez, está expresso,

entre outros, no Plano de Biodiversidade, que contempla ações como manutenção de áreas de Reserva Legal (RL) e Proteção Permanente (APP), controle de *habitat* protegido e restaurado, uso racional da terra e a adoção de boas práticas agrícolas. A companhia preserva, em suas propriedades, cerca de 17 mil hectares de Mata Atlântica e Cerrado, em que é feita a coleta de sementes para manutenção de um viveiro de mudas nativas, usadas em ações de reflorestamento internas e externas.

Nesse contexto, a Citrosuco consolida sua atuação responsável e a busca de eficiência e preservação ambiental. Usar integralmente o potencial da fruta, oferecer produtos que atendam às necessidades atuais e futuras da sociedade e contribuir com o desenvolvimento socioambiental são buscas permanentes da companhia, que norteiam sua visão estratégica.



Em um ano marcado pela recuperação gradual da economia em ritmo abaixo do esperado, ainda com incertezas na política interna e no cenário global, o principal negócio

do Banco Votorantim (BV), o crédito ao consumo de pessoas físicas, apresentou retomada, especialmente no segundo semestre. O volume de originação de financiamentos de veículos cresceu 8,2% em relação a 2017 e somou R\$ 17,0 bilhões em 2018, sendo 89% referentes a veículos leves usados, segmento no qual o BV possui histórico de liderança e reconhecida competência.

Posicionado como o sexto maior banco privado no Brasil de acordo com o *ranking* do Banco Central, o BV registrou lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão ao fim do período, aumento de 82% em relação a 2017, também em decorrência do processo evolutivo que vem vivenciando nos últimos três exercícios. Esse processo é impulsionado pelos três pilares estratégicos:

- Rentabilização dos negócios, que vem sendo contemplada com a gestão adequada das linhas de produto e serviços.
- Ampliação da eficiência operacional, obtida com a equalização da relação entre despesas e receitas.
- Diversificação das fontes de receitas, fortalecida por iniciativas de novos negócios e novas parcerias comerciais.

Desde que iniciou seu processo de transformação digital, em 2014, o BV triplicou os investimentos em tecnologia, aproximando-se, nesse aspecto, dos *benchmarks* globais da indústria financeira. Ao mesmo tempo, focou na cultura de inovação, reforçando seu propósito de melhorar a experiência do cliente. Nos canais do varejo, por exemplo, as plataformas digitais são acessadas mensalmente por mais de dois milhões de pessoas. Outros exemplos dessa transformação digital são o início do uso de reconhecimento facial para controle de fraudes; a infraestrutura de microsserviços que possibilitam uma decisão de crédito rápida e eficaz nos canais digitais; e a leitura automática de pareceres jurídicos, direcionando melhor os esforços nas causas de ações cíveis.

Em 2018, o BV também lançou plataformas de relacionamento. Para os clientes, além de proporcionar uma melhor experiência nas lojas físicas do varejo com novo *layout* e ambientação, houve evoluções significativas no aplicativo do cartão de crédito BV, que já conta com acesso recorrente de 70% dos usuários. Além disso, foi desenvolvido um aplicativo para facilitar a formalização de propostas de financiamento de veículos, que já está integrado às plataformas da força comercial e disponível para 100% das aproximadamente 18 mil revendas multimarcas com as quais o BV mantém relacionamento. Como resultado desse investimento, houve redução de 35% no tempo médio de cadastro de uma proposta pelos lojistas.

A revisão da cultura organizacional tem o mesmo propósito. A partir da atuação das equipes, semelhante à de *startups*, com maior grau de autonomia, as decisões tornam-se mais ágeis e assertivas, com oferta de novos serviços, apuração de seus resultados em termos de escala, ajustes e entrega, em ciclos mais curtos e com governança eficaz e

preestabelecida. O trabalho de reposicionamento da marca complementa a conquista de maior confiabilidade por parte do cliente, que pode diversificar suas operações com a instituição.

O olhar atento à inovação contempla também soluções externas. O BV firmou diversas parcerias em 2018, com o intuito de estimular a estratégia de diversificação de negócios e transformação digital, e oferecer acesso a crédito para parcelar procedimentos de saúde e bem-estar. No segundo semestre, foi criado um fundo de investimentos em participações que permitirá ao BV investir diretamente em *startups* que julgar promissoras. Nesse sentido, foi fechado um acordo com uma *fintech* de inteligência artificial para antecipação de recebíveis, ampliando a presença do BV no segmento de pequenas e médias empresas com foco em financiar a cadeia de fornecedores da carteira de clientes do Atacado.

O BV também inaugurou seu Laboratório de Inovação (BV Lab), criando um ambiente de conexão com *startups* capazes de fornecer tecnologia e ter o banco como cliente ou levar para a instituição parcerias de negócios. A nova estrutura absorveu o Centro de Excelência de Design e Experiência do Cliente, de forma a assegurar que boa parte do que o BV busca, em inovação de fora para dentro, esteja conectada ao objetivo de melhorar a experiência do cliente.

Todos os avanços internos se refletiram nas operações, cuja diversificação, iniciada no ano anterior, produziu resultados efetivos em 2018. No crédito estudantil, o BV ultrapassou a marca de 4 mil clientes, praticamente dobrando as operações do primeiro para o segundo semestre. Em relação ao financiamento de soluções de energia solar, também na comparação entre os dois semestres do ano, os negócios foram quintuplicados e estima-se que, no próximo exercício, esse ritmo de expansão seja mantido.

Relatório de **asseguração**

limitada dos auditores independentes relacionado com informações sobre sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2018

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim S.A.
São Paulo- SP

Introdução

Fomos contratados pela Votorantim S.A. (“Votorantim” ou “Companhia”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das informações relacionadas com sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2018 da Votorantim, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da Votorantim é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contidas no Relatório Anual 2018, de acordo com a Global Reporting Initiative (GRI Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações contidas no Relatório Anual 2018, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – “Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social”, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com base na NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information, emitida pelo IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, de independência e demais responsabilidades dessas normas, inclusive, quanto a aplicação da Norma Brasileira de Controle de Qualidade (NBC PA 01) e, portanto, a manutenção de sistema de controle de qualidade abrangente, incluindo políticas documentadas e procedimentos sobre o cumprimento de requerimentos éticos, normas profissionais e requerimentos jurídicos e regulatórios aplicáveis.

Adicionalmente, as referidas normas requerem que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações contidas no Relatório Anual 2018, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 e a ISAE 3000 consiste, principalmente, em indagações à administração e a outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações de sustentabilidade, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2018, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração

sobre áreas em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações contidas no Relatório Anual 2018 da Votorantim;
- b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores mediante entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações contidas no Relatório Anual 2018;
- d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou os registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aplicação de procedimentos quanto à aderência às diretrizes e aos critérios da Global Reporting Initiative (GRI Standards) aplicáveis na compilação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2018.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2018. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2018. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Além disso, não realizamos nenhum trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

A preparação e apresentação de indicadores de sustentabilidade seguiu os critérios da GRI-Standards e, portanto, não possuem o objetivo de assegurar o cumprimento de leis e regulações sociais, econômicas, ambientais ou de engenharia. Os referidos padrões preveem, entretanto, a apresentação e divulgação de eventuais descumprimentos a tais regulamentações quando da ocorrência de sanções ou multas significativas. Nosso relatório de asseguração deve ser lido e compreendido nesse contexto, inerente aos critérios selecionados (GRI Standards).

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações contidas no Relatório Anual 2018 da Votorantim S.A. não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Global Reporting Initiative (GRI Standards).

São Paulo, 22 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Contadores Públicos Ltda.
CRC 2SPO23.173/O-4

Eliane Kihara
Contadora CRC 1SP212.496/O-5



INDICADORES DE PERFIL

Informações sobre **empregados** e outros trabalhadores |GRI 102-8|

	2018		Total
	Região		
	Brasil	Outros países	
Próprios			
Mensalistas	20.147	8.892	29.039
Horistas	4.776	359	5.135
Trainees	0	0	0
Total	24.923	9.251	34.174
Estagiários e Aprendizes			
Estagiários e <i>summer students</i>	690	85	775
Aprendizes	570	57	627
Total	1.260	142	1.402
	26.183	9.393	35.576
Prestadores de Serviço			
Atividade Permanente	1.229	4.947	6.176
Total	1.229	4.947	6.176
Total Geral	27.412	14.340	41.752

Acordos de **negociação** coletiva |GRI 102-41|

	2017	2018
	92,0%	85,0%

OBSERVAÇÃO:

- Votorantim Cimentos mensura esse indicador somente para sua operação no Brasil.

INDICADORES AMBIENTAIS

Consumo de **energia** dentro da organização (GJ) |GRI 302-1|

	2017	2018
Consumo total de combustíveis oriundos de fontes não renováveis	110.765.249	117.926.384
Consumo total de combustíveis oriundos de fontes renováveis	150.510.896	29.664.142
Consumo total de energia dentro da organização	264.170.043	183.185.779

OBSERVAÇÃO:

- Indicador não reportado pela Votorantim S.A., Banco Votorantim e Reservas Votorantim.

Intensidade **energética** (GJ/t) |GRI 302-3|

Empresa	Principais produtos	2016	2017	2018
Nexa	Zinco equivalente	13,610	14,490	14,330
Votorantim Cimentos	Cimentos	3,170	2,660	2,686
	Agregados	0,028	0,031	0,027
	Concreto	0,145	0,143	0,129
	Argamassa	0,070	0,074	0,069
	Cales e insumos agrícolas			2,187
CBA	Clínquer		3,350	3,533
	Alumínio	78,620	4,192	3,810
	Bauxita beneficiada	0,048	0,072	0,001
	Carbonato de Níquel	26,720	113,477	-
	Níquel eletrolítico	29,270	57,380	-
Aços longos	Alumínio líquido		81,910	83,690
	Aço (laminado)	1,840	1,340	-
	Aço (tarugo)	2,920	2,860	58,000
	Mineral (ferro, calcário, carbono)			0,071

OBSERVAÇÕES:

- Indicador não reportado pela Citrosuco, Votorantim S.A. e Banco Votorantim.
- Dados incluem fontes de energia renováveis e não renováveis e operações fora e dentro da organização.
- Não aplicável à Votorantim Energia.

Consumo de **água** por fonte | GRI 303-1

Total de água retirada por fonte	2016	2017	2018
Água de superfície (rios, lagos, áreas úmidas, oceanos)	64.603.511,9	222.401.322,0	60.680.105,1
Água subterrânea	116.992.500,9	106.930.958,5	122.617.573,0
Água de chuva coletada	11.913.401,9	8.524.679,7	9.614.774,6
Efluentes de outra organização			4.620.554,0
Concessionária/empresa de abastecimento	524.132,3	827.914,0	828.710,2
Total	194.033.547,0	338.684.874,2	198.361.716,9

OBSERVAÇÃO:

- Indicador não reportado pela Votorantim S.A.

Habitats protegidos ou restaurados - 2018 | GRI 304-3

Bioma	Área total (km²)	Área cujas medidas de restauração foram aprovadas por especialistas externos ou seguem parâmetros/protocolos externos
Amazônia	28,7	28,7
Caatinga	3,7	3,7
Cerrado	454,3	93,8
Mata Atlântica	499,4	394,0
Pantanal	1,7	1,7
Pampa	4,2	4,2
Outros	0,4	0,1
Total	992,5	526,2

Área total por empresa (km²)	2016	2017	2018
Aços longos	1.796,8	1.848,2	0,1
Citrosuco	175,4	175,3	134,8
Nexa	14.056,0	58,4	56,2
Reservas Votorantim	308,0	308,0	299,4
CBA	236,5	351,6	331,5
Votorantim Cimentos	117,2	117,2	113,6
Votorantim Energia	43,5	57,8	57,0
Total	16.733,4	2.916,5	992,5

OBSERVAÇÕES:

- Os habitats protegidos ou restaurados localizam-se no Brasil (nos estados de CE, DF, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RO, SC, SE, SP e TO) e na Colômbia (na província de Boyacá).
- Indicador não reportado pelo Banco Votorantim.

Emissões diretas de **gases** de efeito estufa (GEE) – Escopo 1 (tCO₂eq) | GRI 305-1

Empresa	Gases incluídos no cálculo	2016	Gases incluídos no cálculo	2017	Gases incluídos no cálculo	2018
Aços longos	CO ₂ -CH ₄ -N ₂	1.501.904,0	CO ₂ -CH ₄ -N ₂ -HFCs-PFCs-SF ₆ -NF ₃	1.503.440,0	CO ₂ -CH ₄ -N ₂	926.126,0
Citrosuco	CO ₂ -CH ₄ -N ₂	457.053,0	CO ₂ -CH ₄ -N ₂	431.964,0	CO ₂ -CH ₄ -N ₂	470.687,0
Nexa	CO ₂ -CH ₄ -N ₂	189.143,0	CO ₂ -CH ₄ -N ₂ -CF ₄	165.354,0	CO ₂ -CH ₄ -N ₂	201.024,0
Votorantim Cimentos	CO ₂ -CH ₄ -N ₂	22.679.560,0	CO ₂ -CH ₄ -N ₂	21.883.318,0	CO ₂ -CH ₄ -N ₂	22.568.591,7
CBA	CO ₂ -CH ₄ -N ₂ -PFCs	1.524.979,0	CO ₂ -CH ₄ -N ₂ -HFCs-PFCs-SF ₆	1.387.085,0	CO ₂ -CH ₄ -N ₂ -HFCs-PFCs-SF ₆	1.370.377,5
Votorantim Energia	-	-	-	CO ₂ -CH ₄ -N ₂ -HFCs-SF ₆	-	29.092,5
Total		26.352.639,0		25.371.161,0		25.565.898,6

OBSERVAÇÕES:

- Indicador não reportado pela Votorantim S.A., Banco Votorantim e Reservas Votorantim.
- O total de emissões de gases de efeito estufa foi reportado neste relatório com dados preliminares. Os valores finais das empresas investidas estarão disponíveis na plataforma Registro Público de Emissões (<https://bit.ly/2UAmgBL>).

Emissões indiretas de **gases** de efeito estufa (GEE) – Escopo 2 (tCO₂eq) | GRI 305-2

Empresa	Gases incluídos no cálculo	2018
Aços longos	CO ₂ -CH ₄	164.022,4
Nexa	CO ₂	609.040,0
Votorantim Cimentos	CO ₂	866.637,3
CBA	CO ₂	21.115,2
Votorantim Energia	CO ₂	69,2
Total		1.660.884,0

OBSERVAÇÃO:

- Indicador não reportado pela Citrosuco, Votorantim S.A., Banco Votorantim e Reservas Votorantim.

Outras emissões indiretas de **gases** de efeito estufa (GEE) – Escopo 3 (tCO₂eq) |GRI 305-3|

Empresa	Gases incluídos no cálculo	2018
Nexa	CO ₂	47.287,0
Votorantim Cimentos	CO ₂ -CH ₄ -N ₂ O	610.800,8
Votorantim Energia	CO ₂ -CH ₄ -N ₂ O	667,9
Total		658.755,7

OBSERVAÇÃO:

- Indicador não reportado pela Citrosuco, Votorantim S.A., Aços longos, CBA, Banco Votorantim e Reservas Votorantim.

Intensidade de **emissões** de gases do efeito estufa (GEE) (tCO₂eq/t) |GRI 305-4|

Empresa	Principal produto	2016	2017	2018
Votorantim Cimentos	Cimento	0,633	0,633	0,622
	Agregados	0,001	0,002	0,001
	Concreto	0,010	0,010	0,009
	Argamassa	0,070	0,074	0,002
	Cales		0,088	0,487
Nexa	Zinco equivalente	0,779	0,820	0,822
Aços longos	Aço (tarugo)	1,094	1,020	3,070
	Barras			0,696
	Arames			13,298
	Fio-máquina			1,567
	Malha de construção			6,621
CBA	Alumínio		0,229	0,219
	Bauxita beneficiada	0,003	0,004	0,003
	Carbonato de níquel	8,478	6,515	-
	Níquel eletrolítico	2,585	1,688	-
	Alumínio líquido	4,991	3,714	3,905

OBSERVAÇÕES:

- Indicador não relatado por Citrosuco, Votorantim Energia, Banco Votorantim, Reservas Votorantim e Votorantim S.A.
- Dados consideram fontes de energia renováveis e não renováveis e incluem emissões fora e dentro da organização.

Outras **emissões** atmosféricas significativas (t) |GRI 305-7|

Categoria	2017	2018
NOX	64.092,0	52.616,2
SOX	18.985,0	24.450,4
Poluentes Orgânicos Persistentes (POP)	0,0	0,1
Compostos Orgânicos Voláteis (COV)	1.502,0	1.176,7
Poluentes Atmosféricos Perigosos (HAP)	0,0	0,0
Material Particulado (MP)	6.917,0	4.407,9
Outras categorias-padrão de emissões atmosféricas identificadas em regulamentos	89,0	29.996,7

OBSERVAÇÃO:

- Indicador não relatado por Citrosuco, Banco Votorantim, Reservas Votorantim e Votorantim S.A.

Descarte total de **água** (m³) |GRI 306-1|

Descarte total de água	2016	2017	2018
Volume total do descarte	321.117.049,0	319.043.106,6	152.557.874,6

OBSERVAÇÃO:

- Indicador não reportado por Votorantim S.A.

Resíduos por tipo e método de disposição (t) |GRI 306-2|

Resíduos não perigosos	2016	2017	2018
Compostagem	58.264,0	56.981,0	80.626,3
Reutilização	543.179,0	989.736,0	113.417,0
Reciclagem	205.652,0	852.786,0	65.482,8
Recuperação (incluindo recuperação de energia)	16.210,0	4.272,0	3.830,4
Incineração (queima de massa)	30,0	440,0	2.074,3
Aterro sanitário	25.302,0	257.663,0	50.440,5
Injeção subterrânea de resíduos			
Armazenamento no local	191.464,0	161.995,0	52.273,4
Outros	722.467,0	1.852.468,0	1.623.509,2
Total	1.762.568,0	4.176.341,0	1.991.653,9

Resíduos perigosos	2016	2017	2018
Compostagem			
Reutilização	2.191,0	2.645,0	8.904,5
Reciclagem	23.183,0	19.373,0	2.265,4
Recuperação (incluindo recuperação de energia)	416,0	15.170,0	9.437,6
Incineração (queima de massa)	443,0	2.430,0	606,5
Aterro sanitário	10.407,0	12.762,0	7.920,0
Injeção subterrânea de resíduos			
Armazenamento no local	805,0	60.832,0	134,6
Outros	23.704,0	13.365,0	2.717,6
Total	61.149,0	126.577,0	31.986,1

OBSERVAÇÕES:

- Indicador não reportado pela Votorantim S.A.
- Votorantim Cimentos reporta os valores de Reutilização e Reciclagem consolidados na categoria Reutilização.
- Banco Votorantim reporta apenas quantidade de resíduos encaminhados para reciclagem e gerados por conta de obras.

Percentual de novos **fornecedores** selecionados com base em critérios ambientais |GRI 308-1|

Número de novos fornecedores avaliados com base em questões ambientais	2016	2017	2018
Número total de novos fornecedores	4.559	10.244	8.286
Número total de novos fornecedores avaliados com base em questões ambientais	669	1.544	379
Percentual de novos fornecedores avaliados	14,7%	15,1%	4,6%

Impactos ambientais negativos na cadeia de **fornecedores** e ações tomadas |GRI 309-1|

	2016	2017	2018
Número total de fornecedores	78.990	99.284	27.641
Número total de fornecedores submetidos a avaliações de impacto ambiental	4.299	7.120	1.155
Percentual de fornecedores submetidos a avaliações	5,4%	7,2%	4,2%

OBSERVAÇÃO:

- As avaliações podem ser motivadas por auditorias, revisões contratuais, envolvimento de ambas as partes e mecanismos de queixas e reclamações.

INDICADORES SOCIAIS

Novas **contratações** e rotatividade de empregados

|GRI 401-1|

2018	Gênero		Faixa etária		
	Homens	Mulheres	Menores que 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Maiores que 50 anos
Empregados admitidos	4.303	1.520	2.977	2.437	409
Empregados	27.849	6.139	6.535	22.085	5.368
Desligamentos	4.644	1.398	2.078	3.022	942
Taxa de novas contratações	15,5%	24,8%	45,6%	11,0%	7,6%
Turnover	16,7%	22,8%	31,8%	13,7%	17,6%

Indicadores de **saúde** e segurança |GRI 403-2|

Indicadores de saúde e segurança do trabalho	2016			
	Empregados próprios		Terceirizados	
	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil
Horas/homens trabalhadas	21.160.298	79.147.034		
Nº de lesões	283	442		
Nº de óbitos	0	4	5	3
Nº de dias perdidos	2.426	11.478		

Indicadores de saúde e segurança do trabalho	2017			
	Empregados próprios		Terceirizados	
	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil
Horas/homens trabalhadas	35.588.531	105.320.651		
Nº de lesões	117	431		
Nº de óbitos	3	0	6	10
Nº de dias perdidos	2.517	5.775		

Indicadores de saúde e segurança do trabalho	2018			
	Empregados próprios		Terceirizados	
	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil
Horas/homens trabalhadas	18.974.315	63.193.343		
Nº de lesões	32	74		
Nº de óbitos	0	1	0	4
Nº de dias perdidos	1.597	3.095		

Média de horas de **treinamento** por ano, por empregado |GRI 404-1|

Categoria Funcional	Gênero	2016			2017			2018		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Presidente/Diretor	Mulheres	6,2	9,2	0,0						
	Homens	9,0	8,0	5,2						
Gerente	Mulheres	5,5	11,4	17,4						
	Homens	8,5	15,7	24,2						
Coordenador/Consultor	Mulheres	5,1	15,7	26,7						
	Homens	7,4	16,8	27,5						
Técnico/Analista/Supervisor	Mulheres	0,7	25,4	21,6						
	Homens	2,3	24,2	29,8						
Trainee	Mulheres	-	0,0	0,0						
	Homens	-	0,0	0,0						
Operacional	Mulheres	0,1	9,2	17,6						
	Homens	0,2	12,3	17,2						
Estagiário	Mulheres	-	0,0	45,2						
	Homens	-	0,0	83,6						
Aprendiz	Mulheres	-	0,0	23,6						
	Homens	-	0,0	27,2						

OBSERVAÇÃO:

• Em 2018, os dados se referem apenas para Votorantim S.A. e Centro de Excelência (CoE).

Diversidade em órgãos de governança |GRI 405-1|

Composição dos grupos minoritários da organização	2016	2017	2018
Empregados acima de 50 anos	6.660	6.174	5.370
Mulheres	7.872	7.710	7.092

Composição da governança - gênero	2016	2017	2018
Masculinos	112	134	89
Femininos	6	12	18

Composição da governança - faixa etária	2016	2017	2018
Abaixo de 30 anos	0	0	0
Entre 30 e 50 anos	50	61	49
Acima de 50 anos	68	85	58

OBSERVAÇÃO:

• As premissas referentes aos dados reportados em 2017 foram ajustadas de modo a garantir a comparabilidade.

Diversidade de empregados por categoria |GRI 405-1|

Cargos	Faixa Etária %			Homens %	Mulheres %
	-30 anos	30 a 50 anos	+50 anos		
Presidente/Diretor	0,0	45,8	54,2	83,2	16,8
Gerente	1,2	78,8	20,0	67,3	32,7
Coordenador/Consultor	10,2	75,9	13,9	70,7	29,3
Técnico/Analista/Supervisor	20,2	68,8	11,1	68,4	31,6
Trainee	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Operacional	20,6	62,5	17,0	86,3	13,7
Estagiário	99,0	1,0	0,0	48,3	51,7
Aprendiz	99,4	0,6	0,0	61,6	38,4
Total	22,4	62,4	15,2	80,0	20,0

Novos **fornecedores** selecionados com base em critérios sociais |GRI 414-1|

	2016	2017	2018
Práticas trabalhistas			
Número total de novos fornecedores	4.559	10.244	8.286
Número total de novos fornecedores avaliados com base em questões trabalhistas	1.653	2.601	434
Percentual de novos fornecedores avaliados	36,3%	25,4%	5,2%
Impactos na sociedade			
Número total de novos fornecedores	4.559	10.244	8.286
Número total de novos fornecedores avaliados com base em questões de impactos na sociedade	728	1.097	198
Percentual de novos fornecedores avaliados	16,0%	10,7%	2,4%
Direitos humanos			
Número total de novos fornecedores	4.559	10.244	8.286
Número total de novos fornecedores avaliados com base em questões de direitos humanos	1.490	1.261	1.567
Percentual de novos fornecedores avaliados	32,7%	12,3%	18,9%

OBSERVAÇÃO:

• Indicadores não relatados pela Reservas Votorantim.

Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas |GRI 414-2|

	2016	2017	2018
Práticas trabalhistas			
Número total de fornecedores	78.990	99.284	27.641
Número total de fornecedores avaliados com base em questões trabalhistas	4.065	6.646	5.212
Percentual de fornecedores avaliados	5,1%	6,7%	18,9%
Impactos na sociedade			
Número total de fornecedores	78.990	99.284	27.641
Número total de fornecedores avaliados com base em questões de impactos na sociedade	3.963	5.827	271
Percentual de fornecedores avaliados	5,0%	5,9%	1,0%
Direitos humanos			
Número total de fornecedores	78.990	99.284	27.641
Número total de fornecedores avaliados com base em questões de direitos humanos	5.582	19.535	13.034
Percentual de fornecedores avaliados	7,1%	19,7%	47,2%

OBSERVAÇÃO:

- Indicadores não relatados pela Reservas Votorantim.

Operações com **engajamento** local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento |GRI 413-1|

	2016	2017	2018
Total de operações	565	436	357
Total de operações com engajamento da comunidade	93	142	142
Percentual de operações com engajamento da comunidade	16,5%	32,6%	39,8%

OBSERVAÇÃO:

- Indicador não reportado pelo Banco Votorantim.

Casos de **discriminação** e medidas corretivas tomadas |GRI 406-1|

Casos de discriminação ocorridos	2016	2017	2018
Assédio e abuso de poder	15	53	51
Outros casos (cor, faixa etária e nacionalidade)	12	12	6
Outros casos (discriminação e retaliação)	49	118	89
Número total de casos de discriminação	76	183	146
Total de casos de discriminação			
Denúncias recebidas pela Ouvidoria	76	183	92
Casos considerados procedentes	64	67	54

Operações e **fornecedores** identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil |GRI 408-1|

Número de operações e fornecedores com risco de ocorrência de trabalho infantil e/ou haver jovens expostos ao trabalho perigoso	2016	2017	2018
Votorantim S.A. (Banco Votorantim, CBA, Citrosuco, Nexa, Reservas Votorantim, Aços longos, Votorantim Cimentos, Votorantim Energia, holding investidora)	0	0	0

Operações e **fornecedores** com risco significativo de casos de trabalho forçado ou obrigatório |GRI 409-1|

Número de operações e fornecedores com risco de ocorrência de trabalho forçado ou compulsório

	2016	2017	2018
Votorantim S.A. (Banco Votorantim, CBA, Citrosuco, Nexa, Reservas Votorantim, Aços longos, Votorantim Cimentos, Votorantim Energia, holding investidora)	0	0	0

Banco Votorantim 2018

Número de operações com risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo			297
Número de fornecedores com risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo			141

OBSERVAÇÃO:

- O Banco Votorantim considerou o número de clientes que entraram no fluxo do ano de 2018 com análise de risco socioambiental. O banco relata o número total de clientes analisados em 2018 pela área de risco socioambiental cuja atividade se enquadra em setores com riscos de serem envolvidos em trabalho análogo a escravo.

Operações submetidas a análises de **direitos humanos** ou avaliações de impactos relacionados a direitos humanos |GRI 412-1|

	2016	2017	2018
Número total de operações (Brasil e exterior)	565	413	383
Número de operações submetidas a análises	74	73	65
Percentual de operações submetidas a análises	13,1%	17,7%	17,0%

Banco Votorantim 2017 2018

Número total de operações (Brasil e exterior)		3.434	1.390
Número de operações submetidas a análises		1.034	717
Percentual de operações submetidas a análises		30,1%	51,6%

OBSERVAÇÃO:

- O Banco Votorantim considerou o número de clientes que entraram no fluxo do ano de 2018 com análise de risco socioambiental. O banco relata o número total de clientes analisados em 2018 pela área de risco socioambiental cuja atividade se enquadra em setores com riscos de serem envolvidos em trabalho análogo a escravo.

INDICADORES ECONÔMICOS

Valor econômico direto **gerado e distribuído** |GRI 201-1|

Composição do valor adicionado (R\$/milhões)	2016	2017	2018
Valor econômico direto gerado			
Receitas			
Vendas de produtos e serviços	30.383	31.362	36.510
Outras receitas (despesas operacionais, líquidas)	581	(553)	550
Reversão (complemento) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4)	-	(15)
Total de receitas	30.960	30.809	37.045
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(17.738)	(17.573)	(22.065)
Impairment	(2.151)	23	52
Valor adicionado bruto	11.071	13.259	15.032
Depreciação, amortização e exaustão	(2.603)	(2.325)	(2.470)
Valor adicionado líquido produzido	8.468	10.934	12.562
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial	768	1.219	1.634
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	5.097	2.277	5.204
Total valor adicionado recebido em transferência	5.865	3.496	6.838
Valor adicionado total a distribuir	14.333	14.430	19.400

Composição do valor adicionado (R\$/milhões)	2016	2017	2018
Distribuição do valor adicionado			
Pessoas e encargos			
Remuneração direta	2.553	2.469	2.951
Benefícios	597	600	709
Encargos sociais	1.023	947	1.040
Total pessoas e encargos	4.173	4.016	4.700
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.217	2.491	2.277
Estaduais	2.904	2.604	2.220
Municipais	18	13	15
Tributos diferidos	-870	-586	608
Total impostos, taxas e contribuições	4.269	4.522	5.120
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	6.814	4.766	7.247
Aluguéis	328	316	379
Total remuneração de capitais de terceiros	7.142	5.082	7.626
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	89	499	1.265
Participação dos acionistas não controladores	45	220	208
Lucros (prejuízos) retidos	-1.085	239	699
Prejuízo líquido de operações descontinuadas	-300	-148	-218
Total de remuneração de capitais próprios	-1.251	810	1.954
Valor adicionado distribuído	14.333	14.430	19.400

Casos confirmados de **corrupção** e medidas tomadas |GRI 205-3|

	2016	2017	2018
Número total dos casos confirmados de corrupção	8	0	0
Empregados que foram punidos ou demitidos	3	2	0
Rescisão ou não renovação de contratos com parceiros	4	0	0

Ações judiciais movidas por **concorrência desleal**, práticas de truste e monopólio |GRI 206-1|

	2016	2017	2018
Nexa	0	0	0
Citrosuco	0	0	0
Votorantim Energia	0	0	0
Votorantim Cimentos	0	35	36
Aços longos	0	0	0
CBA			0
Banco Votorantim			0
Reservas Votorantim			0
Votorantim S.A.			0

OBSERVAÇÃO:

- CBA, Banco Votorantim, Reservas Votorantim e Votorantim S.A. não reportaram esse indicador em 2016 e 2017.

Sumário GRI

GRI Standards	Disclosure	Página e/ou link	Pacto Global	ODS	OCDE	Asseguração
GRI 102: Fundamentos 2016						
GRI 102: Conteúdos padrão 2016	Perfil					
	102-1 Nome da organização	A <i>holding</i> investidora, p. 14				
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	A <i>holding</i> investidora, p. 14				
	102-3 Localização da sede	A <i>holding</i> investidora, p. 14				
	102-4 Localização das operações	Portfólio, p. 18 e 19				
	102-5 Propriedade e forma jurídica	A <i>holding</i> investidora, p. 14				
	102-6 Mercados atendidos	A <i>holding</i> investidora, p. 14				
	102-7 Porte da organização	A <i>holding</i> investidora, p. 14				
	102-8 Informações sobre empregados e outros trabalhadores	A <i>holding</i> investidora, p. 14; Desenvolvimento Humano e Organizacional, p. 46; Indicadores de perfil, p. 90				
	102-9 Cadeia de suprimentos	Gestão de riscos, p. 37				
	102-10 Mudanças significativas na organização e na cadeia de suprimentos	Transformação do portfólio, p. 70				
	102-11 Abordagem ou princípio da precaução	Gestão de riscos, p. 37				
	102-12 Iniciativas externas	Desde 2011, somos signatários do Pacto Global, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores fundamentais e práticas internacionalmente aceitos, em direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Informações sobre iniciativas externas de cada empresa investida podem ser encontradas nos respectivos relatórios.				
	102-13 Participação em associações	Ana Paula de Medeiros Carracedo – vice-presidente do Comitê de Compliance e Gestão de Riscos da Amcham; membro do Conselho Consultivo e do GT Anticorrupção do Pacto Global da ONU; membro da Comissão do Congresso de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e da Comissão Global de Anticorrupção e Responsabilidade Corporativa do ICC (Câmara de Comércio Internacional). David Canassa – Conselheiro do Cosema (Conselho Superior de Meio Ambiente) da Fiesp.				
	Estratégia					
	102-14 Declaração do principal tomador de decisão	Mensagem do Conselho de Administração, p. 8				
	102-15 Principais impactos, riscos e oportunidades	Transformação do portfólio, p. 70				

GRI Standards	Disclosure	Página e/ou link	Pacto Global	ODS	OCDE	Asseguração
Ética e integridade						
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	DNA Votorantim, p. 15				
102-17	Mecanismos de aconselhamento e de preocupações éticas	Programa de Compliance, p. 34				
Governança						
102-18	Estrutura de governança	Estrutura de governança, p. 30				
102-19	Delegação de autoridade	Estrutura de governança, p. 30				
102-20	Responsabilidade no nível executivo por tópicos econômicos, ambientais e sociais	Estrutura de governança, p. 30				
102-21	Consulta a partes interessadas sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais	Materialidade, p. 2				
102-22	Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês	Conselho de Administração, p. 30				
102-23	Presidente do mais alto órgão de governança	Conselho de Administração, p. 30				
102-24	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança	Conselho de Família, p. 32				
102-25	Conflitos de interesse	Programa de Compliance, p. 34				
102-26	Papel do mais alto órgão de governança na definição de propósito, valores e estratégia	Conselho de Família, p. 32				
102-27	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Conselho de Família, p. 32				
102-29	Identificação e gestão dos impactos econômicos, ambientais e sociais	Estrutura de governança, p. 30				
102-30	Eficácia dos processos de gestão de risco	Gestão de riscos, p. 37				
102-31	Avaliação de tópicos econômicos, ambientais e sociais	Estrutura de governança, p. 30				
102-32	Papel do mais alto órgão de governança no relatório de sustentabilidade	Materialidade, p.2				
Engajamento das partes interessadas						
102-40	Lista de grupos de partes interessadas	Materialidade, p. 2				
102-41	Acordos de negociação coletiva	Indicadores de perfil, p. 90				
102-42	Base usada para a identificação e seleção de partes interessadas para engajamento	Materialidade, p. 2				
102-43	Abordagem do envolvimento das partes interessadas	Materialidade, p. 2				
102-44	Principais temas e preocupações levantados durante o engajamento	Materialidade, p. 2				

GRI Standards	Disclosure	Página e/ou link	Pacto Global	ODS	OCDE	Asseguração
	Prática de relato					
	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Sobre o relatório, p. 1				
	102-46 Definição do conteúdo do relatório e limite dos tópicos	Materialidade, p. 2				
	102-47 Relação de tópicos relevantes	Materialidade, p. 2				
	102-48 Reformulações de informações	No indicador 405-1, a composição de governança por faixa etária foi alterada de 12, 994 e 361 para 0, 49 e 58, respectivamente				
	102-49 Alterações em lista de tópicos materiais e limites de tópicos	Sobre o relatório, p. 1				
	102-50 Período do relatório	Sobre o relatório, p. 1				
	102-51 Data do relatório mais recente	2017, publicado em março de 2018.				
	102-52 Ciclo de emissão de relatórios	Sobre o relatório, p. 1				
	102-53 Ponto de contato para perguntas relativas ao relatório	Sobre o relatório, p. 1				
	102-54 Declaração de elaboração de relatório de acordo com os Standards GRI	Sobre o relatório, p. 1				
	102-55 Sumário de conteúdo	Sobre o relatório, p. 1				
	102-56 Garantia de verificação externa	Relatório de asseguração, p. 86				

GRI Standards	Disclosure	Página e/ou link	Omissão			Pacto Global	ODS	OCDE	Asseguração
			Parte omitida	Razão	Explicação				
Tópicos Materiais									
GRI 200 Standards Série Econômica									
Desempenho Econômico									
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	Resultados 2018, p. 65							
	103-2 Forma de gestão e seus componentes	Resultados 2018, p. 65							
	103-3 Avaliação da forma de gestão	Resultados 2018, p. 65							
GRI 201: Desempenho econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Indicadores econômicos, p. 103							Sim
Anticorrupção									
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	Programa de Compliance, p. 34							
	103-2 Forma de gestão e seus componentes	Programa de Compliance, p. 34							
	103-3 Avaliação da forma de gestão	Programa de Compliance, p. 34							
GRI 205: Anticorrupção 2016	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Indicadores econômicos, p. 105				P. 10	VII. Combate à Corrupção, Pedido de Propina e Extorsão		Sim

GRI Standards	Disclosure	Página e/ou link	Omissão			ODS	OCDE	Asseguração
			Parte omitida	Razão	Explicação			
Concorrência desleal								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	Programa de Compliance, p. 34					
	103-2	Forma de gestão e seus componentes	Programa de Compliance, p. 34					
	103-3	Avaliação da forma de gestão	Programa de Compliance, p. 34					
GRI 205: Concorrência desleal 2016	206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	Indicadores econômicos, p. 105			16	X. Concorrência XI. Tributação	Sim
GRI 300 Standards Série Ambiental								
Energia								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida o consumo e a intensidade energética de cada empresa investida. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.					
	103-2	Forma de gestão e seus componentes						
	103-3	Avaliação da forma de gestão						
GRI 302: Energia 2016	302-1	Consumo de energia dentro da organização	Indicadores ambientais, p. 91			7, 8, 12, 13, 14, 15		Sim
	302-3	Intensidade energética	Indicadores ambientais, p. 91		P. 7, P.8, P.9	7, 8	VI. Meio Ambiente	
Água								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida a retirada de água por fonte das empresas investidas. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.					
	103-2	Forma de gestão e seus componentes						
	103-3	Avaliação da forma de gestão						
GRI 303: Água 2016	303-1	Retirada de água por fonte	Indicadores ambientais, p. 92			6		Sim
Biodiversidade								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	Inovação em biodiversidade, p. 43					
	103-2	Forma de gestão e seus componentes	Inovação em biodiversidade, p. 43					
	103-3	Avaliação da forma de gestão	Inovação em biodiversidade, p. 43					
GRI 304: Biodiversidade 2016	304-3	Habitats protegidos ou restaurados	Indicadores ambientais, p. 92		P.7, P.8, P.9	6, 13, 14, 15	VI. Meio Ambiente	Sim

GRI Standards	Disclosure	Página e/ou link	Omissão			ODS	OCDE	Asseguração
			Parte omitida	Razão	Explicação			
Emissões								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida as emissões de GEE por escopo das empresas investidas. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.						
	103-2 Forma de gestão e seus componentes							
	103-3 Avaliação da forma de gestão							
GRI 305: Emissões 2016	305-1 Emissões diretas de gases de efeito estufa GEE (escopo 1)	Indicadores ambientais, p. 93				3, 12, 13, 14, 15		Sim
	305-2 Emissões diretas de gases de efeito estufa GEE (escopo 2)	Indicadores ambientais, p. 93				3, 12, 13, 14, 15		
	305-3 Emissões diretas de gases de efeito estufa GEE (escopo 3)	Indicadores ambientais, p. 94				3, 12, 13, 14, 15		
	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Indicadores ambientais, p. 94			P.7, P.8, P.9	13, 14, 15	VI. Meio Ambiente	
	305-7 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	Indicadores ambientais, p. 95				3, 13, 14, 15		Sim
Efluentes e Resíduos								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida o descarte total de água e o peso total de resíduos por tipo e método de disposição das empresas investidas. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.						
	103-2 Forma de gestão e seus componentes							
	103-3 Avaliação da forma de gestão							
GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016	306-1 Descarte total de água por qualidade e destinação	Indicadores ambientais, p. 95				3, 6, 12		Sim
	306-2 Peso total de resíduos por tipo e método de disposição	Indicadores ambientais, p. 95				3, 6, 12		Sim
Avaliação Ambiental de Fornecedores								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida os dados de avaliação ambiental de fornecedores das empresas investidas. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.						
	103-2 Forma de gestão e seus componentes							
	103-3 Avaliação da forma de gestão							
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Indicadores ambientais, p. 96				P.7, P.8, P.9		Sim
	308-2 Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	Indicadores ambientais, p. 96				P.7, P.8, P.9	VI. Meio Ambiente	Sim

GRI Standards	Disclosure	Página e/ou link	Omissão			ODS	OCDE	Asseguração
			Parte omitida	Razão	Explicação			
GRI 400 Standards Série Social								
Emprego								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO), p. 46					
	103-2	Forma de gestão e seus componentes	Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO), p. 46					
	103-3	Avaliação da forma de gestão	Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO), p. 46					
GRI 401: Emprego 2016	401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	Indicadores sociais, p. 97			P.3, P.6	8	V. Emprego e Relações Industriais
Saúde e Segurança do Trabalho								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida os dados de saúde e segurança do trabalho das empresas investidas. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.					
	103-2	Forma de gestão e seus componentes						
	103-3	Avaliação da forma de gestão						
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2016	403-2	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho	Indicadores sociais, p. 97			P.3, P.6	3	V. Emprego e Relações Industriais VI. Meio Ambiente
Treinamento e Educação								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	Desenvolvimento, p. 49; Academia Votorantim, p. 50					
	103-2	Forma de gestão e seus componentes	Desenvolvimento, p. 49; Academia Votorantim, p. 50					
	103-3	Avaliação da forma de gestão	Desenvolvimento, p. 49; Academia Votorantim, p. 50					
GRI 404: Treinamento e Educação 2016	404-1	Média de horas de treinamento por ano por empregado	Indicadores sociais, p. 98			P.3, P.6	4, 5, 8	V. Emprego e Relações Industriais VI. Meio Ambiente
Diversidade e Igualdade de Oportunidades								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO), p. 46					
	103-2	Forma de gestão e seus componentes	Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO), p. 46					
	103-3	Avaliação da forma de gestão	Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO), p. 46					
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1	Diversidade de órgãos de governança e empregados	Indicadores sociais, p. 98			P.3, P.6	5, 8	V. Emprego e Relações Industriais

GRI Standards	Disclosure	Página e/ou link	Omissão			ODS	OCDE	Asseguração
			Parte omitida	Razão	Explicação			
Não-discriminação								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida os casos de discriminação e medidas corretivas tomadas das empresas investidas. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.						
	103-2 Forma de gestão e seus componentes							
	103-3 Avaliação da forma de gestão							
GRI 406: Não-discriminação 2016	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Indicadores sociais, p. 101			P.1, P.2, P.6	5, 16	IV. Direitos Humanos V. Emprego e Relações Industriais	Sim
Trabalho Infantil								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida as operações e fornecedores com risco de trabalho infantil das empresas investidas. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.						
	103-2 Forma de gestão e seus componentes							
	103-3 Avaliação da forma de gestão							
GRI 408: Trabalho Infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho infantil	Indicadores sociais, p. 101			P.1, P.2, P.5	8, 16	IV. Direitos Humanos V. Emprego e Relações Industriais	Sim
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida as operações e fornecedores com risco de trabalho forçado ao análogo ao escravo das empresas investidas. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.						
	103-2 Forma de gestão e seus componentes							
	103-3 Avaliação da forma de gestão							
GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo 2016	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Indicadores sociais, p. 102			P.1, P.2, P.4	8	IV. Direitos Humanos V. Emprego e Relações Industriais	Sim
Avaliação em Direitos Humanos								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida as operações submetidas a análise ou avaliações de impactos relacionados a direitos humanos das empresas investidas. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.						
	103-2 Forma de gestão e seus componentes							
	103-3 Avaliação da forma de gestão							
GRI 412: Avaliação em Direitos Humanos 2016	412-1 Operações submetidas a análises ou avaliações de impactos relacionados a direitos humanos	Indicadores sociais, p. 102			P.1, P.2		IV. Direitos Humanos	Sim

GRI Standards	Disclosure	Página e/ou link	Omissão			ODS	OCDE	Asseguração
			Parte omitida	Razão	Explicação			
Comunidades Locais								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	Compromisso Social, p. 56; Instituto Votorantim, p. 57						
	103-2 Forma de gestão e seus componentes	Compromisso Social, p. 56; Instituto Votorantim, p. 57						
	103-3 Avaliação da forma de gestão	Compromisso Social, p. 56; Instituto Votorantim, p. 57						
GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1 Operações com engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e programas de desenvolvimento local	Indicadores sociais, p. 100			P.1, P.2, P.4	V. Emprego e Relações Industriais VI. Meio Ambiente		Sim
Avaliação Social de Fornecedores								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	O relato consolida dados sobre a avaliação social de fornecedores das empresas investidas. Para informações mais detalhadas, consulte os relatórios anuais e de sustentabilidade de cada empresa.						
	103-2 Forma de gestão e seus componentes							
	103-3 Avaliação da forma de gestão							
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Indicadores sociais, p. 99			P.1, P.2, P.3	5, 8, 16	IV. Direitos Humanos V. Emprego e Relações Industriais VI. Meio Ambiente VII. Combate a Corrupção, Pedido de Propina e Extorsão X. Concorrência	Sim
	414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	Indicadores sociais, p. 100			P.1, P.2, P.3		IV. Direitos Humanos V. Emprego e Relações Industriais VI. Meio Ambiente VII. Combate a Corrupção, Pedido de Propina e Extorsão X. Concorrência	Sim
Políticas Públicas								
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	Programa de Compliance, p. 34						
	103-2 Forma de gestão e seus componentes	Programa de Compliance, p. 34						
	103-3 Avaliação da forma de gestão	Programa de Compliance, p. 34						
GRI 415: Políticas Públicas 2016	415-1 Contribuições financeiras para partidos políticos e políticos	Não houve.			P. 10		VII. Combate a Corrupção, Pedido de Propina e Extorsão	



Demonstrações
financeiras consolidadas

Relatório do **auditor independente** sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Votorantim S.A.

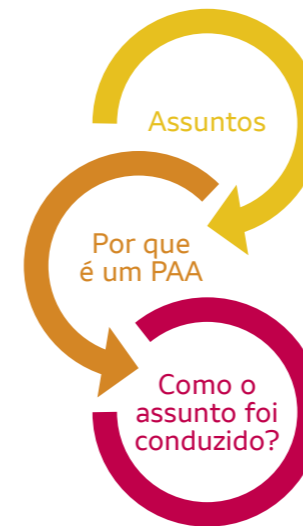
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim S.A. (“Companhia”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior.

Neste contexto, os Principais Assuntos de Auditoria bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela inclusão dos assuntos relacionados ao ativo mantido para venda – Fibria Celulose S.A. e à contabilização do crédito tributário do programa de integração social (“PIS”) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”), referente a exclusão do imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”) na base de cálculo de tais tributos.

Avaliação da redução do ágio ao seu valor recuperável (Notas explicativas 16, 17 e 18)

PORQUE É UM PAA: A Companhia possui ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundo de combinações de negócios ocorridas em exercícios anteriores, no montante de R\$ 6.960 milhões (sendo R\$ 5.613 milhões na rubrica “Intangível”, e R\$ 1.347 milhões na rubrica “Investimentos”). O valor do imobilizado é de R\$ 26.180 milhões.

Para as Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) que contém ágio, a determinação do valor recuperável, que é o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso, envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia. O valor recuperável é sensível às variações nas premissas de flutuação do preço e do volume de vendas, volume de despesas operacionais e determinação das taxas de desconto apropriadas, dentre outras utilizadas nos cálculos. Condições econômicas e de mercado adversas podem fazer com que essas premissas sofram alterações significativas.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA: Em resposta a esse assunto, entendemos e testamos os controles-chave existentes nessa área e avaliamos a metodologia utilizada pela Administração para identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração, incluindo a taxa de desconto utilizada para determinação do valor em uso ou valor justo líquido de despesas com vendas e operacionais, quando aplicável, e as taxas de crescimento dos preços e volumes, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também testamos, com o apoio de nossos especialistas, a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa e determinação da taxa de desconto.

Por meio de análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas, avaliamos se as variações individuais ou cumulativas, resultariam em perdas por *impairment* significativamente superiores às registradas pela Companhia.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que a metodologia utilizada pela Administração é consistente com a metodologia adotada em exercícios anteriores e as divulgações estão coerentes com dados e informações obtidas em nossos procedimentos.

Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota explicativa 21)

PORQUE É UM PAA: A Companhia e suas controladas mantêm registrados tributos diferidos oriundos de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social, assim como crédito de imposto de renda e contribuição social a recuperar. Esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a realização desses créditos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras para utilização desses montantes.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA: Em resposta a esse assunto, entendemos e testamos os controles-chave utilizados pela Companhia na apuração e registro dos créditos tributários, bem como o modelo utilizado para as projeções de resultados, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia

Realizamos avaliação em base de testes dos cálculos dos créditos tributários e sobre os modelos e premissas críticas utilizados pela Administração para determinar as bases tributárias futuras. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas disponíveis no mercado, bem como comparamos informações dessas projeções com orçamentos aprovados pelos órgãos de governança da Companhia. Adicionalmente, analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia,

para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores. Finalmente, avaliamos as divulgações relacionadas com o reconhecimento desses créditos tributários.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões e passivos contingentes (Nota explicativa 23)

PORQUE É UM PAA: A Companhia e suas controladas possuem, em 31 de dezembro de 2018, provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis ou remotas pela Administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas da Administração sofram alterações significativas.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA: Em resposta a esse assunto, avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela Administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda remota, possível e provável. Envolvermos nossos especialistas na área tributária para avaliarmos a razoabilidade das estimativas da Administração e seus assessores jurídicos internos e externos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Ativo mantido para venda – Fibria Celulose S.A. (Nota explicativa 34)

PORQUE É UM PAA: Em 15 de março de 2018, a Companhia firmou acordo para a venda de sua participação na coligada Fibria Celulose S.A. para a Suzano Holding S.A., permanecendo com participação minoritária na nova operação combinada resultante dessa transação.

Desta forma, considerando que a decisão de vender essa operação já havia sido tomada, o referido investimento está apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas como um ativo mantido para venda, e avaliada pelo seu valor contábil na data do acordo uma vez que o valor justo da operação excede o valor contábil do investimento.

Considerando essa área como um dos focos de nossa auditoria em razão da relevância dos valores que trazem importante impacto para as demonstrações financeiras e dos julgamentos por parte da administração com relação ao valor a ser demonstrado como ativo mantido para venda nas demonstrações financeiras consolidadas.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA: Checamos se a transação efetuada atendia as condições previstas para classificação como operação descontinuada e a mensuração do ativo classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, conforme normas contábeis.

Na aplicação dos procedimentos, não identificamos inconsistências no reconhecimento dos efeitos da transação nas demonstrações financeiras e nas divulgações do ativo classificado como operação descontinuada.

ICMS sobre a base e cálculo do PIS e da COFINS (Notas explicativas 1.1 (g) e 30)

PORQUE É UM PAA: A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 550 milhões referente a crédito tributário decorrente da exclusão do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") da base de cálculo do imposto do programa de integração social ("PIS") e da contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS"), com perspectiva de conversão em caixa no período de 5 anos.

Consideramos o tema foco de auditoria, pois a apuração dos créditos, bem como a avaliação de sua realização, demandou da administração julgamentos importantes e subjetivos.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA: Em resposta a este assunto, obtivemos as posições legais dos assessores jurídicos externos da Companhia e envolvemos nossos especialistas tributários na avaliação dos riscos envolvidos no reconhecimento e realização de tais créditos. Checamos, em base de testes, os cálculos dos créditos tributários e os modelos e premissas críticas utilizados pela Administração na determinação dos valores reconhecidos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação dos créditos tributários e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, teremos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 8 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça

CRC 1SP196994/O-2

Balanço patrimonial consolidado

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	7.667	9.177
Aplicações financeiras	10	3.390	3.345
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	216	52
Contas a receber de clientes	11	2.546	2.421
Estoques	12	3.814	3.526
Tributos a recuperar	13	1.473	1.317
Dividendos a receber	14	14	148
Instrumentos financeiros – compromisso firme	15	202	210
Outros ativos		564	784
		19.886	20.980
Ativos classificados como mantidos para venda	34	4.527	2.199
		24.413	23.179
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	10	23	25
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	256	138
Instrumentos financeiros derivativos – <i>put option</i>	6.1.1 (b)	744	
Tributos a recuperar	13	2.731	1.784
Partes relacionadas	14	271	143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	4.079	4.079
Depósitos judiciais	23 (b)	755	765
Instrumentos financeiros – compromisso firme	15		154
Outros ativos		685	667
		9.544	7.755
Investimentos	16 (c)	10.882	13.372
Imobilizado	17	26.180	26.223
Intangível	18	13.341	12.075
Ativos biológicos		74	65
		60.021	59.490
Total do ativo		84.434	82.669

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota	2018	2017
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	19 (a)	5.291	2.573
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	166	299
Risco sacado a pagar	20	1.187	909
Fornecedores		4.262	3.514
Salários e encargos sociais		845	895
Tributos a recolher		490	617
Adiantamento de clientes		128	408
Dividendos a pagar	14	482	188
Uso do bem público – UBP	24	83	76
Instrumentos financeiros – compromisso firme	15	19	1
Receita diferida – obrigação por performance	22	242	246
Receita diferida – <i>streaming</i> de prata		124	104
Outros passivos		808	643
		14.127	10.473
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	34	108	1.526
		14.235	11.999
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19 (a)	19.160	22.057
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	78	83
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	2.199	1.965
Partes relacionadas	14	136	25
Provisões	23 (a)	2.595	2.587
Uso do bem público – UBP	24	1.106	1.056
Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	25	319	320
Instrumentos financeiros – compromisso firme	15	161	207
Receita diferida – obrigação por performance	22	29	272
Receita diferida – <i>streaming</i> de prata		650	630
Outros passivos		924	653
		27.357	29.855
Total do passivo		41.592	41.854
Patrimônio líquido			
Capital social	26 (a)	28.656	28.656
Reservas de lucros		7.088	6.569
Ajustes de avaliação patrimonial	26 (c)	1.475	733
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		37.219	35.958
Participação dos acionistas não controladores		5.623	4.857
Total do patrimônio líquido		42.842	40.815
Total do passivo e do patrimônio líquido		84.434	82.669

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do resultado

	Nota	2018	2017
			Reapresentado (Nota 2.3)
Operações continuadas			
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	31.948	26.799
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	(25.909)	(21.171)
Lucro bruto		6.039	5.628
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	28	(775)	(701)
Gerais e administrativas	28	(2.173)	(2.013)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	550	(553)
		(2.398)	(3.267)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		3.641	2.361
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	16 (c)	814	1.219
Dividendos recebidos	34 (a)	820	
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos		4	3
		1.638	1.222
Resultado financeiro líquido	31		
Receitas financeiras		1.261	1.153
Despesas financeiras		(2.531)	(2.705)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos		204	(213)
Variações cambiais, líquidas		(977)	(724)
		(2.043)	(2.489)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.236	1.094
Imposto de renda e contribuição social	21 (a)		
Correntes		(456)	(722)
Diferidos		(608)	586
Lucro das operações continuadas		2.172	958
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas		(218)	(148)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas		1.954	810
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		1.746	590
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		208	220
Lucro líquido do exercício		1.954	810
Quantidade média ponderada de ações – milhares (controladores)		18.278.789	18.278.789
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais		95,52	32,28
Das operações continuadas			
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais		107,45	40,38
Das operações descontinuadas			
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(11,93)	(8,10)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do resultado abrangente

	Nota	2018	2017
Lucro líquido do exercício		1.954	810
Outros componentes do resultado abrangente a serem classificados no resultado			
Atribuíveis a acionistas controladores			
Variação cambial de investidas no exterior	26 (c)	1.555	473
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários	6.1.3 e 26 (c)	(931)	(163)
Hedge accounting operacional de controladas	26 (c)	158	(101)
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados	26 (c)	(74)	39
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	26 (c)	(4)	(136)
Realização outros resultados abrangentes na alienação de participação na Nexa Resources S.A.	26 (c)		(419)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas	26 (c)	3	
Atribuíveis a acionistas não controladores			
Variação cambial de investidas no exterior		714	94
Hedge accounting operacional de controladas			17
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(1)	60
		1.420	(136)
Outros componentes do resultado abrangente que não serão classificados no resultado			
Atribuíveis a acionistas controladores			
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários	26 (c)	34	1
Atribuíveis a acionistas não controladores			
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários		2	(1)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		1.456	(136)
Das operações			
Operações continuadas		3.628	822
Operações descontinuadas		(218)	(148)
		3.410	674
Atribuível aos acionistas			
Controladores		2.487	284
Não controladores		923	390
		3.410	674

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das **mutações do patrimônio líquido**

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores						Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido	
		Capital social	Incentivos fiscais	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial			
				Legal	Retenção					Total
Em 1º de janeiro de 2017		28.656	10	654	5.590		1.255	36.165	2.658	38.823
Lucro líquido do exercício						590		590	220	810
Outros componentes do resultado abrangente							(306)	(306)	170	(136)
Total do resultado abrangente do exercício						590	(306)	284	390	674
Aumento de participação de acionistas não controladores – Nexa – diluição de participação							(215)	(215)	1.075	860
Aumento de participação de acionistas não controladores – Nexa – venda de participação									957	957
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva legal				30		(30)				
Dividendos distribuídos	26 (b)				(135)	(140)		(275)	(224)	(499)
Retenção de lucros					420	(420)				
Total de contribuições e distribuições para acionistas				30	285	(590)	(215)	(490)	1.808	1.318
Em 31 de dezembro de 2017		28.656	10	684	5.875		734	35.959	4.856	40.815
Em 1º de janeiro de 2018		28.656	10	684	5.875		734	35.959	4.856	40.815
Adoção inicial do IFRS 9	3.1.2					(342)		(342)		(342)
Aplicação inicial cotas de FIPs, líquido de impostos - Banco Votorantim S.A.						(116)		(116)		(116)
Em 1º de janeiro de 2018, após os impactos da adoção do IFRS 9 e cotas de FIPs		28.656	10	684	5.875	(458)	734	35.501	4.856	40.357
Adoção inicial do IAS 29	1.1 (e)					295		295		295
Lucro líquido do exercício						1.746		1.746	208	1.954
Outros componentes do resultado abrangente							741	741	715	1.456
Total do resultado abrangente do exercício						1.746	741	2.487	923	3.410
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva legal				87		(87)				
Dividendos distribuídos	26 (b)				(789)	(415)		(1.204)	(61)	(1.265)
Retenção de lucros					1.081	(1.081)				
Aquisição de participação de não controladores Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. ("VCEAA")										
Reversão de dividendos deliberados	26 (b)				140			140		140
Distribuição de <i>share premium</i> – NEXA	1.1 (b)								(95)	(95)
Total de contribuições e distribuições para acionistas				87	432	(1.583)		(1.064)	(156)	(1.220)
Em 31 de dezembro de 2018		28.656	10	771	6.307		1.475	37.219	5.623	42.842

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.236	1.094
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas		(218)	(148)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Operações descontinuadas – China, Califórnia e Flórida			(23)
Realização de outros resultados abrangentes – resultado financeiro	31		331
Ganho líquido na venda de investimentos	30	(123)	(625)
Depreciação, amortização e exaustão	28	2.470	2.325
Equivalência patrimonial	16 (c)	(814)	(1.219)
Deliberação dividendos intermediários Fibria	34 (a)	(820)	
Juros, variações monetárias e cambiais		501	2.006
Reversão de <i>impairment</i> de imobilizado, intangível e investimento	16, 17, 18	(52)	(23)
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	30	(42)	(4)
Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos	19 (b)	(28)	47
Constituição (reversão) de provisões		120	(278)
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (c)	(162)	(319)
Instrumentos financeiros – compromisso firme	15	132	522
Ganho pelo ajuste a valor justo na operação da VTRM	30	(300)	
Ganho líquido com instrumento financeiro – <i>put option</i>	31	(71)	
Ganho na renegociação de dívidas	31	(69)	
Recuperação de tributos	30	(498)	
Alteração no valor justo do ativo biológico			8
		3.262	3.694
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Aplicações financeiras		346	442
Instrumentos financeiros derivativos		(92)	(202)
Contas a receber de clientes		(168)	(420)
Estoques		(293)	(130)
Tributos a recuperar		(262)	12
Partes relacionadas		(17)	395
Demais créditos e outros ativos		50	(358)
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		778	630
Salários e encargos sociais		(50)	47
Uso do bem público – UBP		(13)	(84)
Tributos a recolher		31	160
Demais obrigações e outros passivos		200	171
Caixa proveniente das atividades operacionais		3.772	4.357
Juros pagos sobre empréstimos e uso do bem público – UBP		(1.461)	(1.558)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(614)	(688)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.697	2.111

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		177	178
Captação pela oferta pública e venda de ações da Nexa			1.762
Venda de investimentos China, Califórnia e Flórida			1.937
Recebimento pela venda de investimentos	1.1 (i)	419	
Recebimento de dividendos		1.085	540
Aquisição de imobilizado	17	(2.567)	(3.108)
Aquisição de investimentos		(125)	
Aumento de ativo biológico		(9)	(4)
Aquisição de intangível	18	(115)	(174)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(1.135)	1.131
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de recursos	19 (b)	3.665	5.399
Liquidação de empréstimos e financiamentos	19 (b)	(5.532)	(5.881)
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	(11)	(561)
Pagamento de dividendos		(789)	(359)
Pagamento de dividendos a não controladores		(61)	
Pagamento de <i>share premium</i> Nexa		(95)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.823)	(1.402)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa			
		(2.261)	1.840
Efeito no caixa de empresas excluídas da consolidação			
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		(109)	391
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9.177	6.946
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		7.667	9.177
Principais transações que não afetaram o caixa			
Inclusão de débitos no Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) sem efeito caixa			(259)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do **valor adicionado**

	Nota	2018	2017
Receitas			
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		36.510	31.362
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11 (c)	(15)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		550	(553)
		37.045	30.809
Insumos adquiridos de terceiros			
Matérias-primas e outros insumos de produção		(21.405)	(17.056)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(660)	(517)
Impairment de ativo, imobilizado, intangível e outros ativos	30	52	23
Valor adicionado bruto		15.032	13.259
Valor adicionado líquido produzido			
Depreciação, amortização e exaustão	28	(2.470)	(2.325)
Valor adicionado líquido produzido		12.562	10.934
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de participações societárias		1.634	1.219
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		5.204	2.277
		6.838	3.496
Valor adicionado total a distribuir		19.400	14.430
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos sociais			
Pessoal e encargos sociais	29		
Remuneração direta		2.951	2.469
Encargos sociais		1.040	947
Benefícios		709	600
		4.700	4.016
Impostos e contribuições			
Federais		2.277	2.491
Estaduais		2.220	2.604
Municipais		15	13
Diferidos		608	(586)
		5.120	4.522
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras e variações cambiais passivas		7.247	4.766
Aluguéis		379	316
		7.626	5.082
Remuneração de capitais próprios			
Participação de acionistas não controladores		208	220
Dividendos		1.265	499
Lucros retidos		699	239
Prejuízo das operações descontinuadas	34 (c)	(218)	(148)
		1.954	810
Valor adicionado distribuído		19.400	14.430

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas

1 Considerações gerais

A Votorantim S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VSA"), é uma *holding* investidora de longo prazo, brasileira, de controle familiar. Com sede na cidade de São Paulo, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades.

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos de materiais de construção, metais e mineração, alumínio, energia, aços longos, agroindústria e finanças.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2018

(a) Votorantim e ArcelorMittal concluem a operação de aços longos Brasil

Em 22 de fevereiro de 2017, a ArcelorMittal Brasil S.A. ("AMB") e a VSA celebraram contrato por meio do qual a Votorantim Siderurgia S.A. ("VS") passou a ser subsidiária da AMB e a VSA passou a deter participação minoritária de 15% no negócio de aços longos da AMB.

Em 7 de fevereiro de 2018, o contrato celebrado entre VSA e AMB foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.002165/2017-97.

A partir de 1º de abril de 2018, a VS passou a ser uma subsidiária da AMB com a razão social de ArcelorMittal Sul Fluminense S.A. Na mesma data, a Companhia passou a deter contratualmente 15% do negócio de aços longos combinado da AMB, que em atendimento às regras contábeis, passaram a ser reconhecidos pelo valor justo, como instrumento financeiro, de acordo com o CPC 48 – "Instrumentos financeiros".

As operações de aços longos da Votorantim na Argentina (Acerbrag) e na Colômbia (PazdelRío) não foram incluídas na transação e continuam sendo consolidadas nos resultados da Companhia.

(b) Reembolso de share premium da Nexa Resources S.A. (“Nexa”)

Em 15 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da controlada Nexa aprovou o reembolso de *share premium* de USD 0,60 centavos por ação ordinária aos acionistas, sendo R\$ 171 para acionistas controladores e R\$ 95 para acionistas não controladores, registrados no fechamento dos negócios em 14 de março de 2018, e pagos em 28 de março de 2018.

(c) Reorganização societária da Fibria Celulose S.A. (“Fibria”)

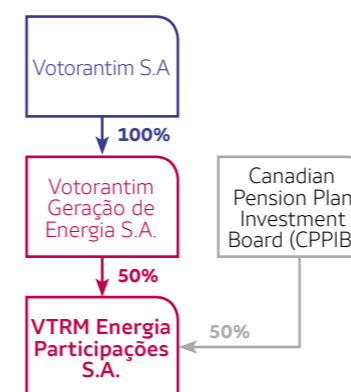
Em 15 de março de 2018, a Companhia juntamente com o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Fibria”), celebraram acordo com a Suzano Holding S.A. e demais acionistas controladores da Suzano Papel e Celulose S.A. (“Suzano”) (em conjunto, os “Acionistas controladores da Suzano”), para combinar as operações e bases acionárias da Fibria e da Suzano, mediante a realização de reorganização societária, maiores detalhes Nota 34 (a).

(d) Constituição de joint venture com investidor estratégico

Em 29 de maio de 2018, foram obtidas todas as aprovações regulatórias e foi verificado o cumprimento de todas as condições precedentes necessárias para a realização das operações previstas no Contrato de Subscrição e Investimento, celebrado pela controlada Votorantim Geração de Energia S.A. (“VGE”) e o Canadian Pension Plan Investment Board (“CPPIB”), e no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado pela VGE, pelo CPPIB e pela Salus – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, ambos celebrados em 13 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, em 29 de maio de 2018, a VGE e o CPPIB deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital na investida VTRM Energia Participações S.A. (“VTRM”) no montante de R\$ 49 e R\$ 664, respectivamente, mediante emissão de 25.689 e 345.737 mil de ações ordinárias, respectivamente, ao preço de emissão de R\$ 1,92. Considerando o preço de emissão, a operação gerou incremento reflexo do investimento no montante de R\$ 155, que foi reconhecido em contrapartida em rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas” (Nota 30).

Após a conclusão da operação, a VGE deixou de ter 100% de participação e consequentemente o controle sobre a VTRM e suas subsidiárias, e passando a deter o controle compartilhado nesta plataforma de investimento (“joint



venture”) juntamente com CPPIB, sendo que ambas as investidoras passaram a deter 50% de participação nesta sociedade e todas as decisões estratégicas, financeiras e operacionais devem ser tomadas de forma unânime. Como resultado da perda de controle e início do controle compartilhado, a VGE deixou de consolidar o investimento na VTRM e suas subsidiárias em 29 de maio de 2018, e registrou a parcela remanescente do investimento pelo seu valor justo, reconhecendo ganho no montante de R\$ 147 em rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 30). Após o registro inicial, o investimento na *joint venture* passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme apresentado no organograma ao lado:

Os saldos patrimoniais da controlada VGE no momento da operação em 29 de maio de 2018 foram de:

29/5/2018		29/5/2018	
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	14	Empréstimos e financiamentos	65
Aplicações financeiras	68	Fornecedores	4
Contas a receber de clientes	19	Tributos a recolher	2
Outros ativos	7	Outros passivos	6
	108		77
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Empréstimos e financiamentos	843
Fundo de liquidez – Conta reserva	3	Partes relacionadas	83
Outros ativos	10	Provisões	21
	13	Outros passivos	23
			970
Investimentos	713	Total do passivo	1.047
Imobilizado	1.189		
Intangível	42	Patrimônio líquido	
	1.944	Capital social	699
		Reservas de lucros	334
		Prejuízos acumulados	(15)
		Total do patrimônio líquido	1.018
Total do ativo	2.065	Total do passivo e do patrimônio líquido	2.065

(e) Ajuste de economia hiperinflacionária da Argentina

A partir de 1º de julho de 2018, a economia da Argentina foi enquadrada como economia hiperinflacionária, por apresentar inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos, acompanhada de elevado grau de desvalorização do peso argentino (“ARS”). De acordo com o IAS 29 – (*Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*), o efeito positivo da desvalorização da moeda ARS foi reconhecido no consolidado no montante de R\$ 250, sendo que o efeito positivo do ajuste inicial de inflação no montante de R\$ 295, registrado em contrapartida em “Lucros acumulados” no patrimônio líquido e efeito negativo, no montante de R\$ 45, reconhecido no resultado consolidado.

Demonstração do resultado	Efeito do IAS 29
Receita líquida dos produtos vendidos	145
Custo dos produtos vendidos	(88)
Lucro bruto	57
Despesas operacionais	
Gerais e administrativas	(33)
	(33)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	24
Resultado de participações societárias	
Equivalência patrimonial	(26)
	(26)
Resultado financeiro líquido	(28)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(30)
Imposto de renda e contribuição social	(15)
Prejuízo do exercício	(45)
Balanzo patrimonial	Efeito do IAS 29
Cementos Avellaneda S.A.	168
Acergroup S.A.	79
Acerholding S.A.	48
	295

(f) Venda de participação na Cementos Portland S.A. (“CEMPOR”)

Em 4 de outubro de 2018, a controlada Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”) e a Cementos Bio Bio S.A. (“CBB”), na qualidade de sócias da CEMPOR, firmaram contrato para a alienação da totalidade de quotas representativas do capital social da sociedade, de acordo com suas respectivas participações equivalentes a 50% das quotas da CEMPOR (R\$ 59), conforme Nota 16 (c).

Em 10 de outubro de 2018, a venda foi concluída e a controlada VCSA registrou uma perda referente a alienação do investimento no montante de R\$ 4, registrado em rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” conforme Nota 30, e, conseqüentemente, realizou a baixa no montante de R\$ 4 referente à variação cambial sobre investimentos no exterior, o qual foi reconhecido em “Realização de outros resultados abrangentes de investidas”.

(g) Aquisição de controle da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”) pela VTRM

Em 19 de outubro de 2018, o consórcio controlado pela *joint venture* (VTRM) formada pela VGE e o fundo canadense CPPIB adquiriu, em leilão, o controle acionário da CESP, por meio da aquisição de 80,2% das ações ordinárias e 13,7% das ações preferenciais Classe B. O consórcio ofertou R\$ 14,60 por ação, correspondentes a 35,6% do capital total da CESP, o que representa uma oferta total de R\$ 1,7 bilhão.

Esta transação está alinhada aos objetivos de crescimento da *joint venture* em geração de energia renovável no Brasil, e vai somar 1,6 GW de capacidade instalada ao já existente portfólio de 564 MW advindos dos parques eólicos Ventos do Piauí I e Ventos do Araripe III.

Conforme previsto no edital do leilão, após a transferência de controle, será outorgada à CESP uma nova concessão da Usina Hidrelétrica Porto Primavera por 30 anos, mediante pagamento de outorga pré-estabelecida no valor de R\$ 1,4 bilhão.

Adicionalmente, o consórcio se compromete a realizar oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais Classe B remanescentes nos termos do edital do leilão, do Estatuto Social da CESP, da legislação vigente e da regulamentação aplicável da CVM.

Em 11 de dezembro de 2018, a transação foi efetivada com base no contrato de compra e venda reconhecido pelas partes, no qual foram determinadas todas as condições para conclusão da operação.

(h) ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS

No quarto trimestre de 2018, com base na decisão final do Tribunal Regional Federal (TRF), as controladas VCSA e Nexa BR registraram no ativo o direito de recuperar créditos fiscais federais no valor de R\$ 781 (Nota 13), sendo o valor principal de R\$ 438 correspondente ao principal registrado em rubrica de "Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 30) e o montante de R\$ 343 correspondente a juros registrado em rubrica de "Resultado financeiro líquido" (Nota 31).

(i) Venda de investimento controlada indireta U.S ZinC Corporation

Em dezembro de 2018, a controlada FinCo GmbH ("FinCo") vendeu a totalidade das ações da controlada indireta U.S ZinC Corporation, que operava no setor de produção e comercialização de Zinco, para o fundo de investimento Aterian Investment Partner.

O fechamento da transação entre as partes, ocorreu no dia 26 de dezembro de 2018, pelo montante de R\$ 449 (USD 116) correspondendo as operações nos Estados Unidos, China e Antilhas Holandesas. Em decorrência da venda, a controlada FinCo recebeu R\$ 419, e registrou ganho de R\$ 126 (USD 31), reconhecido em rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 30).

(j) Reorganização societária da controlada VCSA

Ao longo do segundo semestre de 2018, a controlada VCSA realizou uma reorganização societária a fim de transferir investimentos internacionais de- tidos, direta e indiretamente pela controlada VCSA para uma holding incor- porada em Luxemburgo, a Votorantim Cimentos International S.A. ("VCI"). A reorganização societária foi realizada para fortalecer a posição da Votoran- tim Cimentos como um *player* internacional, garantindo maior eficiência na operação, beneficiando as estratégias de governança global, fortalecendo sua estrutura de capital, maximizando as oportunidades de crescimento em di- versas regiões e aumentando o acesso do grupo aos mercados de capitais e financeiros no âmbito internacional.

A VCI é uma subsidiária integral da controlada VCSA, assim como os inves- timentos transferidos durante o processo, e, portanto, a reorganização so- cietária ocorreu entre empresas de controle comum. Os ativos e passivos transferidos – a contribuição em novembro de 2018, pela controlada VCSA da totalidade do seu investimento e ágio na subsidiária Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. ("VCEAA"), e substituição do emissor ("*Substitution of the issuer*") das dívidas 3,25% *Senior Notes* com vencimento em 2021, 3,50%

Senior Notes com vencimento em 2022 e 7,25% *Senior Notes* com vencimen- to em 2041 da controlada VCSA para a VCI, para as quais a controlada VCSA passou a ser a garantidora – pelos efeitos da reorganização foram registrados ao seu custo histórico, conforme anteriormente registrados nos demonstra- tivos financeiros da controlada VCSA. Não houve o registro de qualquer ágio ou outra diferença entre o custo da transação e o valor contábil, e a diferença entre os ativos e passivos transferidos foi registrada no patrimônio líquido da VCI.

(k) Reclassificação das operações na Índia para operações descontinuadas

Em novembro de 2018, a controlada VCSA em conjunto com sua subsidiária VCEAA celebraram um contrato de venda da totalidade das operações na Índia. Como consequência, foram reclassificados para operações descontinua- das, na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 (Nota 2.3) e 2018 (Nota 34 (c)), os montantes de R\$ (3) (Nota 2.3) e R\$ 22, respectivamente, referentes ao resultado do exercício gerados pelas operações na Índia. A VCEAA registrou uma perda referente à alienação do investimento no montante de R\$ (80), registrada na rubrica "Resultado das operações descontinuadas" conforme Nota 34 (c). Ademais, saldos relativos à subsidiária Shree Digvijay Cement Co Limited, no montante líquido de R\$ 112, foram classificados para a rubrica de disponível para venda no balanço patrimonial (Nota 34).

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2018, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração consolidada do valor adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, mensurados a valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 8 de março de 2019.

2.2 Consolidação

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Retenção de lucros".

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados no resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e *joint ventures*, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Reapresentação de cifras comparativas

De acordo com a IFRS 5 / CPC 31 – “Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada”, a controlada VCSA reclassificou algumas operações de cimentos na Índia, de operações continuadas para operações descontinuadas.

Também devido a aplicação da IFRS 15 / CPC 47 – “Receita de contratos com clientes”, houve mudanças de práticas contábeis que resultaram em reclassificações no resultado de 31 de dezembro de 2017, conforme Nota 3.1.

2017

	Conforme original-mente apren- tado	Efeito da reclassifi- cação da Votorantim Cimentos	Eliminação de receita de energia intragrupo	Reclassi- ficação de gastos com projetos de exploração mineral – Nexa	Reclassi- ficação de despesas com de- preciação da US Zinc	Efeito da reclassifi- cação CPC 47 / IFRS 15	Reapre- sentado
Operações continuadas							
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27.225	(176)	(250)				26.799
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(20.649)	182	250	16	(38)	(932)	(21.171)
Lucro (prejuízo) bruto	6.576	6		16	(38)	(932)	5.628
Receitas (despesas) operacionais							
Com vendas	(1.666)	4			38	923	(701)
Gerais e administrativas	(2.018)	5		(16)		16	(2.013)
Outras despesas operacionais, líquidas	(536)	(10)				(7)	(553)
	(4.220)	(1)		(16)	38	932	(3.267)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.356	5					2.361
Resultado de participações societárias							
Equivalência patrimonial	1.219						1.219
Realização dos resultados abrangentes na alienação de investimentos	3						3
	1.222						1.222

2017

	Conforme original-mente apren- tado	Efeito da reclassifi- cação da Votorantim Cimentos	Eliminação de receita de energia intragrupo	Reclassi- ficação de gastos com projetos de exploração mineral – Nexa	Reclassi- ficação de despesas com de- preciação da US Zinc	Efeito da reclassifi- cação CPC 47 / IFRS 15	Reapre- sentado
Resultado financeiro líquido							
Receitas financeiras	1.155	(2)					1.153
Despesas financeiras	(2.710)	5					(2.705)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	(213)						(213)
Variações cambiais, líquidas	(724)						(724)
	(2.492)	3					(2.489)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.086	8					1.094
Imposto de renda e contribuição social							
Correntes	(723)	1					(722)
Diferidos	592	(6)					586
Lucro das operações continuadas	955	3					958
Operações descontinuadas							
Prejuízo das operações descontinuadas	(145)	(3)					(148)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas	810						810
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	590						590
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	220						220
Lucro líquido do exercício	810						810
Quantidade média ponderada de ações – milhares (controladores)	18.278.789						18.278.789
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais	32,28						32,28
Das operações continuadas							
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais	40,21	(0,17)					40,38
Das operações descontinuadas							
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais	(7,93)	(0,17)					(8,10)

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais. Quando os itens são remensurados, são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como operações qualificadas de *hedge* de investimento líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia, cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período;
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultado, conforme detalhado anteriormente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

O ágio e valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

A seguir, descrevemos as moedas funcionais definidas para as controladas relevantes no exterior:

Empresas	País	Moeda funcional	Atividade principal
Acerbrag S.A.	Argentina	Peso argentino	Siderurgia
St. Marys Cement Inc. – "St. Mary's"	Canadá	Dólar canadense	Cimento
Acerías Paz del Río S.A.	Colômbia	Peso colombiano	Siderurgia
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. – "VCEAA"	Espanha	Euro	Cimento
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	Peru	Dólar norte-americano	Zinco
Nexa Resources Perú S.A.A.	Peru	Dólar norte-americano	Mineração
Nexa Resources S.A.	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Votorantim Cimentos International S.A. – "VCI"	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Votorantim FinCO GmbH	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Trading

3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

3.1 Transição de normas

3.1.1 IFRS 9 / CPC 48 – “Instrumentos financeiros”

(i) Classificação e mensuração

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 / CPC 48 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018, com a utilização do método retrospectivo, e não geraram efeitos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para ativos financeiros mobiliários em 1º de janeiro de 2018:

Classificação original de acordo com CPC 38	2017	Nova classificação de acordo com CPC 48	2017
Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio do resultado	
Aplicações financeiras	3.251	Aplicações financeiras	3.251
Instrumentos financeiros derivativos	160	Instrumentos financeiros derivativos	160
Instrumento financeiro – compromisso firme	364	Instrumento financeiro – compromisso firme	364
	<u>3.775</u>		<u>3.775</u>
Ativos disponíveis para venda		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
Aplicações financeiras	68	Aplicações financeiras	68
	<u>68</u>		<u>68</u>
Ativos mantidos até o vencimento		Custo amortizado	
Aplicações financeiras	51	Aplicações financeiras	51
	<u>51</u>		<u>51</u>

(ii) Impairment

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma contábil a partir de 1º de janeiro de 2018 e aplicaram a abordagem simplificada para reconhecer a perda de crédito esperada para as contas a receber de clientes. A metodologia de apuração da provisão para perdas está baseada em uma matriz de risco, a qual foi constituída por dados históricos de perdas para todas as faixas de vencimento (“aging list”) e dados prospectivos, inclusive considerando os títulos a vencer.

O impacto inicial de adoção foi uma perda no montante de R\$ 342 no consolidado a partir de 1º de janeiro de 2018, registrados em rubrica de patrimônio líquido, substancialmente composto pela adoção efetuada pelo Banco Votorantim S.A., sendo uma perda no montante de R\$ 337.

(iii) Hedge accounting

A Companhia e suas controladas analisaram a relação econômica, risco de crédito e o *hedge ratio* das atuais operações de *net investment hedge* e concluiu que estas continuarão qualificadas para *hedge accounting* com a adoção da IFRS 9 / CPC 48. Como esta norma não altera os princípios gerais de contabilização de *hedge* efetivos, não haverá impacto como resultado da aplicação da IFRS 9.

(iv) Passivos financeiros

As renegociações de dívidas apresentadas na Nota 19 (b), cujos termos contratuais foram objetos de trocas de dívidas – que não envolveram liquidações financeiras e resultaram em modificações nos encargos dessas dívidas – e não foram alteradas substancialmente, tiveram seus valores remensurados para refletir a mudança de prática contábil, cujo efeito foi uma redução de R\$ 69 no saldo de empréstimos e financiamentos em contrapartida do ganho no resultado financeiro, conforme Nota 31.

3.1.2 IFRS 15 / CPC 47 – “Receita de contrato com cliente”

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma contábil a partir de 1º de janeiro de 2018, resultando em mudanças de práticas contábeis atreladas a obrigação de desempenho relacionadas ao frete de entrega dos produtos aos clientes e, conseqüentemente, alterações de saldos comparativos.

De acordo com a norma, a Companhia e suas controladas efetuaram as alterações de forma retrospectiva nos saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2017, conforme Nota 2.3 – Reapresentação de cifras comparativas. Em 31 de dezembro de 2017, o montante reclassificado foi de R\$ 932.

3.2 Novas normas ainda não adotadas

As normas a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e de suas controladas.

3.2.1 IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamento Mercantil”

O IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

Essa norma internacional altera as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

(a) Escopo da análise e identificação dos ativos

A Companhia e suas controladas analisaram todos os contratos de arrendamento ativos na data de adoção inicial da norma, quando foram identificados arrendamentos de máquinas e equipamentos, veículos leves e pesados, imóveis e terrenos.

Conforme permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) contratos com valores inferiores a USD 5 mil (R\$ 16 mil).

Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também foram desconsiderados: (i) contratos com pagamentos variáveis; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo.

Importante destacar que a Companhia e suas controladas analisaram, porém não identificou: (i) contratos que apresentam pagamentos fixos e variáveis na mesma negociação; (ii) contratos que tratem de ativos identificáveis e não identificáveis na mesma negociação; ou (iii) contratos de prestação de serviços em que foram identificados ativos dentro do escopo da norma.

(b) Prazo de arrendamento

A Companhia e suas controladas analisaram para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

(c) Taxa de desconto

Para fins de adoção inicial, a Companhia e suas controladas adotaram o custo médio das dívidas ativas em 31 de dezembro de 2018 para todos os contratos classificados de acordo com o IFRS 16.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos será identificada a taxa incremental para cada contrato de arrendamento. A taxa incremental deverá refletir o custo de aquisição pela Companhia e por suas controladas de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico.

(i) Impactos da adoção

A Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, conforme a abordagem simplificada de efeito cumulativo em que os ativos e passivos são registrados com mesmo valor no momento inicial sem qualquer efeito no patrimônio líquido, registrando um impacto no montante de R\$ 577 referente aos ativos de direito de uso e de passivos com contratos de arrendamento.

3.2.2 IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Essa interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – “Impostos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, no reconhecimento e mensuração de seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

As interpretações apresentadas consideram que a Companhia e suas controladas devem utilizar seus julgamentos na definição sobre se os tratamentos fiscais devem ser tratados individualmente ou em conjunto, de acordo com o método que permitir uma melhor previsão quanto as incertezas observadas.

(a) Pressuposto do exame por autoridades fiscais

A interpretação traz como consenso que a entidade considere quando da contabilização de um tratamento fiscal incerto, que afeta a determinação de seu lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, o pressuposto de que as autoridades fiscais examinarão os valores que tem direito de examinar e que tem pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esse exame. Dessa forma, o risco de detecção não deve ser considerado quando da aplicação da interpretação e da norma.

(b) Probabilidade de as autoridades fiscais aceitarem o tratamento fiscal escolhido

A entidade deve considerar a probabilidade de a autoridade fiscal aceitar o tratamento fiscal incerto adotado. Caso a entidade conclua que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, o montante divulgado em demonstração financeira deve ser o mesmo daquele apresentado nas informações fiscais. Caso a entidade conclua que não é provável que a entidade aceite o tratamento fiscal incerto, o montante divulgado nas demonstrações financeiras deve considerar o melhor método de mensuração entre o valor mais provável e o valor esperado.

(c) Mudança dos fatos e circunstâncias

A interpretação define que a entidade mantenha um monitoramento dos fatos e circunstâncias que possam afetar: (i) seu entendimento quanto a probabilidade de os tratamentos fiscais incertos adotados pela entidade serem aceitos pelas autoridades fiscais; e (ii) as premissas de suas estimativas no tocante ao tema. Quando da identificação de mudanças, os efeitos devem ser contabilizados como uma mudança da estimativa contábil, aplicando o CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, e o CPC 24 – “Eventos Subsequentes”, caso aplicável.

(i) Impactos na adoção

A Companhia e suas controladas realizam periodicamente o monitoramento dos tratamentos fiscais adotados, bem como obtém, quando aplicável, suporte jurídico na definição da probabilidade de a autoridade fiscal aceitar a aplicabilidade dos mesmos. A interpretação será adotada a partir do primeiro trimestre de 2019 e seus impactos estão sob análise da Companhia e de suas controladas.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia e suas controladas esperam que gerem um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas abaixo:

- (i) Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6.1.1);
- (ii) Contas a receber de clientes (Nota 11);
- (iii) Imobilizado (Nota 17);
- (iv) Intangível (Nota 18);
- (v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 21);
- (vi) Provisões (Nota 23);
- (vii) Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego (Nota 25).

5 Gestão de risco sócio ambiental

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua em diversos segmentos e dessa forma, suas atividades estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais para o ambiente, que obrigam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia e suas controladas realizam periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

6 Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda, preços de *commodities* e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Parte significativa dos produtos vendidos pela Companhia e suas controladas, tais como alumínio e zinco, são *commodities*, cujos preços têm referência nas cotações internacionais e são denominados em dólares norte-americanos. Os custos, porém, são predominantemente denominados em reais, resultando em um descasamento de moedas entre receitas e custos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem afetar seu fluxo de caixa.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, as controladas que não possuem políticas financeiras próprias, seguem a Política financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas, de taxas de juros e de preços de *commodities*, e contra eventos adversos de crédito. Adicionalmente, objetiva a preservação da liquidez.

Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção e gestão de riscos financeiros são: *swaps* convencionais, compra de opções de compra (*calls*), compra de opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas, juros ou *commodities* e contratos a termo de moedas (NDF – *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplem compras e vendas de opções simultaneamente somente serão autorizadas quando não resultarem em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros para fins especulativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e suas controladas possuem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação da Companhia e de suas controladas em operações no exterior é protegida, principalmente, por meio de empréstimos e financiamentos na mesma moeda desses investimentos, sendo classificados como *hedge* de investimento líquido.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Nota	2018	2017
Ativos em moeda estrangeira			
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.316	6.279
Aplicações financeiras	10	62	109
Contas a receber de clientes		1.329	1.192
Instrumentos financeiros derivativos		472	189
Partes relacionadas		54	56
Dividendos			11
		8.233	7.836
Passivos em moeda estrangeira			
Empréstimos e financiamentos (*)		20.668	17.817
Instrumentos financeiros derivativos		244	382
Fornecedores		2.517	1.955
Risco sacado a pagar	20	838	761
Receita diferida – <i>streaming</i> de prata		774	734
		25.041	21.649
Exposição líquida		(16.808)	(13.813)

(*) Não considera os custos de captação.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros é oriundo das oscilações de cada um dos principais indexadores de taxas de juros provenientes de transações de empréstimos e financiamentos, e de aplicações financeiras, as quais impactam os pagamentos e recebimentos da Companhia e de suas controladas. Os empréstimos e

financiamentos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iii) Risco do preço de commodities

A Política Financeira das subsidiárias operacionais da Companhia estabelece diretrizes para a proteção contra oscilações de preços de *commodities* que afetam os fluxos de caixa de suas subsidiárias operacionais.

As exposições de cada *commodity* consideram as projeções mensais de produção, de compras de insumos e os fluxos de vencimentos dos *hedges* a ela associados. Os *hedges* executados são classificados nas seguintes modalidades:

Operações comerciais a preço fixo – operações de *hedge* que trocam de fixo para flutuante o preço contratado nas operações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo;

Hedge para “Período cotacional” – tem por objetivo equalizar os “períodos cotacionais” entre as compras de determinados insumos (concentrado de metais) e as vendas de produtos provenientes do beneficiamento desses insumos;

Hedge para “Custos de insumos” – tem por objetivo garantir a proteção contra oscilações de preços para exposições que afetem custos como petróleo e gás natural nas subsidiárias operacionais;

Hedge de “Margem operacional” – visa a garantir a fixação da margem operacional para parte da produção de determinadas subsidiárias operacionais.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é “A” (em escala local) ou “BBB-” (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de “Monte

Carlo”, do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. A utilização da metodologia está descrita na Política Financeira Votorantim.

(c) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Empréstimos e financiamentos (*)		6.176	5.625	7.243	9.335	4.420	32.799
Instrumentos financeiros derivativos		144	69	30			243
Risco sacado a pagar	20	1.187					1.187
Fornecedores		4.262					4.262
Dividendos a pagar	14	482					482
Partes relacionadas		12	124				136
Uso do bem público – UBP		80	123	367	357	778	1.705
		12.343	5.941	7.640	9.692	5.198	40.814
Em 31 de dezembro de 2017							
Empréstimos e financiamentos (*)		3.603	5.531	6.970	12.941	7.931	36.976
Instrumentos financeiros derivativos		310	63	9			382
Risco sacado a pagar	20	909					909
Fornecedores		3.514					3.514
Dividendos a pagar	14	188					188
Partes relacionadas		19	6				25
Uso do bem público – UBP		79	170	192	591	1.637	2.669
		8.622	5.770	7.171	13.532	9.568	44.663

(*) Não considera ajuste a valor justo das operações contratadas na Lei 4131/1962.

6.1.1 Instrumentos financeiros derivativos

Política Contábil

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de sua contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante, depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia e suas controladas adotam a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

(i) Hedge de fluxo de caixa

Com o objetivo de garantir a fixação de margem operacional em reais para parte da produção das empresas que integram as operações de polimetálicos e alumínio, as empresas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para efetuar a venda a termo de cada *commodity* em conjunto com a venda a termo de dólar norte-americano. Há também o *hedge* de período cotacional, no qual se busca equalizar os períodos entre compra de concentrado e venda do produto final das plantas não integradas, de modo a mitigar as exposições.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida no patrimônio líquido em rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do período. Os valores acumulados no patrimônio líquido são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas exportações e/ou vendas referenciadas em preço LME (*London Metal Exchange*).

(ii) Hedge de valor justo

Com o objetivo de manter o fluxo de receitas operacionais, referenciado em preço LME, as empresas que integram as operações de polimetálicos contratam operações de *hedge* nas quais trocam de fixo para flutuante, o preço definido nas transações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo. As variações no valor justo dos derivativos designados são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(a) Efeito dos derivativos financeiros no balanço patrimonial e fluxo de caixa

A seguir são apresentados dois quadros resumindo os instrumentos financeiros derivativos e os objetos protegidos pelos mesmos:

Detalhamento dos principais programas de derivativos

Programas	Valor principal		Unidade	Compra/ Venda	Taxa/preço FWD médio	Prazo médio (dias) de vencimento	Valor justo		Ganho (perda) realizado 2018	Valor justo por vencimento					
	2018	2017					2018	2017		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Hedge Capex															
Collars	1.057		BRL	C	3,6 BRL/USD	412	(6,2)			0,4	(5,5)	(1,0)			
							(6,2)			0,4	(5,5)	(1,0)			
Venda de metais a preço fixo															
Termo de zinco	10.566	2.318	ton	C	2.559 USD/ton	129	(3,3)	2,1	(6,9)	(3,2)	(0,2)				
							(3,3)	2,1	(6,9)	(3,2)	(0,2)				
Proteção para período cotacional															
Termo de zinco	153.422	281.397	ton	C/V		21	2,8	(16,3)	(4,5)	2,8					
Termo de prata		238	k oz (*)	C/V				0,6	0,2						
Termo de alumínio	1.000	6.850	ton	C/V		1	0,1	(0,2)	4,6	0,1					
							2,9	(15,9)	0,3	2,9					
Proteção do resultado operacional de metais															
Termo de alumínio	13.750	18.970	ton	V	2.092 USD/ton	1	8,5	(21,9)		8,5					
Termo de dólar norte-americano	29	33	USD	V	3,39 BRL/USD	1	(14,1)	8,9		(14,1)					
							(5,6)	(13,0)		(5,6)					
Proteção da exposição cambial															
Termo de dólar norte-americano	514	451	USD	C	4	16	(7,6)	(21,2)	8,0	(7,6)					
Termo de lira turca	11	26	USD	C	6,10 TRY/USD	22	(4,3)	0,4	0,1	(4,3)					
							(11,9)	(20,8)	8,1	(11,9)					
Proteção de dívida															
Swaps taxa flutuantes em TJLP vs. taxa flutuante em CDI		28	BRL					1,0	1,3						
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa flutuante em CDI	373	254	USD		107,47% % CDI	811	141,6	42,4	25,4	43,1	(22,0)	29,6	(13,7)	104,6	
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI		50	USD					(42,7)	(49,1)						
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa fixa em COP			USD		0,00% Pré COP				3,3						
							141,6	0,7	(19,1)	43,1	(22,0)	29,6	(13,7)	104,6	
							117,5	(46,9)	(17,6)	25,7	(27,7)	28,6	(13,7)	104,6	

(*) k oz – Onça troy

Detalhamento dos principais programas de derivativos

Programas	Valor principal		Unidade	Compra/ Venda	Taxa/preço FWD médio	Prazo médio (dias) de vencimento	Valor justo		Ganho (perda) realizado 2018	Valor justo por vencimento				
	2018	2017					2018	2017		2019	2020	2021	2022	2023
Hedge accounting – cash flow hedge														
Proteção do resultado operacional de metais														
Termo de alumínio	114.000	165.175	ton	V	2.198 USD/ton	144	148,9	(143,2)	(81,6)	148,9				
Termo de dólar norte americano	251	334	USD	V	3,78 BRL/USD	143	(32,8)	0,1	(72,1)	(32,8)				
							116,1	(143,1)	(153,7)	116,1				
Proteção para período cotacional														
Termo de zinco	36.212	58.800	ton	C/V		49	(10,7)	9,9	(0,7)	(10,7)				
Termo de prata		265	k oz (*)	C/V				(0,2)	1,0					
							(10,7)	9,7	0,3	(10,7)				
Hedge accounting – fair value hedge														
Venda de zinco a preço fixo														
Termo de zinco		202	ton	C	USD/ton			0,1						
								0,1						
Proteção para período cotacional														
Termo de zinco	71.386	93.003	ton	C/V		44	5,6	(11,4)	68,5	5,6				
							5,6	(11,4)	68,5	5,6				
							111,0	(144,7)	(84,9)	111,0				
							228,5	(191,6)	(102,5)	136,7	(27,7)	28,6	(13,7)	104,6
Valor total dos instrumentos derivativos														

(*) k oz – Onça troy

Em 31 de dezembro de 2018, as operações de derivativos reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial” totalizaram o montante de R\$ 204. Além dessas, existem operações de *hedge accounting*, no montante de R\$ (46), em controladas não consolidadas também reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial”.

(b) Instrumentos financeiros derivativos – Put option

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi finalizada a operação da qual a VS passou a ser uma subsidiária da AMB. Conforme o acordo entre as partes, a VSA passou a deter participação minoritária de 15% do negócio de aços longos da AMB que em atendimento às regras contábeis, foi reconhecido como instrumento financeiro, de acordo com o CPC 48 – “Instrumentos financeiros”.

(c) Efeito dos derivativos financeiros no resultado financeiro

O quadro abaixo demonstra o impacto dos derivativos financeiros no resultado financeiro do exercício:

Programa	Ajuste ao valor justo	Ganho (perda) realizado	Total
Hedge Capex			
Collars	(6,2)		(6,2)
	(6,2)		(6,2)
Proteção da exposição cambial			
Termo de dólar norte-americano	13,6	8,0	21,6
Termo de lira turca	(4,7)	0,1	(4,6)
	8,9	8,1	17,0
Proteção de dívida			
Swaps taxa flutuante em TJLP vs. taxa flutuante em CDI	(1,0)	1,3	0,3
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa flutuante em CDI	99,2	25,4	124,6
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	42,7	(49,1)	(6,4)
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa fixa em COP		3,3	3,3
	140,9	(19,1)	121,8
Instrumentos financeiros			
Put option	71,0		71,0
	71,0		71,0
Efeito no resultado financeiro	214,6	(11,0)	203,6

6.1.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros – considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros – estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados no nível 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo.

	Valor justo medido com base em			2018
	Nota	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9	4.204	3.463	7.667
Aplicações financeiras	10	1.869	1.544	3.413
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		472	472
Instrumento financeiro – compromisso firme	15		202	202
		6.073	5.681	11.754
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19	16.413	8.072	24.485
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		244	244
Risco sacado a pagar	20		1.187	1.187
Instrumento financeiro – compromisso firme	15		180	180
Receita diferida – streaming de prata			774	774
		16.413	10.457	26.870

	Nota	Valor justo medido com base em		2017
		Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.715	3.245	9.177
Aplicações financeiras	10	1.573	2.014	3.370
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		190	190
Instrumento financeiro – compromisso firme	15		364	364
		7.288	5.813	13.101
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19	15.292	10.217	25.509
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		382	382
Risco sacado a pagar	20		909	909
Instrumento financeiro – compromisso firme	15		208	208
Receita diferida – <i>streaming</i> de prata			734	734
		15.292	12.450	27.742

6.1.3 Hedge de investimentos em entidades no exterior

Política contábil

Hedge de investimento líquido em operações no exterior é contabilizado por similaridade ao *hedge* de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos no resultado do período, quando o investimento no exterior for realizado ou vendido.

Foram designados como objeto de *hedge* os investimentos apresentados na tabela a seguir e como instrumento de *hedge* a parcela da dívida da Companhia e de suas controladas Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”), Nexa BR e VCSA, denominadas em euros e em dólares.

	2018		2017	
	Investimento	Dívida	Investimento	Dívida
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	3.437	5.247	2.825	2.981
Votorantim Cement North America Inc. (“VCNA”) (i)			2.170	4.219
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. (“VCEAA”)	1.092	2.490	1.723	2.263

A perda com variação cambial na conversão das dívidas, líquida de imposto de renda e contribuição social, reconhecida como “Ajustes de avaliação patrimonial” em 31 de dezembro de 2018, foi no montante de R\$ 932 (31 de dezembro de 2017, perda no montante R\$ 163) (Nota 26 (c)).

- (i) A controlada VCSA designou ao longo de 2018 sua dívida em dólar norte-americano, com exceção dos empréstimos da Lei nº 4131/1962, no montante de R\$ 4.491 (USD 1.158) (31 de dezembro de 2017 R\$ 4.219 (USD 1.275)), como instrumento de *hedge* do investimento na sua controlada indireta St. Mary’s. A operação de *hedge* foi descontinuada em novembro de 2018, como consequência da reorganização societária quando a controlada VCSA deixou de ser controladora direta do investimento na VCEAA (Nota 1.1. (j)).

A Companhia e suas controladas documentam e avaliam mensalmente a efetividade das operações de *hedge* de investimento prospectivamente, conforme requerido pela IFRS 9 – “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”.

6.1.4 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos e dos financiamentos e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar, euro, liras turcas, novo sol, peso argentino e boliviano, das taxas de juros LIBOR, CDI, Cupom de dólar, dos preços de *commodities* e dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2018 estão descritos abaixo:

Cenário I – Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2018, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2019;

Cenário II – considera choque de + ou – 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2018;

Cenário III – considera choque de + ou – 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2018.

Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas (i)	Principal de instrumentos financeiros / Unidade	Choque nas curvas de 2018	Resultados do cenário I	Impactos no resultado				Impactos no resultado abrangente					
						Cenário I		Cenários II & III		Cenário I		Cenários II & III			
						-25%	-50%	+25%	+50%	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Câmbio															
USD	4.724	17.031 (*)	1.470	USD	-0,6%	(7)	(195)	(312)	260	454	72	2.798	5.597	(2.798)	(5.597)
EUR	729	2.977			0,6%	3	(126)	(251)	126	251	(17)	688	1.375	(688)	(1.375)
PEN	173				1,0%	2	(42)	(85)	42	85		(1)	(2)	1	2
BOB	46	469			-2,0%						8	106	212	(106)	(212)
TRY	62	187			-19,9%	(12)	(15)	(31)	15	31	37	47	93	(47)	(93)
ARS	95				-15,0%						(14)	(24)	(47)	24	47
	5.829	20.664	1.470			(14)	(378)	(679)	443	821	86	3.614	7.228	(3.614)	(7.228)
Taxas de juros															
BRL – CDI	4.678	2.829	5.573	BRL	16 bps	2	(17)	(34)	18	37		5	10	(5)	(10)
USD – LIBOR		1.577	1.295	USD	-6 bps		(12)	(24)	12	24		2	5	(2)	(5)
Cupom Dólar			1.459	USD	26 bps	9	33	69	(31)	(61)	(1)	(3)	(6)	3	6
	4.678	4.406	8.327			11	4	11	(1)	1	(1)	4	9	(4)	(8)
Preço de commodities															
Zinco			271.586	ton	1,6%	(7)	118	236	(118)	(236)	2	(29)	(57)	29	57
Alumínio			128.750	ton	14,8%						(120)	203	406	(203)	(406)
			400.336			(7)	118	236	(118)	(236)	(118)	174	348	(174)	(348)
Compromisso firme – energia elétrica															
Contratos de compra e venda – valor justo			22	BRL			(2)	(5)	2	4					
			22				(2)	(5)	2	4					

(*) Considera cesta de moedas

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Partes relacionadas”, “Empréstimos e financiamentos”, pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas e as taxas de juros contemplam somente o valor de principal.

7 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo o objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(d) Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo

É mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

	Nota	2018	2017
Ativos			
Custo amortizado			
Aplicações financeiras	10		51
Contas a receber de clientes	11	2.546	2.421
Partes relacionadas	14	271	143
		2.817	2.615
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	9	7.667	9.177
Aplicações financeiras	10	3.396	3.251
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	287	160
Instrumento financeiro – compromisso firme		202	364
		11.552	12.952
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Aplicações financeiras	10	17	68
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	185	30
		202	98

	Nota	2018	2017
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	19	11.592	12.859
Fornecedores		4.262	3.514
Partes relacionadas	14	136	25
Risco sacado a pagar	20	1.187	909
Uso do bem público – UBP	24	1.189	1.132
		18.366	18.439
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos	19	12.859	11.771
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	170	199
Instrumento financeiro – compromisso firme		180	208
		13.209	11.970
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	74	183
		74	183

8 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

	2018			2017		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	1.329	39	1.368			
AA+	4		4	376		376
AA	6	796	802	70		70
AA-		424	424	2.452	464	2.916
A+		543	543		2.392	2.392
A	1	1.783	1.784		885	885
A-		286	286		393	393
BBB+		759	759		411	411
BBB		118	118		458	458
BBB-		369	369		58	58
BB		21	21		140	140
B-		64	64		77	77
B+		55	55		21	21
B		27	27			
Sem rating (i)	11	1.032	1.043		980	980
	1.351	6.316	7.667	2.898	6.279	9.177
Aplicações financeiras						
AAA	3.099		3.099			
AA+	51		51	867		867
AA	166		166	30		30
AA-	5		5	2.315	14	2.329
A+	19	29	48	3	9	12
A		2	2		25	25
A-				18	2	20
BBB+					1	1
B-		30	30		50	50
Sem rating (ii)	11	1	12	28	8	36
	3.351	62	3.413	3.261	109	3.370

	2018			2017		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Instrumentos financeiros derivativos						
AAA	242		242	30		30
AA+				7		7
AA	1	52	53			
AA-	5		5	69	17	86
A+		134	134		11	11
A		1	1		1	1
Sem rating (i)	37		37	55		55
	285	187	472	161	29	190
	4.987	6.565	11.552	6.320	6.417	12.737

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da Standard & Poor's, da Fitch Ratings e a classificação conforme estabelecido nas Políticas Financeiras. As principais variações entre os ratings são decorrentes das alterações de metodologia realizada pela S&P na escala nacional Brasil em 2018.

- (i) Referem-se a valores aplicados em bancos no exterior que não possuem classificação nas agências de rating.
- (ii) Referem-se a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) exclusivos da Votorantim e que não possuem classificação nas agências de rating.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(a) Composição

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros em moeda local da empresa.

	2018	2017
Moeda nacional		
Caixa e bancos	28	14
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	3	534
Operações compromissadas – títulos privados		165
Operações compromissadas – títulos públicos	1.320	2.185
	1.351	2.898
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	2.856	3.516
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	2.759	1.503
Time deposits	701	1.260
	6.316	6.279
	7.667	9.177

10 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos cujos vencimentos são de longo prazo a contar da data de aquisição.

(b) Composição

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas, principalmente, por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local (*time deposits*).

	2018	2017
Valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	1.396	543
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs	1.763	961
Operações compromissadas – Títulos públicos	106	605
Operações compromissadas – Títulos privados	54	1.048
Quotas de fundos de investimento	15	29
Aplicações denominadas em moeda estrangeira	62	65
	3.396	3.251
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	17	68
	17	68
Custo amortizado		
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs		7
Aplicações denominadas em moeda estrangeira		44
		51
	3.413	3.370
Circulante	3.390	3.345
Não circulante	23	25
	3.413	3.370

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

(a) Composição

	Nota	2018	2017
Cientes nacionais		1.308	1.296
Cientes estrangeiros		1.398	1.231
Partes relacionadas	14	14	53
		2.720	2.580
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(174)	(159)
		(174)	(159)
		2.546	2.421

(b) Composição por moeda

	2018	2017
Real	1.217	1.229
Dólar norte-americano	741	620
Euro	102	115
Peso colombiano	120	111
Lira turca	88	91
Peso uruguaio	82	43
Dirham marroquino	62	56
Peso argentino	61	74
Outras	73	82
	2.546	2.421

(c) Movimentação para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo no início do exercício	(159)	(159)
Adições líquidas das reversões	(21)	(17)
Contas a receber de clientes baixados como incobráveis (i)	13	13
Reclassificação para ativos mantidos para venda	1	4
Efeito de controladas excluídas na consolidação	(7)	
Variação cambial	(1)	
Saldo no final do exercício	(174)	(159)

(i) Os valores debitados na conta de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(d) Vencimento

	2018	2017
A vencer	2.184	1.975
Vencidos até 3 meses	295	326
Vencidos entre 3 e 6 meses	22	32
Vencidos há mais de 6 meses	219	247
	2.720	2.580

12 Estoques

Política contábil

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). As matérias-primas provenientes de ativos biológicos (Ex: Árvores de uma plantação, plantas, árvores frutíferas, gado, e etc.), são mensuradas ao valor justo, menos as despesas de vendas no ponto da colheita, quando são transferidas do ativo não circulante para o grupo de estoques.

O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As controladas, pelo menos uma vez ao ano, realizam o inventário físico das mercadorias constantes em seu estoque. Ajustes de inventário são registrados em rubrica de "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados".

A provisão para perdas em estoque refere-se, substancialmente, a materiais obsoletos e de baixo giro.

	2018	2017
Produtos acabados	845	749
Produtos semi acabados	1.499	1.482
Matérias-primas	832	624
Materiais auxiliares e de consumo	896	856
Importações em andamento	142	205
Outros	82	84
Perda estimada	(482)	(474)
	3.814	3.526

13 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	2018	2017
Imposto de Renda e Contribuição Social – IRPJ e CSLL	1.751	1.524
Contribuição para o Financiamento da Seguridades Social – COFINS (i)	1.057	379
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	594	465
Imposto sobre Valor Adicionado (empresas no exterior) – IVA	297	265
Programa de Integração Social – PIS (i)	230	85
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	62	69
ICMS sobre ativo imobilizado	59	66
IRPJ/CSLL – Plano Verão	30	81
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	28	32
Outros	96	135
	4.204	3.101
Circulante	1.473	1.317
Não circulante	2.731	1.784
	4.204	3.101

(i) Refere-se substancialmente, ao crédito de PIS e COFINS reconhecido nas controladas VCSA e Nexa BR, nos montantes de R\$ 550 e R\$ 231, respectivamente, conforme (Nota 1.1 (h)).

14 Partes relacionadas

Ativo	Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Ativo não circulante	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Cementos Avellaneda S.A.	3	12				
Cementos Granadilla S.L.	1	1			3	6
Banco Votorantim S.A.			9	55		
Cementos Especiales De Las Islas, S.A.				11		
Citrosuco S.A. Agroindústria (i)	1	23			216	86
Citrosuco GmbH (i)					50	43
Fibria Celulose S.A.	3	12		76	1	1
Mineração Rio Do Norte S.A.				6		
Supermix Concreto S.A.	4	5				
VTRM Energia Participações S.A.			5			
Outros	2				1	7
	14	53	14	148	271	143
Circulante	14	53	14	148		
Não circulante					271	143
	14	53	14	148	271	143

Passivo	Fornecedores		Dividendos a pagar		Passivo não circulante	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Sociedade controladora						
Hejoassu Administração S.A.			415	140		
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Fibria Celulose S.A.	13	3			117	1
Superior Materials Holdings, LLC	7	1				
Outras	19	4			19	24
	39	8	415	140	136	25
Total acionistas não controladores			67	48		
Circulante	39	8	482	188		
Não circulante					136	25
	39	8	482	188	136	25

Resultado	Vendas (compras), líquidas		Receita (despesa) financeira, líquidas	
	2018	2017	2018	2017
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto				
Cementos Avellaneda S.A.	36	32		
Cementos Especiales De Las Islas, S.A.	27	12		
Cementos Granadilla S.L.	20	14		
Citrosuco S.A. Agroindústria	32	28		5
Fibria Celulose S.A.	43	143		
Midway Group, LLC	27	21		
Supermix Concreto S.A.	204	167		
Superior Materials Holdings, LLC	66	58		
Outros	20	12	(2)	2
	475	487	(2)	7

(i) Refere-se às contas a receber relacionadas a ativos excedentes à situação patrimonial básica aportados na operação Citrosuco. O prazo de realização é vinculado à realização de cada item, mediante regras contratuais estabelecidas no acordo de acionistas e memorando de fechamento assinados entre a Fischer S.A. – Comércio, Indústria e Agricultura e a Votorantim.

15 Instrumentos financeiros – compromisso firme

A controlada Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) centraliza as transações de compra e venda de energia para atender as demandas das empresas da Votorantim. Uma parte dessas transações assume a forma de contratos que foram celebrados e continuam a ser realizados com a finalidade de receber a energia para uso próprio ou entregar a energia de autoprodução, de acordo com as demandas produtivas das controladas da Companhia e, por isso, não atende a definição de instrumento financeiro.

Outra parte dessas transações se refere às compras e vendas de energia, não utilizada no processo produtivo das empresas da Votorantim, sendo transacionada em mercado ativo, por isso, atende a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de serem liquidados em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial de suas controladas pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, ganho ou perda, é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Votener, opera no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) e participou do 13º leilão de compra de energia elétrica em 30 de abril de 2014, no qual, mediante compromisso firme, efetuou vendas para fornecimento até dezembro de 2019. Estas transações, no reconhecimento inicial, resultaram em ganho com venda de excedente de energia para a controlada indireta Votener, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A diferença líquida de despesas e receitas geradas pela realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, foi reconhecida como despesa no montante de R\$ 147 em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 30).

Adicionalmente, as demais operações realizadas pelas controladas no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), que atendem a definição de instrumento financeiro foram, da mesma forma, reconhecidas a valor justo. A realização do valor justo, no montante de R\$ 15 foi reconhecida como receita em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 30).

Os valores citados acima, possuem a seguinte composição:

	ACR			ACL			2018	2017	
	Voto-rantim CBA	Voto-rantim Energia	Total	Voto-rantim Cimentos	Voto-rantim CBA	Voto-rantim Energia			Total
Realização	(116)	(33)	(149)		(9)	(41)	(50)	(199)	(312)
Reconhecimento				(31)	(23)	119	65	65	(97)
Constituição (reversão)	2		2					2	(113)
	(114)	(33)	(147)	(31)	(32)	78	15	(132)	(522)

O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos patrimoniais:

	ACR			ACL			2018	2017	
	Voto-rantim CBA	Voto-rantim Energia	Total	Voto-rantim Cimentos	Voto-rantim CBA	Voto-rantim Energia			Total
Ativo									
Circulante	110	33	143		6	53	59	202	210
Não circulante									154
	110	33	143		6	53	59	202	364
Passivo									
Circulante				(19)			(19)	(19)	(1)
Não circulante				(35)	(82)	(44)	(161)	(161)	(207)
				(54)	(82)	(44)	(180)	(180)	(208)

16 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em entidades coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e controlada.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

A Companhia também reconhece seus ativos de acordo com a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada de forma proporcional. Isso implica em reconhecer a parte do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas das *joint ventures*, adicionando tais valores a seus próprios ativos, passivos, receitas e despesas, por natureza (método linha a linha), incluindo tais valores em linha subsequente à linha correspondente às contas patrimoniais e de resultado de mesma natureza.

(i) Impairment de investimentos

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia e suas controladas utilizam critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre ágio.

(a) Composição

Principais empresas consolidadas	Nota	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
		2018	2017		
Subsidiárias e controladas					
Acerbrag S.A.		100,00	100,00	Argentina	Siderurgia
Votorantim FinCO GmbH		100,00	100,00	Áustria	Trading
Votorantim GmbH		100,00	100,00	Áustria	Zinco
Acariuba Mineração e Participação Ltda.		100,00	100,00	Brasil	Holding
Companhia Brasileira de Alumínio		100,00	100,00	Brasil	Alumínio
Interávia Transportes Ltda.		100,00	100,00	Brasil	Transporte
Santa Cruz Geração de Energia S.A.		100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.		100,00	100,00	Brasil	Holding
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.	1.1 (d)		100,00	Brasil	Holding
Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.		100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Votorantim Cimentos N/NE S.A.		100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Cimentos S.A.		100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Energia Ltda.		100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Finanças S.A.		100,00	100,00	Brasil	Finanças
Votorantim Geração de Energia S.A.		100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Investimentos Latino-Americanos S.A.		100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Recursos Minerais S.A.		100,00	100,00	Brasil	Zinco
Votorantim Cement North America Inc.		100,00	100,00	Canadá	Holding
Acerías Paz del Río S.A.		82,42	82,42	Colômbia	Siderurgia
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	1.1 (j)	100,00	100,00	Espanha	Holding
St. Marys Cement Inc.		100,00	100,00	EUA	Cimentos
US Zinc Corporation	1.1 (i)	100,00	100,00	EUA	Zinco
St. Helen Holding II B.V.		100,00	100,00	Ilhas Cayman	Holding
				Ilhas Virgens Britânicas	Holding
Hailstone Ltd.		100,00	100,00		Holding
Nexa Resources S.A.		64,25	64,25	Luxemburgo	Holding
Votorantim Cimentos International S.A.	1.1 (j)	100,00		Luxemburgo	Holding
Votorantim RE		100,00	100,00	Luxemburgo	Seguros
Compañía Minera Atacocha S.A.A.		91,00	91,00	Peru	Mineração
Nexa Resources Perú S.A.A		80,23	80,23	Peru	Mineração
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.		99,91	99,91	Peru	Zinco
Cementos Artigas S.A.		51,00	51,00	Uruguai	Cimentos
Operações conjuntas (Joint operations)					
Baesa – Energética Barra Grande S.A.		15,00	15,00	Brasil	Energia Elétrica
Campos Novos Energia S.A.		44,76	44,76	Brasil	Energia Elétrica
Great Lakes Slag Inc.		50,00	50,00	Canadá	Cimentos
Voto – Votorantim Overseas Trading Operations IV Ltd.		50,00	50,00	Ilhas Cayman	Trading

Principais empresas consolidadas	Nota	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
		2018	2017		
Fundos de aplicação financeira exclusivos					
Fundo de Investimento Pentágono VC Multimercado – Crédito Privado		100,00	100,00	Brasil	Finanças
Fundo de Investimento Pentágono CBA Multimercado – Crédito Privado		100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado		96,91	89,97	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado Fundo de investimento VC		100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado Fundo de investimento VM		100,00	100,00	Brasil	Finanças
Principais empresas não consolidadas					
Coligadas					
Cementos Avellaneda S.A.		49,00	49,00	Argentina	Cimentos
Alunorte – Alumina do Norte S.A.		3,03	3,03	Brasil	Mineração
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.		25,00	25,00	Brasil	Mineração
Mineração Rio do Norte S.A.		10,00	10,00	Brasil	Mineração
Supermix Concreto S.A.		25,00	25,00	Brasil	Concreto
Cementos Especiales de las Islas S.A.		50,00	50,00	EUA	Cimentos
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)					
Citrosuco GmbH		50,00	50,00	Áustria	Agroindústria
Banco Votorantim S.A.		50,00	50,00	Brasil	Finanças
Citrosuco S.A. Agroindústria		50,00	50,00	Brasil	Agroindústria
Fibra Celulose S.A.	1.1 (c)		29,42	Brasil	Celulose
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.		45,00		Brasil	Serviços
VTRM Energia Participações S.A.	1.1 (d)	50,00	100,00	Brasil	Energia
Hutton Transport Ltda.		25,00	25,00	Canadá	Transporte
Midway Group, LLC.		50,00	50,00	EUA	Cimentos
					Aluguel de equipamentos
RMC Leasing, LLC.		50,00		EUA	equipamentos
Superior Materials Holdings, LLC.		50,00	50,00	EUA	Cimentos
Cementos Portland S.A.	1.1 (f)		50,00	Peru	Cimentos

(b) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2018:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido incluindo participação de minoritários	Receita líquida	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	% Participação total de votante
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial – Coligadas											
Cementos Avellaneda S.A.	441	826	477	20	67	770	1.378	280	46	165	49,00%
Alunorte – Alumina do Norte S.A.	8.634		2.436	2.682		3.516	4.148	(651)	(653)	(933)	3,03%
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7	7				14	6	6	1	5	25,00%
Mineração Rio do Norte S.A.	554	2.610	507	1.756		901	1.524	306	(282)	16	10,00%
Supermix Concreto S.A.	196	232	142	57		229	1.074	(29)	10	(19)	25,00%
Cementos Especiales de las Islas S.A.	106	84	27	8	(5)	155	252	48		25	50,00%
Controladas em conjunto (Joint ventures)											
Citrosuco GmbH	3.111	1.294	605	308		3.492	3.912	354	42	378	50,00%
Banco Votorantim S.A.	56.264	46.035	63.341	29.832		9.126	5.674	6.296		1.061	50,00%
Citrosuco S.A. Agroindústria	2.632	3.557	2.102	3.534		553	3.164	28	(186)	(268)	50,00%
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	27	3	18			12		(10)		(6)	45,00%
VTRM Energia Participações S.A.	26	2.897	116	16		2.791		(18)	(2)	33	50,00%
Hutton Transport Ltda.	35	61	14	2	4	80	78	(12)	1	14	25,00%
Midway Group, LLC.	28	26	9		5	45	117	13		13	50,00%
RMC Leasing LLC	5	15			1	20					50,00%
Superior Materials Holdings, LLC	94	59	39		14	114	391	48		47	50,00%

(a) Movimentação

	Saldo no início do exercício	Equivalência patrimonial	Varição cambial	Adoção inicial do IFRS 9 (iv)	Aplicação inicial cotas de FIPs (iv)	Adoção inicial do IAS 29 (v)	Dividendos	Adições	Baixas	Ganho pelo ajuste a valor justo na operação VTRM (vi)	Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda	Outros	Saldo no final do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial – Coligadas													
Cementos Avellaneda S.A.	251	81	(122)			168							378
Alunorte – Alumina do Norte S.A.	135	(28)											107
Mineração Rio do Norte S.A.	83	2						5					90
IMIX Empreend. Imobiliários Ltda.	6	1					(4)						3
Supermix Concreto S.A.	62	(5)											57
Cementos Especiales De Las Islas, S.A.	69	12	(4)										77
Outros	251	16										(33)	234
	857	79	(126)			168	(4)	5				(33)	946
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)													
Citrosuco GmbH (i)	2.120	156	337										2.613
Banco Votorantim S.A. (ii)	5.111	530		(337)	(116)		(97)					(33)	5.058
Citrosuco S.A. Agroindústria (i)	1.029	(171)	(28)						(178)			(42)	610
Fibria Celulose S.A. (iii)	4.116	181	7								(4.305)	1	
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.		(3)						4				4	5
VTRM Energia Participações S.A. (i) (vii)		9					(4)	1.391		144			1.540
Hutton Transport Ltda.	18	4	1				(3)						20
Midway Group, LLC.	14	6	3										23
RMC Leasing LLC.			1					9					10
Superior Materials Holdings, LLC.	53	24	7				(19)		(8)				57
Cimento Portland S.A. (viii)	54	(1)	6						(59)				
	12.515	735	334	(337)	(116)		(123)	1.404	(245)	144	(4.305)	(70)	9.936
2018	13.372	814	208	(337)	(116)	168	(127)	1.409	(245)	144	(4.305)	(103)	10.882
2017	12.949	1.219	2				(493)		(395)			90	13.372

(i) Os investimentos abaixo consideram, os ágios pagos na aquisição dos investimentos e o saldo de mais valia, que é amortizado no resultado da controladora:

	Ágio		Mais valia	
	2018	2017	2018	2017
Citrosuco S.A. Agroindústria	194	194	139	304
Citrosuco GmbH	141	145	726	649
VTRM Energia Participações S.A.			144	

(ii) O investimento contempla o ajuste a valor justo no montante de R\$ 495 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 495).

(iii) O investimento contempla adição de R\$ 6 referente ao percentual de ações em tesouraria e eliminações de lucros não realizados, no montante de R\$ 178, em permuta de terrenos com a Companhia. A equivalência patrimonial foi reconhecida até 31 de março de 2018, data em que o investimento foi classificado como disponível para venda.

(iv) Refere-se a adoção inicial da IFRS 9 e ajustes da aplicação inicial do novo critério contábil do reconhecimento de variação de cotas de FIPs reconhecidos diretamente no patrimônio líquido do Banco Votorantim S.A. (Nota 3.1.1 (ii)).

(v) Refere-se a adoção inicial da IAS 29 reconhecido diretamente no patrimônio líquido (Nota 1.1 (e)).

(vi) Ajuste de investimentos pela operação da VTRM (Nota 1.1 (d)).

(vii) Até 29 de maio de 2018, a controlada VGE detinha 100% de participação na investida VTRM, reconhecendo resultado de equivalência patrimonial correspondente a esta participação. A partir desta data, passou a deter 50% de participação devido à operação comentada na nota 1.1 (d).

(viii) Conclusão da venda da joint venture CEMPOR, operação comentada na Nota 1.1 (f).

17 Imobilizado

Política contábil

(i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior que o seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia e suas controladas adotam para determinar o valor recuperável.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas» na demonstração do resultado.

(ii) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas possam indicar deterioração ou perda do valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) excede seu valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do *impairment*, na data do balanço.

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(a) Composição e movimentação

										2018	2017
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	ARO (i)	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total	Total"
Saldo no início do exercício											
Custo	1.959	10.467	34.103	1.121	191	2.793	812	456	444	52.346	49.812
Depreciação acumulada	(58)	(4.232)	(19.722)	(918)	(145)		(443)	(251)	(354)	(26.123)	(24.352)
Saldo líquido	1.901	6.235	14.381	203	46	2.793	369	205	90	26.223	25.460
Adições	5	13	50	3	35	2.459			2	2.567	3.108
Baixas	(22)	(17)	(53)	(1)	(2)	(7)			(1)	(103)	(159)
Depreciação	(7)	(354)	(1.468)	(69)	(18)		(39)	(21)	(8)	(1.984)	(1.814)
Variação cambial	72	191	481	11	3	140	31	17		946	109
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação	(1)	(164)	(1.105)	1	(4)	(1)		(2)	(10)	(1.286)	(5)
Reversão (constituição) de impairment	1	3	33		1	(10)			1	29	94
Reavaliação do fluxo de caixa							(32)			(32)	
Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda	(4)	(1)	(220)							(225)	(476)
Atualização da taxa de juros			(8)				104			96	
Ajuste de operações em países com economia hiperinflacionária									138	138	
Transferências (ii)	53	360	1.911	77	8	(2.589)		24	(33)	(189)	(94)
Saldo no final do exercício	1.998	6.266	14.002	225	69	2.785	433	223	179	26.180	26.223
Custo	2.060	10.890	35.343	1.225	241	2.785	917	519	389	54.369	52.346
Depreciação acumulada	(62)	(4.624)	(21.341)	(1.000)	(172)		(484)	(296)	(348)	(28.327)	(26.123)
Ajuste de operações em países com economia hiperinflacionária									138	138	
Saldo no final do exercício	1.998	6.266	14.002	225	69	2.785	433	223	179	26.180	26.223
Taxas médias anuais de depreciação – %	1	3	10	17	10			9	14		

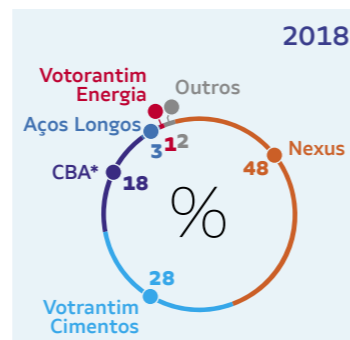
(i) Asset Retirement Obligation (obrigação para desmobilização de ativos).

(ii) As transferências incluem a reclassificação de "Obras em andamento" no grupo do imobilizado para "Softwares" e "Direitos sobre recursos naturais" no grupo do intangível.

(b) Obras em andamento

O saldo é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das empresas industriais.

Segmento	2018	2017
Nexa Resources	1.353	779
Votorantim Cimentos	771	1.360
CBA	492	368
Aços longos	92	195
Votorantim Energia	25	20
Outros	52	71
	2.785	2.793



Apresentamos a seguir os principais projetos em andamento por negócio:

Nexa Resources	2018	2017
<i>Sustaining</i>	354	261
Projetos de expansão e modernização	683	212
Projetos segurança, saúde e meio ambiente	223	244
Tecnologia da informação	53	24
Outros	40	38
	1.353	779

Votorantim Cimentos	2018	2017
<i>Sustaining</i>	220	209
Modernização industrial	161	66
Meio ambiente e segurança	67	86
Moagem de cimento em Pécem – Brasil	39	39
Novas linhas de coprocessamento	35	67
Nova unidade em Sobral – CE	34	
Fábrica insumos agrícolas e Nobres – MT	17	
Hardwares e softwares	15	28
Geologia e direitos minerários	10	37
Expansão de capacidade produtiva de cimento – América do Norte	3	462
Outros	170	366
	771	1.360

CBA	2018	2017
Reforma de fornos	131	75
Projeto Bauxita Rondon	114	111
Revitalização e adequação da usina	48	51
Projetos fábrica Alumina	30	25
Modernização do Sistema Automação	29	32
Projetos de transformação plástica	29	26
Projetos salas fornos	22	18
Outros	89	30
	492	368

Aços longos	2018	2017
Revitalização e adequação da usina – Argentina e Colômbia		168
<i>Sustaining</i>	80	
Projetos de segurança, saúde e meio ambiente – Colômbia	7	8
Modernização	3	
Tecnologia da informação	1	
Outros	1	19
	92	195

Votorantim Energia	2018	2017
Projeto Corumbá	19	16
Tecnologia da informação	4	
Mudança do centro corporativo – SP	2	4
	25	20

18 Intangível

Política contábil

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(ii) Direitos sobre recursos naturais

Os custos relacionados a aquisição de direitos de exploração de minas, a manutenção para aumentar o acesso ao minério e os direitos adquiridos relativos a exploração de recurso eólicos são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas no caso de direitos de exploração de minas.

Após o início da fase produtiva da mina ou da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

A exaustão de recursos minerais e parques eólicos é calculada com base na extração e utilização, respectivamente, considerando-se as vidas úteis estimadas.

(iii) Softwares

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos e são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

(iv) Uso do bem público – UBP

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público – UBP.

O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência têm vida útil finita e são mensuradas pelo custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada apresentada a seguir:

Relação com clientes 15 anos

Acordos de não concorrência. 5 anos

(vi) Impairment de ágios

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados de acordo com o valor em uso, efetuados com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(a) Composição e movimentação

										2018	2017
	Nota	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	ARO (i)	Uso do bem público – UBP	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Direitos sobre marcas e patentes	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício											
Custo		8.693	4.863	317	541	235	593	485	783	16.510	17.225
Amortização e exaustão acumulada		(2.851)		(115)	(180)	(156)	(477)	(313)	(343)	(4.435)	(4.580)
Saldo líquido		5.842	4.863	202	361	79	116	172	440	12.075	12.645
Adições		1	92	12			5		5	115	174
Baixas		(32)								(32)	(243)
Amortização e exaustão		(391)		(3)	(19)	(15)	(45)	(6)	(7)	(486)	(544)
Variação cambial		814	667	39		(1)	(19)	3	82	1.585	266
Reclassificação de ativos classificados como mantidos para venda		(4)		(6)		6	(1)			(5)	(355)
Efeito de controladas excluídas na consolidação	1.1 (c)	(50)	(9)	(19)			(1)	(18)		(97)	(47)
Reversão (constituição) de <i>impairment</i>		24								24	(71)
Reavaliação do fluxo de caixa				(1)						(1)	145
Atualização da taxa de juros		(4)		(22)						(26)	11
Transferências		85					103	1		189	94
Saldo no final do exercício		6.285	5.613	202	342	69	158	152	520	13.341	12.075
Custo		9.860	5.613	337	540	268	526	208	918	18.270	16.510
Amortização e exaustão acumulada		(3.575)		(135)	(198)	(199)	(368)	(56)	(398)	(4.929)	(4.435)
Saldo no final do exercício		6.285	5.613	202	342	69	158	152	520	13.341	12.075
Taxas médias anuais de amortização e exaustão – %		4		7	7	7	18	10	9		

(i) *Asset Retirement Obligation* (obrigação para desmobilização de ativos).

(b) **Ágio decorrente de aquisições**

Política contábil

A Companhia e suas controladas utilizam o método de aquisição para contabilização de transações classificadas como combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia e suas controladas reconhecem a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição.

	2018	2017
Votorantim Cimentos		
América do Norte	1.208	1.027
Europa, Ásia e África	1.275	1.140
América Latina	12	12
Brasil		
Cimento Vencemos do Amazonas Ltda.	92	
Engemix S.A.	76	76
CJ Mineração Ltda.	16	16
	2.679	2.271
Nexa Resources		
América do Norte		
US Zinc Corporation		30
América Latina		
Nexa Resources Perú S.A.A.	2.241	1.913
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	358	306
Brasil		
Campos Novos Energia S.A.	26	
Pollarix S.A.	1	1
	2.626	2.250

	2018	2017
Aços longos		
América Latina		
Acergroup S.A.	149	149
Acerholding S.A.	9	15
Acerbrag S.A.	2	3
	160	167
CBA		
Brasil		
Campos Novos Energia S.A.	31	58
Metalex Ltda.	49	49
Rio Verdinho Energia S.A.	29	29
Machadinho Energética S.A.	15	15
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	7	7
	131	158
Holdings e outras		
América Latina		
Votorantim Andina S.A.	16	16
Brasil		
Fazenda Bodoquena Ltda.	1	1
	17	17
	5.613	4.863

(c) Teste do ágio para verificação de impairment

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil do segmento operacional das UGCs. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia e de suas controladas.

A Administração da Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e nas suas expectativas de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são pré impostos e refletem riscos específicos relacionados com o segmento operacional ou com a UGC que estiver sendo testada.

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor.

Os cálculos do valor justo foram baseados no modelo de fluxo de caixa descontado, e têm como base as seguintes premissas:

	Taxa de crescimento	Taxa de desconto
Votorantim Cimentos	0,0% a 1,0%	6,60% a 11,30%
CBA	(ii)	9,64% a 11,14%
Nexa Resources	(ii)	10,34% a 11,98%
Aços longos (i)	Não utilizado	11,91% a 17,10%
<i> Holding e outros</i>	Não utilizado	8,40% a 9,57%

(i) Considera apenas as unidades localizadas na Argentina e Colômbia.

(ii) As taxas de crescimento levam em conta informações independentes sobre as projeções de cotações da LME (principalmente alumínio, zinco e cobre).

19 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(a) Composição e valor justo

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Moeda nacional									
Debêntures	110,75% CDI	91	1.288	2.718	3.257	2.809	4.545	2.749	4.599
BNDES	TJLP + 2,33% / 1,86% Pré BRL / SELIC + 2,92% / IPCA + 5,10%	95	486	635	1.410	730	1.896	687	1.774
Agência de fomento	8,46% Pré BRL / TJLP + 0,65%	51	41	198	208	249	249	246	238
FINAME	4,82% Pré BRL	21	23	68	91	89	114	83	102
Nota de crédito exportação			3		100		103		105
Outros		11	16	11	11	22	27	20	26
		269	1.857	3.630	5.077	3.899	6.934	3.785	6.844
Moeda estrangeira									
Eurobonds – USD	6,06% Pré USD	3.077	156	10.742	11.948	13.819	12.104	13.829	12.877
Empréstimos – Lei 4131/1962 (i)	LIBOR + 0,97% / 4,04% Pré USD	594	176	864	763	1.458	939	1.481	944
Eurobonds – EUR	3,40% Pré EUR	978	37	1.541	2.246	2.519	2.283	2.584	2.415
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	EURIBOR + 2,00% / LIBOR + 1,10% / 6,14% Pré	225	123	1.399	1.192	1.624	1.315	1.626	1.320
Créditos de exportação (pré-pagamento)	LIBOR + 1,27%		1	765	659	765	660	799	709
BNDES	UMBDES + 2,46%		112		37		149		152
Nota de crédito exportação			1		104		105		107
Capital de giro	IBR + 2,62% / 5,67% Pré COP	111	96			111	96	112	98
Agência de fomento	LIBOR + 1,10%	30		195		225		236	
Outros		7	14	24	31	31	45	33	43
		5.022	716	15.530	16.980	20.552	17.696	20.700	18.665
		5.291	2.573	19.160	22.057	24.451	24.630	24.485	25.509
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos captados a longo prazo		4.854	1.743						
Juros sobre empréstimos e financiamentos		324	365						
Empréstimos e financiamentos captados a curto prazo		113	465						
		5.291	2.573						

(ii) Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real, e resultaram no custo médio final ponderado de 107,78 % a.a. do CDI. Estes *swaps* foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em USD + *swap* para BRL em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em % do CDI em BRL. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um “descasamento contábil” no resultado e para eliminar este “descasamento contábil” as contratações feitas a partir de agosto de

2015, foram designadas na modalidade "fair value", sendo o efeito desta designação a mensuração da dívida a valor justo por meio do resultado conforme Nota 30.

Legenda:

BNDDES	– Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.
BRL	– Moeda Nacional (real).
CDI	– Certificado de Depósito Interbancário.
COP	– Peso Colombiano.
EUR	– Moeda da União Europeia (euro).
EURIBOR	– Euro Interbank Offered Rate.
FINAME	– Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.
IBR	– Inter-Bank Rate (Colômbia).
INR	– Rupia Indiana.
IPCA	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LIBOR	– London Interbank Offered Rate.
SELIC	– Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
TJLP	– Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Até dezembro de 2017, a TJLP era o custo básico de financiamentos do BNDES. A partir de janeiro de 2018 a Taxa de Longo Prazo (TLP) passou a ser o principal custo financeiro dos financiamentos do BNDES.
UMBNDDES	– Unidade Monetária do BNDES. É cesta de moedas que representa a composição das obrigações em moeda estrangeira do BNDES. Em 31 de dezembro de 2018, o dólar norte-americano representou 99% dessa composição.
USD	– Dólar norte-americano.

(b) Movimentação

	Nota	2018	2017
Saldo no início do exercício		24.630	24.419
Captações		3.639	5.393
Variação cambial		2.771	616
Provisão de juros		1.359	1.616
Adições dos custos de captação, líquidas das amortizações		26	(22)
Ajuste a valor justo		(28)	47
Juros pagos		(1.423)	(1.558)
Efeito de controladas excluídas na consolidação	1.1 (d)	(909)	
Liquidações		(5.532)	(5.881)
Reclassificação para passivos relacionados a ativos mantidos para venda		(13)	
Ganho na renegociação de dívidas	3.1.1 (iv)	(69)	
Saldo no final do exercício		24.451	24.630

(c) Captações e amortizações

Por meio de captações e pagamentos antecipados de certas dívidas, a Companhia e suas controladas buscam alongar o prazo médio dos vencimentos, bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa nestas moedas.

As principais captações e amortizações efetuadas no exercício foram as seguintes:

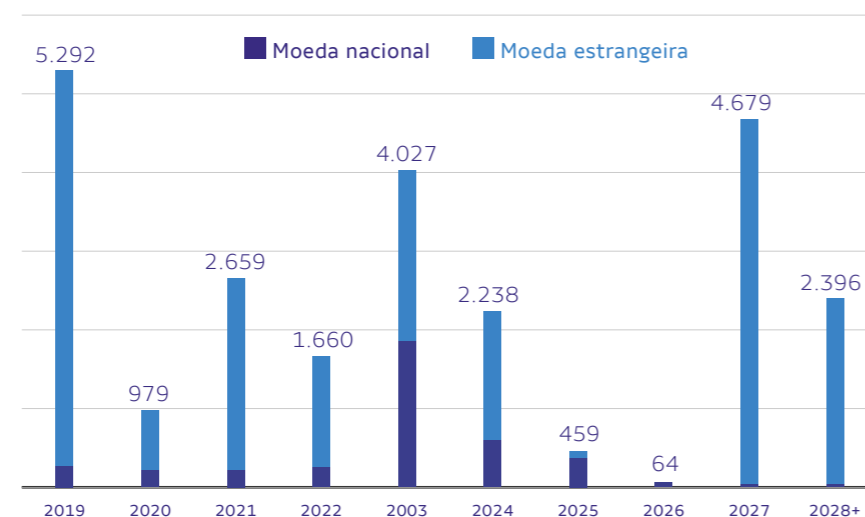
Captações

Data	Empresa	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	Custo
Mar-18	Votorantim Cimentos S.A.	Lei 4131/1962	USD	100	325	2023	112,00% CDI
Mai-18	Nexa Resources S.A.	Pré pagamento de exportação	USD	200	737	2023	LIBOR 6M + 1,27%
Mai-18	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	Debêntures	BRL	450	450	2023	110,00% CDI
Jun-18	Nexa Resources S.A.	Agencia de fomento	USD	63	240	2026	LIBOR 6M + 1,10%
Ago-18	Votorantim S.A.	Debêntures	BRL	550	550	2024	112,00% CDI
Out-18	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	Lei 4131/1962	USD	50	202	2023	108% CDI
Dez-18	Companhia Brasileira de Alumínio	BNDES	BRL	39	39	2028	TLP + 4,90%
Dez-18	Nexa Recursos Minerais S.A.	BNDES	BRL	229	229	2028	TLP + 5,23%
Dez-18	Votorantim Cimentos S.A.	BNDES	BRL	57	57	2028	TLP + 4,71%

Amortizações

Data	Empresa	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	Observação
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(500)	(500)	2022	Pré-pagamento
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(44)	(44)	2022	Pré-pagamento
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(63)	(63)	2022	Pré-pagamento
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(94)	(94)	2022	Pré-pagamento
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	Lei 4131/1962	USD	(50)	(161)	2020	Pré-pagamento
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	BNDES	BRL	(211)	(211)	2018 / 2019 / 2020	Pré-pagamento
Mar-18	Nexa Recursos Minerais S.A.	Nota de crédito à exportação	BRL	(100)	(100)	2018	
Mar-18	Nexa Recursos Minerais S.A.	Nota de crédito à exportação	USD	(31)	(102)	2018	
Abr-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(148)	(148)	2024	Pré-pagamento
Abr-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(200)	(200)	2023	Pré-pagamento
Mai-18	Nexa Resources S.A.	Pré-pagamento de exportação	USD	(100)	(366)	2018	
Mai-18	Nexa Resources S.A.	Pré-pagamento de exportação	USD	(40)	(149)	2023	Pré-pagamento
Mai-18	Nexa Resources S.A.	Pré-pagamento de exportação	USD	(60)	(224)	2022	Pré-pagamento
Jun-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(158)	(158)	2023	Pré-pagamento
Jun-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(294)	(294)	2025	Pré-pagamento
Ago-18	Votorantim S.A.	Debêntures	BRL	(550)	(550)	2024	Pré-pagamento
Out-18	VOTO-Votorantim Overseas Trading Operations IV Limited	Eurobonds	USD	(97)	(359)	2020	Pré-pagamento
Out-18	Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	EUR	(43)	(181)	2021	Pré-pagamento
Dez-18	Companhia Brasileira de Alumínio	BNDES	BRL	(39)	(39)	2019 / 2020	Pré-pagamento
Dez-18	Nexa Recursos Minerais S.A.	BNDES	BRL	(229)	(229)	2019 / 2020 / 2021 / 2022 / 2023	Pré-pagamento
Dez-18	Votorantim Cimentos S.A.	BNDES	BRL	(57)	(57)	2019 / 2020	Pré-pagamento

(d) Perfil de vencimento



(e) Composição por moeda

	Circulante		Não circulante		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Dólar norte americano	3.707	366	13.083	13.509	16.790	13.875
Real	269	1.857	3.630	5.077	3.899	6.934
Euro	1.098	110	1.879	2.825	2.977	2.935
Boliviano	64	1	406	395	470	396
Liras turcas	39	47	148	220	187	267
Cestas de moedas		83		14		97
Outras	114	109	14	17	128	126
Total	5.291	2.573	19.160	22.057	24.451	24.630

(f) Composição por indexador

	Circulante		Não circulante		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Moeda nacional						
CDI	91	1.287	2.718	3.259	2.809	4.546
TJLP	79	436	314	1.239	393	1.675
Taxa pré-fixada	53	74	209	286	262	360
SELIC	14	55	100	196	114	251
TLP	32		289		321	
Outros		5		97		102
Total Moeda nacional	269	1.857	3.630	5.077	3.899	6.934
Moeda estrangeira						
Taxa pré-fixada	4.729	515	13.160	15.549	17.889	16.064
LIBOR	230	5	2.331	1.179	2.561	1.184
EURIBOR	11	39	39	215	50	254
UMBNDDES		112		37		149
Outros	52	45			52	45
Total Moeda estrangeira	5.022	716	15.530	16.980	20.552	17.696
Total	5.291	2.573	19.160	22.057	24.451	24.630

(g) Garantias

Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 10.389 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 10.607) do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas estavam garantidos por avais da Companhia, enquanto R\$ 792 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 527) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária.

(h) Obrigações contratuais / Índices financeiros

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos ao cumprimento de certos índices financeiros ("covenants"). Quando aplicáveis, tais obrigações são padronizadas para todos os contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas atenderam a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis.

20 Risco sacado a pagar

A Companhia e suas controladas firmaram contratos junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo a antecipação de seu recebimento. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas das mercadorias para as instituições financeiras.

Operações de risco sacado	2018	2017
Mercado interno	349	148
Mercado externo	838	761
	1.187	909

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda, e quando aplicável a contribuição social em todos os países em que opera. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da en-

tidade. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

Nota	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.236	1.094
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(1.100)	(372)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	277	415
Diferencial de alíquota de empresas no exterior	559	192
Adição de lucros no exterior IN 1520/14	(219)	(277)
Reprocessamento de apurações anteriores	70	61
Imposto sobre operação de mineração	(52)	(74)
Dividendos recebidos	(53)	(59)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(60)	(9)
Efeito tributário da reorganização societária VCSA	1.1 (j) (431)	
Outras adições permanentes, líquidas	(55)	(13)
IRPJ e CSLL apurados	(1.064)	(136)
Correntes	(456)	(722)
Diferidos	(608)	586
IRPJ e CSLL no resultado	(1.064)	(136)
Taxa efetiva – %	33%	12%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2018	2017
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	2.669	1.884
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Estimativa para perdas em investimentos, imobilizado e intangível	857	1.181
Variação cambial	761	1.300
Provisões referente à processos judiciais	574	506
Benefício fiscal sobre ágio	503	465
Obrigações para desmobilização de ativos	182	166
Uso do bem público – UBP	154	172
Passivos ambientais	128	116
Ajuste a valor de mercado	123	(143)
PPR – Provisão de participação no resultado	113	124
Estimativa para perdas de estoques	78	66
Provisão para créditos de liquidação	62	56
Provisão para encargos de energia	49	46
Provisão de obrigações previdenciárias	41	34
Fundos de pensão	3	(18)
Estimativa para baixa de ativo	2	20
Outros créditos	194	18
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Custo de captação de empréstimos	(3)	(3)
Instrumentos financeiros – compromisso firme	(8)	(61)
Obrigações para desmobilização de ativos	(10)	(6)
Mais valia de ativos da Citrosuco	(13)	(154)
Ajuste a valor presente	(35)	(55)
Diferimento de perdas em contratos de derivativos	(77)	63
Ganho pelo ajuste a valor justo na operação da VTRM	(102)	
Juros capitalizados	(141)	(140)
Mais valia de ativos	(388)	(441)
Amortização de ágio	(405)	(367)
Mais valia de ativos da Milpo	(1.233)	(1.140)
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	(2.192)	(1.479)
Outros débitos	(6)	(96)
Líquido	1.880	2.114
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	4.079	4.079
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(2.199)	(1.965)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	2018	2017
Saldo no início do exercício	2.114	2.072
Efeito em outros componentes do resultado abrangente – <i>hedge accounting</i>	396	(11)
Efeito no resultado do exercício – operações descontinuadas	112	(228)
Efeito de variação cambial em outros componentes do resultado abrangente	(196)	(41)
Efeito no resultado do exercício – operações continuadas	(608)	586
Consumo de créditos tributários de IRPJ e CSLL para pagamento do PERT		(259)
Outros	62	(5)
Saldo no fim do exercício	1.880	2.114

(d) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

	2018	Percentual
Em 2019	881	33%
Em 2020	323	12%
Em 2021	238	9%
Em 2022	391	15%
2023 em diante	836	31%
	2.669	100%

22 Receita diferida – obrigação por performance

Política contábil

A receita diferida, oriunda da antecipação de recebíveis com instituições financeiras, representa uma obrigação que as controladas têm de entregar fisicamente a energia elétrica já vendida aos clientes e conseqüentemente repassar a instituição financeira o valor recebido pela venda de energia. A obrigação é realizada mensalmente, após a transferência da energia ao cliente e conseqüente repasse financeiro a instituição financeira.

Em dezembro de 2014, a controlada indireta Votener cedeu a uma instituição financeira os direitos creditórios com vencimento até dezembro de 2019 decorrentes de alguns contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”), que estão sendo realizados com a entrega física de energia. Esta transação correspondeu ao montante de R\$ 1.252, e não possui qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da Empresa sobre os direitos creditórios. Pela cessão dos direitos creditórios a Votener recebeu o montante total de R\$ 905, sendo que os juros a apropriar da operação estão sendo reconhecidos pró-rata ao resultado durante o prazo do contrato.

Em maio de 2015, a Votener realizou uma segunda operação de cessão de créditos, sem qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da controlada, no montante total de R\$ 368. Pela cessão dos direitos creditórios, a Votener recebeu o valor total R\$ 251, sendo que os juros a apropriar da operação estão sendo reconhecidos pró-rata ao resultado durante o prazo do contrato.

O valor atualizado destas operações em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 271 (31 de dezembro de 2017, R\$ 516).

23 Provisões

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(i) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais entre outras ações judiciais em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia e suas controladas considerem sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação,

essas variações são reconhecidas no resultado do período. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(ii) Obrigação com desmobilização de ativo

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo intangível. A Companhia e suas controladas consideram as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas.

(iii) Obrigação para passivos ambientais

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia e suas controladas que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da Companhia e de suas controladas que surgiram de eventos passados.

(a) Composição e movimentação

	2018					2017	
	Processos judiciais						
	ARO (i)	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.275	849	99	317	47	2.587	2.346
Adições	24	82	142	59	7	314	687
Reversões (ii)	(47)	(90)	(88)	(199)	(10)	(434)	(945)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas (ii)		(2)	(9)	92	(1)	80	225
Liquidações com efeito caixa	(41)	(28)	(82)	(4)	(1)	(156)	(182)
Liquidações com depósitos judiciais			(14)			(14)	(2)
Reclassificação para passivo relacionado a ativo mantido para venda							(18)
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação	(20)			(2)	(4)	(26)	15
Ajuste a valor presente	67					67	52
Atualização monetária		35	33	12	2	82	216
Variação cambial	79	7	3	8	1	98	28
Reavaliação de fluxo de caixa	(3)					(3)	165
Saldo no final do exercício	1.334	853	84	283	41	2.595	2.587

(i) Asset Retirement Obligation (obrigação para desmobilização de ativos).

(ii) Refere-se substancialmente a classificação de perda de ação cível da controlada CBA que foi alterada de provável para remota, gerando a reversão da provisão judicial no montante de R\$ 104, sendo R\$ 66 de valor principal e R\$ 38 de atualização monetária. O processo encontra-se em andamento, e em 31 de dezembro de 2018, a CBA possui valores depositados em juízo no montante de R\$ 104.

(b) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais, outras e depósitos judiciais remanescentes

	2018				2017			
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)
Tributárias	(126)	979	853	545	(124)	973	849	679
Trabalhistas	(214)	298	84	80	(205)	304	99	71
Cíveis	(28)	311	283	124	(120)	437	317	10
Outras	(1)	42	41	6		47	47	5
	(369)	1.630	1.261	755	(449)	1.761	1.312	765

(i) A Companhia e suas controladas possuem saldos depositados em processos classificados pela Administração, seguindo as indicações dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas como de perda remota ou possível, portanto, sem a respectiva provisão.

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia e suas controladas tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2018	2017
Tributárias (c.1)	11.162	10.035
Cíveis (c.2)	7.430	7.215
Ambientais	516	496
Trabalhistas e previdenciárias	374	441
	19.482	18.187

(c.1) Comentários sobre passivos contingentes tributários com probabilidade de perda possível

A seguir são comentados os principais passivos contingentes relacionados a processos tributários em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada. No quadro a seguir apresentamos uma análise da relevância desses processos:

Natureza	2018	2017
Auto de infração – IRPJ/CSLL (i)	1.884	1.794
IRPJ/CSLL – Lucros no exterior (ii)	1.052	765
ICMS creditamento (iii)	818	923
Glosa de créditos de PIS/COFINS (iv)	680	582
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM (v)	608	571
Glosa de saldo negativo IRPJ/CSLL (vi)	493	362
Auto de infração – ICMS (vii)	315	272
Compensação de prejuízo fiscal – trava 30% (incorporação)	286	276
ICMS – Custo de transferência (viii)		242
ICMS sobre encargos de energia elétrica (ix)	204	199
IRPJ/CSLL – Preços de transferência (x)	198	192
Erro de classificação fiscal – Importação (xi)	172	163
Cobrança de ICMS em razão de divergências quanto à destinação do bem (xii)	104	90
IRPJ e CSLL – Dedução de despesas (xii)	74	71
Demais processos	4.274	3.533
	11.162	10.035

(i) Autos de infração – IRPJ / CSLL

Em dezembro de 2016, a controlada VCSA foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor histórico de R\$ 470 exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao período de 2011, em função de suposta dedução indevida de despesas e custos operacionais. Em janeiro de 2018, a VCSA tomou ciência da decisão de primeira instância da Delegacia Especial da Receita Federal, que julgou parcialmente procedente a impugnação reduzindo aproximadamente R\$ 114 do auto. Em dezembro de 2018, foi julgado desfavoravelmente o Recurso de Ofício da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) e o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente procedente para a VCSA, neste momento aguardamos a formalização do Acórdão. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado da contingência é de R\$ 551, sendo que R\$ 51 está avaliado como provável e possui provisão devidamente constituída e o restante está avaliado como possível no montante de R\$ 500.

Em dezembro de 2017, a VCSA foi autuada pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 1.295, por suposta ausência de recolhimento ou pagamento a menor de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2012 e 2013, em função de: (i) ganho de capital supostamente obtido em decorrência de permuta realizada pela VCSA; e (ii) amortização de ágio supostamente incorreta. Em outubro de 2018, a VCSA tomou conhecimento da decisão de primeira instância, que julgou desfavorável a impugnação apresentada pela VCSA. Em dezembro de 2018, foi julgado desfavoravelmente o Recurso de Ofício da PGFN e o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente procedente para a VCSA, neste momento aguardamos a formalização do Acórdão. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado em contingência é de R\$ 1.384 avaliado como possível.

(ii) IRPJ/CSLL – Lucros no exterior

A Companhia e suas controladas possuem autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior por suas controladas ou coligadas, nos períodos de 2007, 2008, 2010, 2012, 2013 e 2014.

Saldo composto substancialmente pela Companhia, no montante de R\$ 739 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 607 em 31 de dezembro de 2017). Todos os casos aguardam julgamento na esfera administrativa.

(iii) ICMS creditamento

Entre os anos de 2011 e 2013, foram lavrados oito autos de infração e imposição de multa em face de sua controlada Citrovita Agro Industrial Ltda. (“CAI”), visando, principalmente, à cobrança do ICMS creditado, conforme destacado em notas fiscais de transferência de outras filiais, com o fim específico de exportação, cujas saídas não são tributadas. Os autos de infração totalizam, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 819 (R\$ 923 em 31 de dezembro de 2017).

Dos oito processos mencionados, seis aguardam julgamento na esfera administrativa, sendo que (i) três deles com decisão totalmente desfavorável; (ii) e três em que as decisões mantiveram os lançamentos apenas em parte, reduzindo o valor autuado. Em face destas decisões foram apresentados recursos pela empresa e pela Procuradoria da Fazenda Estadual de São Paulo, que aguardam apreciação pelo Tribunal de Impostos e Taxas. Dois deles foram encerrados de forma desfavorável à CAI na esfera administrativa e estão sendo discutidos judicialmente.

(iv) Glosa de crédito de PIS/COFINS

Saldo composto substancialmente pela controlada CBA, a qual possui em trâmite Despachos Decisórios e Autos de infração, relativos às glosas de créditos de PIS e COFINS referentes aos itens aplicados no processo produtivo, que no entendimento da Receita Federal do Brasil, não gerariam direito ao crédito das referidas contribuições. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 661. Atualmente, todos os processos aguardam decisão administrativa.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, diante dos precedentes e jurisprudência, a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(v) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM

As controladas Nexa BR, CBA e VCSA possuem diversas autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral –“DNPM” por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2015. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de perda possível perfaz a quantia de R\$ R\$ 608.

(vi) Glosa de saldo negativo IRPJ

A VSA, a Companhia Nitro Química Brasileira Ltda. (CNQB) (sua companhia alienada a terceiros), e suas controladas CBA e Nexa BR, receberam despachos decisórios relativos a glosa de créditos de saldo negativo de IRPJ, totalizando o montante atualizado de R\$ 493, em 31 de dezembro de 2018. Atualmente, aguarda-se julgamento das defesas apresentadas nas esferas administrativa e judicial pelas empresas.

(vii) Auto de infração – ICMS

No quarto trimestre de 2016, a controlada CAI recebeu um auto de infração cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2018 perfaz o montante de R\$ 172. O processo atualmente aguarda julgamento do recurso especial interposto pela empresa junto ao Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo.

Adicionalmente, a controlada Nexa BR possui autuações emitidas pelas autoridades fiscais do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$ 143, sendo R\$ 127 referente à incidência do imposto sobre valor agregado nas vendas de determinados contratos de energia e R\$ 16 referente a taxa de imposto aplicada às vendas interestaduais de bens manufaturados com conteúdo importado.

(viii) ICMS – Custo de transferência

A controlada CBA foi autuada por suposto recolhimento a menor de ICMS decorrente das operações de transferência de produto em elaboração entre unidades produtivas.

Em razão das decisões proferidas de forma favorável no âmbito judicial, bem como da jurisprudência favorável ao posicionamento adotado pela CBA, os consultores jurídicos independentes recomendaram a reclassificação da contingência para remota.

(ix) ICMS sobre encargos de energia elétrica

A controlada CBA possui discussões judiciais e administrativas no que se refere a incidência de ICMS sobre os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2018, o valor em controvérsia destas discussões totaliza o montante de R\$ 204.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, a autuação é improcedente, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(x) IRPJ/CSLL – Preços de transferência

Entre os anos de 2007 e 2010 foram lavrados quatro autos de infração em face de sua controlada CAI visando à cobrança de IRPJ e CSLL e o ajuste na base de prejuízo fiscal e na base negativa da CSLL, em virtude de glosas perpetradas nos ajustes realizados pela empresa na realização dos cálculos dos preços de transferência, nos exercícios de 2003 e 2004. Em outubro de 2018, um dos casos foi encerrado de forma favorável à CAI, restando sob discussão administrativa o montante de R\$ 199, atualizado até 31 de dezembro de 2018. Os processos ativos aguardam julgamento de recursos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(xi) Erro de classificação fiscal – Importação

Em março de 2017, a controlada CBA foi autuada em razão de suposto erro na classificação fiscal na importação de insumo, acarretando na exigência de tributos (IPI, PIS, COFINS e II), cujo valor em dezembro de 2018 perfaz, a quantia de R\$ 172.

Por entender indevida a autuação lavrada, a controlada CBA apresentou impugnação que foi julgada de forma favorável em primeira instância administrativa. Atualmente, o caso aguarda julgamento pelo CARF do recurso voluntário apresentado pela PGFN.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes a probabilidade de perda do referido processo é considerada possível.

(xii) Cobrança de ICMS em razão de divergências quanto a destinação do bem

A controlada CBA foi autuada por suposta falta de pagamento de ICMS, em razão de glosa de créditos decorrentes da aquisição de bens em virtude de divergências quanto a destinação dos bens no valor de R\$ 104.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, os critérios adotados com relação a destinação dos bens estão em conformidade com a legislação pertinente e a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(xiii) IRPJ e CSLL – Dedução de Despesas

Em dezembro de 2016 a sua controlada CAI foi autuada por autoridades da RFB objetivando a cobrança de IRPJ e CSLL, em razão da glosa de exclusões da base de cálculos dos referidos tributos no ano-calendário de 2011. O valor exigido pelo auto de infração perfaz o montante de R\$ 74. No último trimestre de 2018 houve o cancelamento parcial do auto de infração pela Delegacia Regional de Julgamento (DRJ), aguardando-se, atualmente, o julgamento do recurso voluntário apresentado.

(c.2) Composição dos passivos contingentes cíveis com probabilidade de perda possível

Natureza	2018	2017
Ação Civil Pública – Infração à ordem econômica (i)	4.023	3.872
Investigações administrativas pela Secretaria de Direito Econômico (ii)	2.052	1.994
Litígio com empresa transportadora de São Paulo (iii)		187
Demais processos	1.355	1.162
	7.430	7.215

(i) Ação Civil Pública – Infração à ordem econômica

O Ministério Público do Rio Grande do Norte ajuizou ação civil pública contra a controlada VCSA, juntamente com outras oito empresas acusadas, incluindo várias das maiores fabricantes de cimento do Brasil, alegando violação à lei brasileira antitruste, como resultado de suposta formação de cartel, na qual buscam, entre outras coisas, que: (1) os demandados paguem uma indenização, em forma conjunta, no montante de R\$ 5.600 em favor dos autores de ação civil pública por danos morais e coletivos; (2) os demandados paguem 10,0% do montante total pago por cimento ou concreto adquiridos pelos consumidores das marcas negociadas pelos réus, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2006, a título de indenização por danos à consumidores individuais; e (3) os réus sofram as seguintes penalidades previstas nos artigos 23, inciso I e 24 da Lei nº 8.884 / 94: (i), além da multa referida no item (1) acima, uma multa que varia de 1,0% a 30,0% das receitas brutas anuais relativas ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado, mas não menor do que a vantagem monetária adquirida; e (ii) proibição, por um período de pelo menos cinco anos, na obtenção de financiamentos de instituições financeiras governamentais ou na participação em processos de licitação realizados pelos governos federal, estadual ou municipal entidades governamentais ou com as agências governamentais. Em virtude da quantidade total de demandas referidas no item (1) acima no montante de R\$ 5.600 e das reivindicações alegando a responsabilidade solidária, VCSA estimou que, com base em sua estimativa de participação de mercado, a sua parte do passivo seria de aproximadamente R\$ 2.400. No entanto, não pode haver nenhuma garantia de que essa repartição iria prevalecer e que VCSA não será responsabilizada por uma proporção diferente, o que pode ser maior, ou para toda a quantidade dessas demandas. Além disso, não pode haver garantia de que VCSA não vai ser obrigada a pagar outros montantes a título de indenização por danos causados aos consumidores em conformidade com o item (2) acima e/ou a multa referida no item (3) acima.

No último trimestre de 2018 foi proferido despacho saneador rejeitando as preliminares arguidas pelos réus e determinando a produção de prova pericial. No momento aguarda-se decisão sobre embargos de declaração opostos contra referido saneador. A expectativa de perda sob este assunto é considerada possível e não foi registrada nenhuma provisão para esta ação. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado da contingência é de R\$ 4.023.

(ii) Investigações administrativas iniciadas pela SDE (Secretaria de Direito Econômico), atual Superintendência Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

Em 2006, a SDE instaurou processo administrativo contra as maiores empresas de cimento do Brasil, incluindo a controlada VCSA, relacionadas a alegações de práticas anticoncorrenciais que incluíam a fixação de preços e a formação de um cartel. Após a instrução, o tribunal do CADE julgou o processo e chegou aos termos finais da sentença em 29 de julho de 2015, aplicando diversas penalidades às empresas.

As sanções impostas à VCSA incluem uma multa de aproximadamente R\$ 1.566 e a obrigação de a VCSA vender (1) todas as suas participações acionárias em outras cimenteiras e empresas de concreto no Brasil, (2) 20% de sua capacidade instalada de serviços de concreto no Brasil, nos mercados relevantes em que a VCSA possui mais de uma planta de concreto e (3) um ativo específico de cimento, que, na opinião do CADE, estava diretamente relacionado ao suposto ato ilegal do qual a VCSA é acusada. Além disso, outras sanções não-monetárias foram impostas à VCSA, incluindo (1) a obrigação de publicar o extrato da decisão do CADE em um jornal dentre os cinco maiores periódicos nacionais; (2) a proibição de contratação com instituições financeiras oficiais no caso de linhas de crédito com condições de financiamento subsidiadas por programas ou recursos públicos

disponibilizados por tais instituições; e (3) a recomendação à Receita Federal para restringir ou limitar alguns outros benefícios e incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado da contingência é de R\$ 2.052.

A VCSA ajuizou em novembro de 2015 uma ação anulatória para anular a decisão proferida em âmbito administrativo ou, ao menos, reduzir as penalidades aplicadas. A liminar foi concedida em 24 de novembro de 2015, para suspender os efeitos da decisão proferida pelo CADE em âmbito administrativo, impedindo o CADE de exigir o cumprimento das obrigações e/ou executar as penalidades até julgamento do mérito. O CADE foi citado e apresentou sua defesa ao passo que a VCSA apresentou sua réplica em novembro de 2016. Atualmente, aguarda-se o saneamento do processo. A VCSA classificou a probabilidade de perda do processo como possível.

No decorrer do ano de 2017, algumas construtoras e concreteiras ingressaram com ações de cunho indenizatório, em desfavor da Votorantim Cimentos e outras empresas que foram condenadas pelo CADE, em virtude de suposto cartel nos mercados de cimento e concreto, alegando, em suma, que a prática de cartel ensejou danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Em janeiro de 2018, foi proferida a primeira sentença de improcedência com julgamento de mérito nas ações indenizatórias. Em dezembro de 2018, já existem vinte sentenças de improcedência em primeira instância. Ademais, em oito dessas ações já se reconheceu que eventuais danos oriundos dos fatos apurados no processo administrativo do CADE já estariam prescritos, sendo cinco delas em sentenças terminativas. Em junho de 2018, essa posição foi confirmada pela primeira vez na segunda instância, em acórdão que impediu a cobrança de valores anteriores a três anos do ajuizamento da ação.

(iii) Litígio com empresa transportadora de São Paulo

Em setembro de 2003, uma empresa de transporte apresentou reclamação contra a Votorantim Cimentos Brasil S.A. (empresa incorporada pela controlada VCSA) buscando compensação por danos materiais no montante de R\$ 84, e danos morais em um valor não especificado, alegando que a controlada não cumpriu as obrigações firmadas sob dois contratos verbais. A empresa de transporte argumenta que essas falhas resultaram no término das atividades de seu departamento de vendas e perdas significativas para a sua área de transportes. A controlada VCSA apresentou sua resposta em setembro de 2009, argumentando que: (1) o direito da transportadora prescreveu; (2) a controlada não alterou as condições gerais do acordo; e (3) a empresa de transporte foi incapaz de fornecer os serviços contratados, o que resultou em sua insolvência. Em agosto de 2011, o tribunal negou o argumento referente à prescrição e determinou a realização de perícia, conforme solicitado pelas partes. A perícia foi concluída e o laudo apresentado. As partes apresentaram suas impugnações ao laudo e o processo foi remetido ao expert para manifestar-se a respeito. Em junho de 2014, esclarecimentos foram apresentados pelo perito. Em 24 de junho de 2014, foi apresentada impugnação da controlada. Em dezembro de 2014, foi disponibilizada decisão declarando encerrada a instrução processual e intimando as partes a se manifestarem acerca do interesse na realização de audiência de tentativa de conciliação. Em julho de 2016, o pedido foi julgado parcialmente procedente para condenar a Votorantim ao pagamento de R\$ 400 mil. Em outubro de 2016, foi apresentado recurso de apelação da Votorantim. Em 2018, o Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso de apelação da VCSA, por maioria, e julgou o pedido da empresa de transporte improcedente. Em razão disso, houve uma reclassificação da probabilidade de perda para remota. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado da contingência remota é de R\$ 203.

24 Uso do bem público – UBP

Política contábil

O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

As controladas possuem ou participam de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de uso do bem público – UBP.

Os contratos apresentam prazo de duração média de 35 anos, e os valores a serem pagos anualmente estão demonstrados a seguir:

Usinas / Empresas	Investidora	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início pagamento	Participação	Ativo intangível (Nota 18)	2018	Participação	Ativo intangível (Nota 18)	2017
							Passivo			Passivo
Salto Pilão	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-01	dez-36	jan-10	60%	184	518	60%	194	493
Salto do Rio Verdinho	Companhia Brasileira de Alumínio	ago-02	set-37	out-10	100%	7	21	100%	8	20
Itupararanga	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-03	dez-23	jan-04	100%		2	100%	1	2
Piraju	Companhia Brasileira de Alumínio	dez-98	jan-34	fev-03	100%	1	6	100%	1	6
Ourinhos	Companhia Brasileira de Alumínio	jul-00	ago-35	set-05	100%	1	5	100%	1	5
Baesa – Energética Barra Grande	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-01	mai-36	jun-07	15%	13	45	15%	14	42
Capim Branco I e Capim Branco II	Pollarix S.A.	ago-01	set-36	out-07	13%	3	11	13%	3	10
Picada	Pollarix S.A.	mai-01	jun-36	jul-06	100%	17	69	100%	18	65
Enercan – Campos Novos Energia S.A	CBA Energia Participações S.A.	abr-00	mai-35	jun-06	24%	2	7	33%	2	6
Enercan – Campos Novos Energia S.A	Pollarix S.A.	abr-00	mai-35	jun-06	21%	2	6	0%	1	5
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	mar-02	abr-37	abr-06	100%	112	499	100%	118	478
						342	1.189		361	1.132
Circulante							83			76
Não circulante						342	1.106		361	1.056
						342	1.189		361	1.132

25 Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego

Política contábil

A Companhia, por meio das controladas no exterior (VCNA, VCEAA, Artigas e Acerías Paz del Río S.A.) e no Brasil (VCNNE) participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

O passivo com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países, como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais e plano de pensão são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial", no período em que ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do funcionário no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, as controladas da Companhia pagam contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. O grupo não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia possui controladas com planos de contribuição definido para seus empregados. Algumas subsidiárias, no entanto, possuem plano de benefício definido.

A tabela abaixo demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira consolidada.

	2018	2017
Direito registrado no balanço patrimonial		
Benefícios de plano de pensão	25	2
Ativo registrado no balanço patrimonial	25	2
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de plano de pensão	155	168
Benefícios de saúde pós-emprego	164	152
Passivo registrado no balanço patrimonial	319	320
Despesas reconhecidas no resultado do exercício com:		
Benefícios de plano de pensão	19	20
Benefícios de saúde pós-emprego	12	11
	31	31
Remensurações com:		
Benefícios de plano de pensão – valor bruto	(39)	(23)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	8
Benefícios de plano de pensão – valor líquido	(34)	(15)

(a) Plano de contribuição previdenciária definida

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acor-

do com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

(b) Plano de benefício previdenciário definido

A Companhia possui controladas com planos de benefícios previdenciários definidos na América do Norte, América do Sul e Europa, que seguem padrões regulatórios similares. Os planos de benefícios previdenciários definidos oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado "pro rata", tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Valor presente de obrigações financiadas	1.031	1.042
Valor justo de ativos do plano	(814)	(808)
Déficit de planos financiados	217	234
Valor presente de obrigações não-financeiras	68	82
Déficit total de planos de benefícios previdenciários	285	316
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	9	2
Passivo líquido do ativo	294	318

A movimentação da obrigação do benefício definido e do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2018			2017	
	Valor presente das obrigações financiadas e não financiadas	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto no requerimento mínimo dos fundos/ limite do ativo	Total
Saldo no início do exercício	1.125	(809)	316	1	317
Custo do serviço corrente	9		9		9
Despesa (receita) financeira	56	(31)	25		20
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(2)		(2)		1
	63	(31)	32		30
Remensurações:					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		29	29		(35)
Perdas (ganhos) decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(1)		(1)		13
Perdas (ganhos) decorrentes de mudanças das premissas financeiras	(69)		(69)		42
Perdas (ganhos) decorrentes da experiência	(6)		(6)		(10)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira				7	(8)
	(76)	29	(47)	7	(39)
Variações cambiais	95	(65)	30		6
Contribuições:					
Empregador		(6)	(6)		(4)
Pagamentos dos planos:					
Pagamento de benefícios	(99)	63	(36)		(36)
Reclassificação para passivos relacionados a ativos mantidos para venda	(8)	4	(4)		(4)
Saldo no final do exercício	1.100	(815)	285	8	294

A obrigação de benefício definido e ativos do plano estão compostos, por região, conforme abaixo:

						2018						Percentual
												2017
	Brasil	Europa	América do Norte	Uruguai	Colômbia	Total	Brasil	Europa	América do Norte	Uruguai	Colômbia	Total
Valor presente da obrigação	43	29	697		263	1.032	49	20	706		268	1.043
Valor justo de ativos do plano	(53)		(619)		(142)	(814)	(52)	(4)	(624)		(128)	(808)
	(10)	29	78		121	218	(3)	16	82		140	235
Valor presente de obrigações não-financiadas		31	32	5		68		46	32	4		82
Impacto do requerimento mínimo do fundo/máximo dos ativos	8					8	1					1
	(2)	60	110	5	121	294	(2)	62	114	4	140	318

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

						2018						2017
	Brasil	Europa	América do Norte	Uruguai	Colômbia	Total	Brasil	Europa	América do Norte	Uruguai	Colômbia	Total
Taxa de desconto	10,51%	6,12%	3,84%	10,92%	7,50%	7,78%	9,93%	7,25%	3,46%	10,70%	6,80%	7,63%
Taxa de Inflação	5,37%	1,33%	2,00%			2,90%	4,46%	2,85%	2,00%			3,10%
Aumentos salariais futuros	4,88%	7,00%	2,50%	6,92%		5,33%	5,25%	6,85%	2,50%	6,70%		5,33%
Aumentos de planos de pensão futuros	5,37%				3,50%	4,44%	4,46%				3,50%	3,98%

(c) Benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de suas controladas indiretas na América do Norte, VCNA, e na Europa, VCEAA. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

As obrigações referentes a estes planos estão inclusas na movimentação das obrigações de benefício definido, apresentada anteriormente.

26 Patrimônio líquido

Política contábil

(i) Capital social

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

É reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos.

(iii) Lucro líquido (prejuízo) básico por ação

É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

(iv) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(v) Reserva para incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é creditada com os benefícios de incentivos fiscais, que são reconhecidos na demonstração do resultado do ano e alocados de lucros acumulados para esta reserva. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (a) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos;
- (b) Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- (c) Parcela efetiva com diferenças de câmbio de hedge de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior.
- (d) Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria.

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 28.656, composto por 18.278.789 milhares de ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos

O cálculo dos dividendos obrigatórios em 31 de dezembro pode ser assim demonstrado:

	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.746	590
Reserva legal	(87)	(30)
Base de cálculo dos dividendos	1.659	560
Dividendos	415	140
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

Durante o exercício de 2018, a Companhia deliberou à sua controladora Hejoassu Administração S.A., o montante de R\$ 789 correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reservas de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2017.

Em 30 de abril de 2018, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2017 no montante de R\$ 140.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

	Atribuível aos acionistas controladores						
	Varição cambial de investimento no exterior	Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior	Hedge accounting operacional de controladas	Remensurações com benefícios de aposentadoria	Valor justo de ativos disponíveis para venda	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1º de janeiro de 2017	5.246	(4.342)	(30)	(78)	227	232	1.255
Outros componentes do resultado abrangente							
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	473						473
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior, líquido de efeitos tributários		(163)					(163)
Hedge accounting operacional de controladas			(101)				(101)
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários				1			1
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados					39		39
Realização outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	(136)						(136)
Realização outros resultados abrangentes na alienação de participação na Nexa Resources S.A.	(593)	330	13	(4)		(165)	(419)
Aumento de participação de acionistas não controladores – Nexa Resources S.A. – diluição participação						(215)	(215)
Em 31 de dezembro de 2017	4.990	(4.175)	(118)	(81)	266	(148)	734
Outros componentes do resultado abrangente							
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	1.555						1.555
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior, líquido de efeitos tributários		(931)					(931)
Hedge accounting operacional de controladas			158				158
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários				34			34
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados					(74)		(74)
Realização outros resultados abrangentes na alienação de investimentos						(4)	(4)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas						3	3
Em 31 de dezembro de 2018	6.545	(5.106)	40	(47)	192	(149)	1.475

(d) Participação dos acionistas não controladores

	2018	2017
Nexa Resources S.A. (i)	3.431	2.967
Nexa CJM	885	795
Nexa Perú	564	406
Cementos Artigas S.A.	212	204
Asment de Témará	165	170
Yacuces, S.L.	139	125
Itacamba Cemento S.A.	99	92
Shree Dijivay Cement Co. Ltd	21	54
Yibitas Yozgat Isci Birligi Insaat M.T.S	18	22
Acerías Paz Del Río S.A.	22	12
Outros	67	9
	5.623	4.856

(i) A variação refere-se a emissão de novas ações e venda de participação pela VSA.

27 Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Política contábil

A receita representa o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens no curso normal das atividades de suas controladas. A receita é mostrada líquida do imposto sobre valor agregado, devoluções e descontos, após a eliminação das vendas entre as empresas consolidadas.

As controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita não será considerada medida de forma confiável se todas as condições de venda não forem resolvidas. As controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificidades de cada acordo.

O reconhecimento de receita é baseado nos seguintes princípios:

(i) Venda de produtos e serviços

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

(ii) Venda de energia elétrica

As operações de venda de energia, as quais atendem a definição de instrumento financeiro, são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

(a) Reconciliação das receitas

	2018	2017
Receita bruta		
Vendas de produtos no mercado interno	15.901	13.620
Vendas de produtos no mercado externo	17.029	13.730
Fornecimento e suprimento de energia elétrica	3.314	3.299
Venda de serviços	521	486
	36.765	31.135
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(4.817)	(4.336)
Receita líquida	31.948	26.799

(b) Informações sobre áreas geográficas

A abertura da receita líquida por destino é baseada na localização dos clientes. As receitas líquidas de suas controladas classificadas por destino e por moeda são demonstradas como segue:

(i) Receita líquida por país de destino

	2018	2017
Brasil	15.400	13.290
Estados Unidos	3.977	2.910
Peru	2.459	2.234
Argentina	1.421	1.127
Colômbia	1.260	991
Canadá	1.137	1.062
Espanha	676	487
Turquia	663	682
Luxemburgo	631	418
Suíça	598	567
Marrocos	447	394
Uruguai	390	307
Japão	344	227
Bolívia	304	222
China	278	153
Bélgica	257	110

	2018	2017
Tunísia	232	199
Taiwan	231	147
Chile	202	148
Austria	147	119
Cingapura	139	194
Alemanha	76	75
Equador	64	65
Itália	50	67
Índia	29	181
Outros países	536	423
	31.948	26.799

(ii) Receita líquida por moeda

	2018	2017
Reais	15.028	12.813
Dólar norte-americano	11.099	8.974
Dólar canadense	1.127	1.017
Peso colombiano	1.066	834
Peso argentino	1.062	857
Euro	729	519
Nova lira	488	567
Dirham	447	394
Dinar	232	199
Outras moedas	670	625
	31.948	26.799

28 Abertura do resultado por natureza

	2018			2017	
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	16.363	9	9	16.381	12.850
Despesas com benefícios a empregados	3.239	374	1.087	4.700	4.016
Depreciação, amortização e exaustão	2.361	15	94	2.470	2.325
Serviços de terceiros	1.362	64	598	2.024	1.560
Despesas de transporte	1.784	33		1.817	1.154
Outras despesas	800	280	385	1.465	1.980
	25.909	775	2.173	28.857	23.885

29 Despesas com benefícios a empregados

(i) Assistência médica (pós-aposentadoria) – Benefícios a empregados

O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação da assistência médica pós-aposentadoria é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação de benefício de assistência médica pós-aposentadoria é determinado pela estimativa de saída futura de caixa.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em "Ajustes de avaliação patrimonial", no período em que ocorrerem.

(ii) Participação dos empregados no resultado – Benefícios a empregados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como "Benefícios a empregados".

(a) Composição benefícios a empregados

	2018	2017
Salários e adicionais	2.951	2.469
Encargos sociais	1.040	947
Benefícios	709	600
	4.700	4.016

30 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Nota	2018	2017
Recuperação de tributos (i)		498	
Ganho pelo ajuste a valor justo na operação da VTRM	1.1 (d)	300	
Resultado líquido na venda de investimento – US Zinc	1.1 (i)	126	
Benefícios fiscais		110	74
Ganho (perda) de <i>hedge</i>		75	(63)
Receita de aluguéis e arrendamentos		57	73
Reversão de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível		52	23
Receita líquida na venda de sucata		48	29
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível		42	4
Operações de resseguros		15	(26)
Realização de outros resultados abrangentes – Nexa			750
Realização de outros resultados abrangentes – Outros			3
Resultado líquido na venda de investimento – Nexa			(161)
Ganho (perda) líquido na venda de investimentos – Operações Cimentos e Metais		(3)	33
Despesas com obrigações ambientais		(6)	(30)
Provisões judiciais líquidas		(18)	(223)
<i>Royalties</i> de mineração e direito de exploração		(46)	(37)
Instrumento financeiro – compromisso firme	15	(132)	(522)
Gastos com projetos não ativáveis		(575)	(316)
Outras receitas (despesas) líquidas		7	(164)
		550	(553)

(i) Refere-se substancialmente, ao crédito de PIS e COFINS reconhecido nas controladas VCSA e Nexa BR, nos montantes de R\$ 308 e R\$ 130, respectivamente, conforme (Nota 1.1 (h)).

(ii) Refere-se substancialmente, a projetos de exploração mineral que estão em fase inicial de pesquisa.

31 Resultado financeiro líquido

Política contábil

(i) Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de “*swap*”, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (“*swap*” contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

(ii) Variação Cambial

Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento.

As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

	Nota	2018	2017
Receitas financeiras			
Receita de aplicações financeiras		389	583
Valor justo dos empréstimos e financiamentos		42	61
Reversão de atualização de provisões passivas		103	207
Juros sobre ativos financeiros (i)		476	119
Ganho na renegociação de dívidas	3.1.1 (iv)	69	
Atualização monetária sobre ativos		64	119
Descontos obtidos		35	29
Juros sobre operações com partes relacionadas	14	2	10
Juros e atualização monetária UBP (ii)			6
Outras receitas financeiras		81	19
		1.261	1.153
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos		(1.394)	(1.580)
Capitalização de juros sobre empréstimos		43	29
Atualização monetária sobre provisões		(194)	(268)
Valor justo dos empréstimos e financiamentos		(155)	(117)
Juros e atualização monetária UBP		(108)	(3)
Juros sobre antecipação de recebíveis		(101)	(101)
Ajuste a valor presente CPC 12		(96)	(83)
Despesas de captação		(102)	(40)
IR sobre remessas de juros ao exterior		(111)	(120)
Juros sobre <i>streaming</i> de prata		(27)	
PIS/COFINS sobre resultado financeiro		(46)	(38)
Juros sobre impostos a pagar		(13)	24
Juros sobre operações com partes relacionadas	14	(4)	(3)
Juros sobre REFIS Estadual			(40)
Juros sobre PERT Federal			(107)
Encargos sobre operações de desconto		(18)	
Outras despesas financeiras		(205)	(258)
		(2.531)	(2.705)

	Nota	2018	2017
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos			
	6.1.1 (c)		
Receitas		370	3
Despesas		(166)	(216)
		204	(213)
Variações cambiais, líquidas		(977)	(724)
Resultado financeiro líquido		(2.043)	(2.489)

- (i) Refere-se substancialmente, ao crédito de PIS e COFINS reconhecido nas controladas VCSA e Nexa BR, nos montantes de R\$ 242 e R\$ 101, respectivamente, conforme (Nota 1.1 (h)).
- (ii) Em 2017, a controlada CBA e controlada indireta VCNNE, reconheceram receita de atualização monetária sobre UBP – Uso do Bem Público, decorrente do índice utilizado para atualização (IGP-M “Índice Geral de Preço do Mercado”) ser negativo.

32 Benefícios fiscais

A VCSA e suas controladas possuem incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estaduais e federais. Com relação aos programas estaduais, estes tem por objetivo atrair investimentos industriais visando a descentralização regional, promover a geração de emprego e renda, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados, estes incentivos fiscais são aprovados pelos estados na forma de financiamento com percentual de até 75%, crédito presumido com percentual de até 95% e diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido para importações de ativos e insumos.

33 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros de riscos patrimoniais na importância de R\$ 59.253 e de lucros cessantes no montante de R\$ 11.695 em 31 de dezembro de 2018. A Administração da Companhia considera esses valores suficientes para cobrir possíveis danos materiais e lucros cessantes.

Além das coberturas anteriores, a Companhia e suas controladas mantêm em vigor as apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

34 Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

Política contábil

São classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperado, principalmente por meio de venda e quando a venda for considerada altamente provável.

O ativo ou o grupo de ativos a ser classificado como mantido para a venda deve ser mensurado no reconhecimento inicial pelo valor mais baixo entre o que seria seu valor contábil, caso não tivesse sido assim classificado, e o valor justo menos as despesas de venda. Se o ativo ou o grupo de ativos for adquirido como parte de combinação de negócios, ele deve ser mensurado pelo valor justo menos as despesas de venda. Quando se espera que a venda ocorra após um ano, a entidade deve mensurar as despesas de venda pelo valor presente. Qualquer aumento no valor presente das despesas de venda que resulte da passagem do tempo deve ser apresentado nos resultados como despesa financeira.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para venda. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas no ativo e no passivo.

	Ativo	Passivo	Investimento líquido
Segmento Celulose – Fibria Celulose S.A. (a)	4.305		4.305
Segmento Cimento – operações da Índia e da China (b)	222	108	114
	4.527	108	4.419

(a) Segmento Celulose

Em 15 de março de 2018, a Companhia juntamente com o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Fibria”), celebraram com a Suzano Holding S.A. e demais acionistas controladores da Suzano Papel e Celulose S.A. (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Suzano”), o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Fibria e os Acionistas Controladores da Suzano, acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Fibria e da Suzano (“Compromisso”), mediante a realização de reorganização societária (“Operação”).

Em atendimento à regra contábil para ativos classificados como mantidos para venda, a Companhia efetuou a reclassificação do investimento ao valor contábil. O valor justo da operação excede o valor contábil.

Os termos e condições da operação, sumariamente abaixo descritos, constarão segundo o Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações e de Sociedade, a ser submetido em conjunto com os laudos de avaliação e demais documentos pertinentes aos Conselhos de Administração da Fibria e Suzano firmado por suas administrações, bem como, oportunamente, à deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias da Fibria e da Suzano.

Em 11 de outubro de 2018, a Fibria divulgou, através de Comunicado ao Mercado que foi disponibilizado no site do CADE o parecer da Superintendência Geral que aprovou, sem restrição, a combinação de negócios e operação acionária entre a Fibria e a Suzano.

Em 29 de novembro de 2018, ocorreu a aprovação da Comissão Europeia, verificando todas as condições precedentes da operação para a combinação dos negócios e bases acionárias.

Em 3 de dezembro de 2018, a Fibria deliberou dividendos intermediários no montante de R\$ 2.783, sendo a parcela corresponde a Companhia no montante de R\$ 820 reconhecido em rubrica de “Dividendos recebidos” no resultado do exercício.

(i) Bases financeiras da operação

De acordo com o Compromisso, deverá ser submetida aos acionistas da Fibria e da Suzano uma reorganização societária que resultará: (a) na titularidade, pela Suzano, da totalidade das ações de emissão da Fibria; e (b) no recebimento pelos acionistas da Fibria, para cada ação ordinária de emissão desta, de (i) R\$52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do CDI desde 16 de março de 2018 até a data do seu efetivo pagamento, a ser realizado em parcela única na data da consumação da operação (“Parcela em Dinheiro”) e (ii) 0,4611 (zero vírgula, quatro, seis, um, um) ação ordinária de emissão da Suzano, ajustada conforme mencionado abaixo (“Relação de Troca”), a ser entregue também na data da consumação da Operação.

Além do reajuste pela variação do CDI, conforme indicado acima, a Parcela em Dinheiro será reajustada em razão de dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos declarados pela Fibria e pela Suzano a partir de 15 de março de 2018, exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios já divulgados ao mercado pela Fibria e pela Suzano. A Relação de Troca será ajustada proporcionalmente por eventuais desdobramentos, grupamentos e bonificações das ações de emissão da Fibria e da Suzano.

(b) Segmento Cimentos

Os ativos e passivos do segmento cimentos correspondem às operações da Índia e aos ativos remanescentes da China.

(c) Resultado das operações descontinuadas

	Cimentos	Siderurgia	Total
VSA			
Baixa de investimeto, líquido de impostos – aços longos no Brasil		(160)	(160)
VCEAA			
Resultado na venda de ativos e passivos da Índia e da China	(58)		(58)
Prejuízo do exercício em 2018	(58)	(160)	(218)

35 Informações suplementares, segmentos de negócios

A fim de proporcionar um maior nível de informações, a Companhia optou por divulgar informações financeiras por segmentos de negócio. As informações a seguir referem-se à abertura da VSA por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas do mesmo segmento, antes: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; e (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pelas empresas *holdings*.

Adicionalmente, são destacadas as eliminações e reclassificações entre as empresas, de forma que o resultado líquido corresponda às informações financeiras consolidadas da VSA, divulgadas como informações suplementares. Essas informações suplementares não objetivam estar de acordo e não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pela IFRS.

(a) Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira são calculados de acordo com as informações dos segmentos industriais, considerando a base das informações do resultado acumulado de 12 meses, conforme cláusulas restritivas de empréstimos:

EBITDA ajustado	Nota	Segmentos industriais	
		2018	2017
Lucro líquido do período		1.953	810
Adições (exclusões):			
Operações continuadas			
Equivalência patrimonial		(1.634)	(1.197)
Resultado financeiro líquido		2.051	2.503
Imposto de renda e contribuição social		1.066	138
Depreciação, amortização e exaustão		2.471	2.325
Operações descontinuadas			
Equivalência patrimonial			(151)
Resultado financeiro líquido		2	99
Imposto de renda e contribuição social		(99)	126
Depreciação, amortização e exaustão		39	35
EBITDA antes de outras adições e itens excepcionais		5.849	4.688

EBITDA ajustado	Nota	Segmentos industriais	
		2018	2017
Adições:			
Dividendos recebidos		942	489
Itens excepcionais			
EBITDA – operações descontinuadas		65	306
Itens não recorrentes – operações descontinuadas		211	(267)
Ganho líquido na venda de investimentos		(130)	(625)
Reversão de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível		(24)	(23)
Reversão de <i>impairment</i> de investimentos			(71)
Valor justo dos ativos biológicos			8
Pagamento de PERT com crédito de impostos diferidos			99
Ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM	1.1 (d)	(302)	
Outros		322	113
EBITDA anualizado ajustado (A)		6.933	4.717
Dívida líquida			
Empréstimos e financiamentos	19	24.451	24.630
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos		(11.237)	(12.274)
Dívida líquida (B)		13.214	12.356
Índice de alavancagem financeira (B/A)		1,91	2,62

(b) Balanço patrimonial – Segmentos de negócio

2018

Ativo	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Circulante											
"Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos"	3.946	4.401	738	176	121	1.820		11.202	71		11.273
Contas a receber de clientes	903	671	490	182	445	94	(239)	2.546			2.546
Estoques	1.604	1.045	827	337		1		3.814			3.814
Tributos a recuperar	348	370	356	72	10	233		1.389	84		1.473
Dividendos a receber					9	101	(68)	42	9	(37)	14
Instrumentos financeiros - compromisso firme			116		86			202			202
Outros ativos	269	106	52	46	2	89		564			564
	7.070	6.593	2.579	813	673	2.338	(307)	19.759	164	(37)	19.886
Ativos classificados como mantidos para venda	222					4.305		4.527			4.527
	7.292	6.593	2.579	813	673	6.643	(307)	24.286	164	(37)	24.413
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
"Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos"	140	1	2			136		279			279
Instrumentos financeiros - put option						744		744			744
Tributos a recuperar	1.328	342	656	14		391		2.731			2.731
Partes relacionadas	27	3	1	15	233	940	(948)	271			271
Imposto de renda e contribuição social diferidos	426	779	782	148		1.415	504	4.054	25		4.079
Depósitos judiciais	564	36	124	2		29		755			755
Instrumentos financeiros - compromisso firme											
Outros ativos	434	88	13	38	1	111		685			685
	2.919	1.249	1.578	217	234	3.766	(444)	9.519	25		9.544
Investimentos	787	1	197		1.796	30.365	(22.281)	10.865	5.058	(5.041)	10.882
Imobilizado	12.610	7.020	4.830	1.135	36	549		26.180			26.180
Intangível	6.038	7.535	501	28	546	209	(1.516)	13.341			13.341
Ativos biológicos			4	5		65		74			74
	22.354	15.805	7.110	1.385	2.612	34.954	(24.241)	59.979	5.083	(5.041)	60.021
Total do ativo	29.646	22.398	9.689	2.198	3.285	41.597	(24.548)	84.265	5.247	(5.078)	84.434

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

2018

Passivo e patrimônio líquido	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	3.496	126	118	111		1.440		5.291			5.291
Instrumentos financeiros derivativos	30	55	58			23		166			166
Risco sacado a pagar	658	273	256					1.187			1.187
Fornecedores	1.781	1.500	391	405	385	17	(217)	4.262			4.262
Salários e encargos sociais	375	225	119	32	20	74		845			845
Tributos a recolher	318	52	32	71	12	5		490			490
Adiantamento de clientes	32	12	29	48	2	5		128			128
Dividendos a pagar	20	2	4		59	454	(57)	482	37	(37)	482
Uso do bem público - UBP	33	6	44					83			83
Partes relacionadas			223				(223)				
Instrumentos financeiros - compromisso firme	19							19			19
Receita diferida - obrigação por performance					242			242			242
Receita diferida - streaming de prata		124						124			124
Outros passivos	401	173	50	24	1	158		807	1		808
	7.163	2.548	1.324	691	721	2.176	(497)	14.126	38	(37)	14.127
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	108							108			108
	7.271	2.548	1.324	691	721	2.176	(497)	14.234	38	(37)	14.235

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

2018

Passivo e patrimônio líquido	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	10.049	5.395	1.941			1.775		19.160			19.160
Instrumentos financeiros derivativos	75					3		78			78
Imposto de renda e contribuição social diferidos	569	1.157		1	107	197		2.031	168		2.199
Partes relacionadas	177	6	13	630	2	71	(763)	136			136
Provisões	1.083	838	471	97	2	104		2.595			2.595
Uso do bem público - UBP	467	80	559					1.106			1.106
Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	197			122				319			319
Instrumentos financeiros - compromisso firme	35		82		44			161			161
Receita diferida - obrigação por performance					29			29			29
Receita diferida - streaming de prata		650						650			650
Outros passivos	186	307	53	177	6	195		924			924
	12.838	8.433	3.119	1.027	190	2.345	(763)	27.189	168		27.357
Total do passivo	20.109	10.981	4.443	1.718	911	4.521	(1.260)	41.423	206	(37)	41.592
Patrimônio líquido											
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	8.815	9.399	5.064	328	2.374	37.076	(25.837)	37.219	5.041	(5.041)	37.219
Participação dos acionistas não controladores	722	2.018	182	152			2.549	5.623			5.623
Total do patrimônio líquido	9.537	11.417	5.246	480	2.374	37.076	(23.288)	42.842	5.041	(5.041)	42.842
Total do passivo e patrimônio líquido	29.646	22.398	9.689	2.198	3.285	41.597	(24.548)	84.265	5.247	(5.078)	84.434

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(c) Demonstração do resultado – Segmentos de negócio

2018

	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (**)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Operações continuadas											
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	12.610	9.066	5.417	2.112	4.456	1.064	(2.777) (*)	31.948			31.948
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.224)	(6.904)	(4.468)	(1.844)	(4.283)	(963)	2.777 (*)	(25.909)			(25.909)
Lucro bruto	2.386	2.162	949	268	173	101		6.039			6.039
Receitas (despesas) operacionais											
Com vendas	(613)	(69)	(36)	(25)		(32)		(775)			(775)
Gerais e administrativas	(810)	(553)	(197)	(133)	(94)	(373)		(2.160)	(13)		(2.173)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	596	(345)	(35)	182	345	(82)	(111)	550			550
	(827)	(967)	(268)	24	251	(487)	(111)	(2.385)	(13)		(2.398)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.559	1.195	681	292	424	(386)	(111)	3.654	(13)		3.641
Resultado de participações societárias											
Equivalência patrimonial	120		(27)		39	1.323	(645)	810	530	(526)	814
Dividendos recebidos						820		820			820
Realização de resultados abrangentes na alienação de investimentos	4							4			4
	124		(27)		39	2.143	(645)	1.634	530	(526)	1.638
Resultado financeiro líquido											
Receitas financeiras	647	233	152	15	108	230	(132)	1.253	8		1.261
Despesas financeiras	(1.250)	(417)	(395)	(152)	(154)	(295)	132	(2.531)			(2.531)
Resultado dos Instrumentos financeiros derivativos	34	(9)		4		175		204			204
Variações cambiais, líquidas	(319)	(538)	(283)	(33)		(218)	414	(977)			(977)
	(888)	(731)	(526)	(166)	(46)	(108)	414	(2.051)	8		(2.043)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	795	464	128	126	417	1.649	(342)	3.237	525	(526)	3.236
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(127)	(251)	(26)	(70)	(23)	41		(456)			(456)
Diferidos	(600)	107	(48)	87	(116)	63	(103)	(610)	2		(608)
Lucro (prejuízo) proveniente de operações continuadas	68	320	54	143	278	1.753	(445)	2.171	527	(526)	2.172

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

(**) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

	2018										
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (**)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Operações descontinuadas											
Prejuízo das operações descontinuadas	(58)					(160)		(218)			(218)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas	10	320	54	143	278	1.593	(445)	1.953	527	(526)	1.954
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	(46)	273	43	97	278	1.593	(493)	1.746	526	(526)	1.746
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	56	46	11	46			48	207	1		208
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10	320	54	143	278	1.593	(445)	1.953	527	(526)	1.954

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

(**) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

	2017										
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (**)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Operações continuadas											
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	10.928	7.764	4.423	1.659	4.124	864	(2.963) (*)	26.799			26.799
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.726)	(5.543)	(3.773)	(1.430)	(3.873)	(789)	2.963 (*)	(21.171)			(21.171)
Lucro bruto	2.202	2.221	650	229	251	75		5.628			5.628
Receitas (despesas) operacionais											
Com vendas	(578)	(59)	(24)	(22)		(18)		(701)			(701)
Gerais e administrativas	(807)	(500)	(205)	(89)	(82)	(289)		(1.972)	(41)		(2.013)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(207)	(409)	279	46	(258)	585	(589)	(553)			(553)
	(1.592)	(968)	50	(65)	(340)	278	(589)	(3.226)	(41)		(3.267)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	610	1.253	700	164	(89)	353	(589)	2.402	(41)		2.361
Resultado de participações societárias											
Equivalência patrimonial	157	(4)	12		20	1.260	(251)	1.194	315	(290)	1.219
Realização de resultados abrangentes na alienação de investimentos	3							3			3
	160	(4)	12		20	1.260	(251)	1.197	315	(290)	1.222
Resultado financeiro líquido											
Receitas financeiras	659	88	177	18	119	209	(131)	1.139	14		1.153
Despesas financeiras	(1.572)	(332)	(404)	(89)	(152)	(287)	131	(2.705)			(2.705)
Resultado Instrumentos financeiros derivativos	(169)	(2)				(42)		(213)			(213)
Variações cambiais, líquidas	(205)	(154)	18	(1)		(417)	35	(724)			(724)
	(1.287)	(400)	(209)	(72)	(33)	(537)	35	(2.503)	14		(2.489)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(517)	849	503	92	(102)	1.076	(805)	1.096	288	(290)	1.094
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(163)	(390)	(54)	(61)	(43)	(11)		(722)			(722)
Diferidos	4	57	68	42	86	132	195	584	2		586
Lucro (prejuízo) proveniente de operações continuadas	(676)	516	517	73	(59)	1.197	(610)	958	290	(290)	958

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

(**) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

											2017
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (**)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Operações descontinuadas											
Lucro líquido (prejuízo) das operações descontinuadas	56					(204)		(148)			(148)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas	(620)	516	517	73	(59)	993	(610)	810	290	(290)	810
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	(682)	330	518	78	(59)	993	(588)	590	290	(290)	590
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas não controladores	62	186	(1)	(5)			(22)	220			220
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(620)	516	517	73	(59)	993	(610)	810	290	(290)	810

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

(**) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(d) EBITDA ajustado – Segmentos de negócio

									2018	
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (**)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Total consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	12.610	9.066	5.417	2.112	4.456	1.064	(2.777) (*)	31.948		31.948
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.224)	(6.904)	(4.468)	(1.844)	(4.283)	(963)	2.777 (*)	(25.909)		(25.909)
Lucro bruto	2.386	2.162	949	268	173	101		6.039		6.039
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(613)	(69)	(36)	(25)		(32)		(775)		(775)
Gerais e administrativas	(810)	(553)	(197)	(133)	(94)	(373)		(2.160)	(13)	(2.173)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	596	(345)	(35)	182	345	(82)	(111)	550		550
	(827)	(967)	(268)	24	251	(487)	(111)	(2.385)	(13)	(2.398)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.559	1.195	681	292	424	(386)	(111)	3.654	(13)	3.641
Adição:										
Depreciação, exaustão e amortização – operações continuadas	1.038	974	303	91	27	38		2.471		2.471
EBITDA	2.597	2.169	984	383	451	(348)	(111)	6.125	(13)	6.112
Adição:										
Dividendos recebidos	46				8	896	(8)	942	143	1.085
Itens excepcionais										
Perda (ganho) líquida na venda de investimentos	4	(1)	(111)			(133)	111	(130)		(130)
Reversão de <i>impairment</i> – imobilizado, intangível e investimento	(8)	12	(41)			13		(24)		(24)
Ganho pelo ajuste a valor justo na operação da VTRM					(302)			(302)		(302)
Outros	(15)					337		322		322
EBITDA ajustado	2.624	2.180	832	383	157	765	(8)	6.933	130	7.063

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

(**) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

									2017	
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (**)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Total consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	10.928	7.764	4.423	1.659	4.124	864	(2.963) (*)	26.799		26.799
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.726)	(5.543)	(3.773)	(1.430)	(3.873)	(789)	2.963 (*)	(21.171)		(21.171)
Lucro bruto	2.202	2.221	650	229	251	75		5.628		5.628
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(578)	(59)	(24)	(22)		(18)		(701)		(701)
Gerais e administrativas	(807)	(500)	(205)	(89)	(82)	(289)		(1.972)	(41)	(2.013)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(207)	(409)	279	46	(258)	585	(589)	(553)		(553)
	(1.592)	(968)	50	(65)	(340)	278	(589)	(3.226)	(41)	(3.267)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	610	1.253	700	164	(89)	353	(589)	2.402	(41)	2.361
Adição										
Depreciação, exaustão e amortização – operações continuadas	956	856	318	108	16	71		2.325		2.325
EBITDA	1.566	2.109	1.018	272	(73)	424	(589)	4.727	(41)	4.686
Adição:										
Dividendos recebidos	67		51			371		489	51	540
Itens excepcionais										
Perda (ganho) líquida na venda de investimentos	(20)	(16)	(589)			(589)	589	(625)		(625)
Reversão de <i>impairment</i> – imobilizado, intangível e investimento	21		(44)			(71)		(94)		(94)
Pagamento de REFIS com crédito de imposto de renda diferido	99							99		99
Valor justo do ativo biológico						8		8		8
Outros						113		113		113
EBITDA ajustado	1.733	2.093	436	272	(73)	256		4.717	10	4.727

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

(**) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

36 Eventos subsequentes

(a) CESP - Resultados da oferta aos empregados

Conforme previsto no leilão de privatização, em janeiro de 2019, a controlada indireta VTRM adquiriu ações adicionais da CESP referentes as ações remanescentes da oferta aos empregados, totalizando um investimento de R\$ 210. Após os resultados da oferta aos empregados, a VTRM passou a deter 40,0% de participação na CESP, equivalente a 93,5% das ações ordinárias com direito a voto.

(b) Oferta de Tender e Exchange Offer de dívida pela VCI

Em 10 de janeiro de 2019, a controlada indireta VCI anunciou a oferta de recompra ("Tender Offer") dos seus títulos (*bonds*) em euro, com vencimento em 2021 e 2022, e dos seus *bonds* em dólares americanos, com vencimento em 2041. Em 14 de fevereiro de 2019, a operação de recompra foi liquidada, sendo o montante de principal de EUR 61 (R\$ 269) da emissão com vencimento 2021, EUR 152 (R\$ 673) com vencimento em 2022 e USD 540 (R\$ 2 bilhões) com vencimento em 2041, tendo em conjunto um desembolso de caixa total de R\$ 3 bilhões.

De maneira concomitante à *Tender Offer*, a VCI anunciou a oferta de troca parcial ("*Exchange Offer*") dos seus *bonds* em dólares americanos e com vencimento em 2041, por uma nova emissão de *bonds* da sua controlada direta St. Mary's Inc. (Canadá), com vencimento em 2041 e cupom anual de 7,25%. Contudo, a transação não atingiu as condições mínimas estipuladas na oferta e não foi efetuada.

(c) Conclusão da venda Fibria Celulose S.A.

Em 14 de janeiro de 2019, A Suzano Papel e Celulose S.A. ("Suzano") e a Fibria (em conjunto com a Suzano, as "Companhias") vieram a público, conjuntamente, e em complementação às informações divulgadas anteriormente pelas Companhias nos Fatos Relevantes e nos Avisos aos Acionistas, informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data se deu a consumação da reorganização societária objeto do Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações celebrado em 15 de março de 2018, com a efetiva combinação das operações e bases acionárias da Suzano e da Fibria, nos termos do protocolo e justificação celebrado em 26 de julho de 2018 e aprovado pelos acionistas das Companhias em assembleias realizadas no dia 13 de setembro de 2018.

(d) Liquidação antecipada de empréstimos 4131 e *bonds*

Em 23 de janeiro de 2019, a Companhia efetuou liquidação antecipada da totalidade do principal mais juros de seus *bonds*, firmados em 25 de março de 2013, com vencimento em 25 de setembro de 2019, os quais possuíam garantia da controlada VCSA em 50% do valor. O valor total liquidado pela VSA foi de R\$ 809 (USD 216).

Em 14 fevereiro de 2019, a Companhia efetuou o pré-pagamento do contrato de empréstimo relativo à Resolução 4131/1962, no montante de R\$ 187 (USD 50), firmados em 14 de maio de 2015, com vencimento em 14 de maio de 2020.

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia efetuou o pré-pagamento do contrato de empréstimo relativo à Resolução 4131/1962, no montante de R\$ 386 (USD 102), firmados em 24 de fevereiro de 2017, com vencimento em 21 de janeiro de 2021.

(e) ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS

Em fevereiro de 2019, houve o reconhecimento do trânsito em julgado em outra ação judicial da controlada VCSA, relativa a tese de exclusão do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS, de maneira que foi registrado no seu ativo um crédito no montante de R\$ 401. Adicionalmente, a controlada VCSA procedeu com o levantamento do depósito judicial que estava atrelado a outra ação judicial, cujo trânsito em julgado ocorreu no final de 2018, no montante de R\$ 346 (Nota 1.1 (h)).

Informações corporativas

www.votorantim.com

Votorantim S.A.

Rua Amauri, 255 | 13º andar
São Paulo (SP) – Brasil
Cep: 01448-000
Telefone: +55 11 3704-3300

CoE

Rua Olímpíadas, 205 | 9º andar
São Paulo (SP) – Brasil
Cep: 04546-004
Telefone: +55 11 3475-3045

Rodovia Curitiba/Rio Branco do Sul, 1.303
Curitiba (PR) – Brasil
Cep: 82130-570
Telefone: +55 41 3388-5150

Jirón Vittore Scarpazza Carpaccio, 250 | Int.305
Lima – Peru
Telefone: +51 715-7600

Expediente

Coordenação geral

Diretoria Financeira e de Relações com Investidores

Caroline Afonso
Débora Vargas Leal Oliveira
Mariana Mayumi Oyakawa
Sergio Malacrida

Consultoria técnica

RESULTANTE Consultoria

Redação, edição e revisão

KMZ Conteúdo

Projeto gráfico

Pierre Design Marketing

Assegurador externo

PwC

Fotos

Banco de imagens Votorantim

Tradução (inglês)

Dekka Silveira

Impressão

Leograf

Tiragem

300 português e 100 inglês

Família tipográfica

Votorantim Sans

Março de 2019



VOTORANTIM 100 ANOS

VOTORANTIM

www.votorantim.com